

MARUPIARA



IV ENCONTRO DE TURISMO COMUNITÁRIO DA AMAZÔNIA:
Protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas

e
II FORUM DE TURISMO DE PARINTINS:
O futuro do turismo em terra de Boi Bumbá

Ano 7 – Nº 6 Edição Especial 2014

Versão digital - 2020

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

SECTI
Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação

 **FAPEAM**



**Parintins
2014**

MARUPIARA

REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS

Ano 7 – Nº 6 Especial 2014

Versão digital - 2020



Governo do Estado do Amazonas

José Mello de Oliveira

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Dr. Odenildo Teixeira Sena

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão

Universidade do Estado do Amazonas

Dr. Cleinaldo de Almeida Costa

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PROEX

Dr. André Luiz Nunes Zogahib

Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP

Prof. David Xavier da Silva

Coordenação Geral do IV Encontro de Turismo de Base Comunitária

Dr. João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho

Ficha Catalográfica

M389 Marupiará: Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins, Ano 7, n. 6. 2014. Parintins, AM: UEA, 2014.

Anais do IV Encontro de Turismo Comunitário da Amazônia e II Fórum de Turismo de Parintins

Ano 7 : n .6 Edição Especial

ISSN- 1981-0326

*I. Educação superior – Periódicos. I.
Universidade do Estado do Amazonas II.
Centro de Estudos Superiores de Parintins.
III. Título.*

CDD – 378.05

CDU – 001:378(08)

ISSN – 1981 - 0326

Marupiara

Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins

Ano 7	Número 6 Edição Especial	2014
-------	--------------------------	------

Versão digital - 2020

Parintins - AM

Todos os direitos reservados à UEA
Esta é uma publicação do Centro de Estudos Superiores de Parintins da
Universidade do Estado do Amazonas

Coordenação do IV Encontro de Turismo Comunitário da Amazônia

João D'Anuzio Menezes de Azevedo Filho
Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo
Edinelza Ribeiro Macedo
Alem Silvia Marinho dos Santos
Jocilene Gomes da Cruz
Reginaldo Luiz Fernandes de Souza

Comitê Científico do Evento

Alem Silvia Marinho dos Santos (UEA)
Brychtn Ribeiro de Vasconcelos (UEA)
Carlossandro Carvalho Albuquerque (UEA)
Cláudia Araújo de Menezes Gonçalves Martins (UEA)
Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo (UEA)
Diego Omar da Silveira (UEA)
Edinelza Ribeiro Macedo (UEA)
Francisco Everardo Girão (UEA)
João D'Anuzio Menezes de Azevedo Filho (UEA)
Lena Andrea Lima Muniz (UEA)
Priscila da Silva Nascimento (UEA)
Reginaldo Luiz Fernandes de Souza (UEA)
Silvio José de Lima Figueiredo (UFPA)
Maria Arminda Castro de Mendonça de Souza (UEA)

Coordenação Editorial da Revista

João D'Anuzio Menezes de Azevedo Filho
Edinelza Macedo Ribeiro
Rafael Jovito Souza
Adailton Moreira da Silva

Versão digital por:
João D'Anuzio Menezes de Azevedo Filho

Revisão dos Originais:

Rosinda dos Santos Guimarães Azevedo

Arte da logomarca do evento:

Aluilson Sampaio Bentes

Capa: Jucifram Canto Gomes

Fotos: J. D. Azevedo Filho

Diagramação e Impressão:

Gráfica e Editora João XXIII

Tiragem: 200 unidades

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS
Estrada Odovaldo Novo, s/n – Djard Vieira
69152-470 – Parintins – AM
Fone: (92) 3533-2435
E-mail Revista Marupiara: marupiara.revista@gmail.com

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
Prédio da Reitoria
Av. Djalma Batista, 3578 – Flores
690005-010 – Manaus – Am
Fone: (92) 3214-5770

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
IV ENCONTRO DE TURISMO COMUNITÁRIO DA AMAZÔNIA ...	11
ARTIGOS DE PALESTRANTES	
TURISMO COMUNITÁRIO COMO ALTERNATIVA ÀS COMUNIDADES	
Luzia Neide Coriolano	15
TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO AMAZONAS	
Agnaldo Corrêa de Souza	37
ARTIGOS COMPLETOS	
FESTIVAL DE VERÃO DO CABURI/PARINTINS/AM: ESTUDO DO ATENDIMENTO AOS VISITANTES	
Domingos Marcelo Rosas João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho	57
A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL NO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS-AM	
Geana Lopes dos Reis João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho	75
NHAMUNDÁ-AM: POTENCIALIDADE TURÍSTICA DE UM MODELADO GEOMORFOLÓGICO	
Aluilson Sampaio Bentes Ana Paula Moraes dos Santos	91
RIOS DE RORAIMA: POTENCIAL TURÍSTICO	
Vladimir de Souza	107
PROJETO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: COMUNIDADE TRADICIONAL DO BONETE, ILHABELA - SP	
Mariane Carla Checon Salvador	123
PLANEJAMENTO DE TRILHAS TRADICIONAIS: CAMINHOS ATRATIVOS PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	
Ronisley da Silva Martins	137

CAMINHOS DA ROÇA: PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAZONAS Ronisley da Silva Martins Edisnara Santana Macedo	149
OS SÍTIOS URBANOS COMO ATRAÇÃO TURÍSTICA: O CASO DE BOA VISTA Antonio Tolrino de Rezende Veras	163
O MUSEU COMO ESPAÇO DO RESGATE DA SUSTENTABILIDADE CULTURAL E SOCIOLINGUÍSTICA NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM Lucely Cursino Monteiro Gederson do Carmo Souza Edinelza Macedo Ribeiro	175
MAPEAMENTO E LEVANTAMENTO DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICA NA VILA AMAZÔNIA, PARINTINS-AM. Renato Travassos de Carvalho João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho	185
II FÓRUM DE TURISMO DE PARINTINS	197
APRESENTAÇÃO: O futuro do turismo em terra de Boi Bumbá	199
RELATÓRIO FINAL	203

APRESENTAÇÃO

O Encontro de Turismo Comunitário na Amazônia, que chegou à quarta edição em 2014 foi, por deliberação da plenária final do III Encontro, realizado no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). As edições anteriores aconteceram em Manaus, conduzidas pela Escola Superior de Arte e Turismo (ESAT), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

O *IV Encontro de Turismo Comunitário na Amazônia: protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas* teve como objetivo principal viabilizar um espaço de discussão sobre as atividades turísticas realizadas por populações tradicionais e povos indígenas do Amazonas, de modo a contribuir para as políticas públicas voltadas ao turismo de base comunitária (TBC).

No evento, foram expostas as experiências e/ou projetos turísticos comunitários empreendidos pelas populações tradicionais e povos indígenas em seus territórios, bem como seus modelos, práticas e princípios norteadores das atividades de turismo. Ainda, foram verificadas as dificuldades enfrentadas em relação às atividades turísticas praticadas pelas populações tradicionais e povos indígenas, de modo a contribuir para a estruturação de uma política estadual direcionada ao Turismo de Base Comunitária no Estado do Amazonas.

Conjuntamente, realizou-se o *II Fórum de Turismo de Parintins*, com o tema *O futuro do turismo em terra de Boi-Bumbá*, evento que reuniu lideranças locais ligadas ao turismo comunitário, gestores públicos, pesquisadores e outros interessados, para discutir exclusivamente aspectos do turismo local, pontos positivos e negativos das atividades turísticas na região e a atuação dos poderes na realização do turismo, além de reunir propostas circunstanciais para o turismo local.

Os eventos foram realizados pelo CESP/UEA, por meio do Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Local e Curso de Geografia, com patrocínio da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Baixo Amazonas e da Prefeitura Municipal de Parintins.

A Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM) e a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX-UEA) incentivaram o evento com apoio financeiro.

Prof. Dr. João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho
Editor da Revista

IV ENCONTRO DE TURISMO COMUNITÁRIO DA AMAZONIA II FÓRUM DE TURISMO DE PARINTINS

Realização

Coordenação do Curso de Geografia
Coordenação do Curso de Especialização em Turismo e
Desenvolvimento Local

Apoio

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UEA

Colaboração

Prefeitura Municipal de Parintins
Secretaria de Cultura e Turismo de Parintins – SECTUR
Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Baixo Amazonas
Serviço Nacional do Comércio - SENAC/Parintins

Demais entidades presentes

Associação de Turismo da Região da Valéria - Parintins
Associação dos Artesãos da Valéria - Parintins
Associação Indígena Sateré Mawé – Pousada Vinte Quilos
Conselho Geral dos Assentados de Vila Amazônia - COGAVA
Fórum de Turismo de Base Comunitária - FTBC
Instituto Costa Brasilis
Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ
Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar/AM
Secretaria de Turismo de Tefé
Universidade Estadual do Ceará – UFC
Universidade Federal de Roraima - UFRR

Convidados

Aginaldo Correa de Souza
Antonio Tolrino Veras (UFRR)
Carlossandro Carvalho de Albuquerque (UEA)
Francisco Everardo Girão (Amazonastur)
Luzia Neide T. Coriolano (UECE)

Maria Arminda Castro de Mendonça de Souza
 Vladimir Souza (UFRR)

Monitoria (discentes do CESP/UEA)

Adriana Machado de Oliveira
 Ana Carla de Matos e Souza
 Domingos Marcelo Mendonça Rosas
 Edinei Almeida Santarém
 Janete Barbosa Marques
 Moisés Vasconcelos Lopes
 Orivane de Souza e Souza
 Raquel Trindade Pereira
 Ruan Lopes Bulcão
 Viviane Brito de Souza

Programação Final

Horário	26/11 (Quarta)	27/11 (Quinta)	28/11 (Sexta)	29/11 (Sábado)
Manhã (8h00-12:00)	IV Encontro de Turismo Comunitário Inscrição e credenciamento Palestra de Abertura Palestras Tema: Populações tradicionais e indígenas	Apresentações Oraís Palestras Tema: Comunidades rurais	II Fórum de Turismo de Parintins Apresentação Temática - Gestão - Turismo de Base - Cultura - Transatlânticos - Festival Folclórico Discussão e propostas	Trabalho de Campo Comunidades rurais (7h00 – 16:00)
12–14h00	Almoço			
Tarde (14h00 – 18h30)	Relatos de Experiências Minicursos	Relatos de Experiências Minicursos	Apresentação das propostas Plenária Final Apresentação Cultural Encerramento	

ARTIGOS

PALESTRAS

Luzia Neide Coriolano	TURISMO COMUNITÁRIO COMO ALTERNATIVA ÀS COMUNIDADES
Agnaldo Corrêa de Souza	TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO AMAZONAS

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ORAIS

Nomes	Tema
1. Turismo de evento	
Domingos Marcelo Rosas João D'Anuzio Menezes de Azevedo Filho	FESTIVAL DE VERÃO DO CABURI/PARINTINS/AM: ESTUDO DO ATENDIMENTO AOS VISITANTES
Geana Lopes dos Reis João D'Anuzio Menezes de Azevedo Filho	A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL NO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS-AM
2. Turismo e Meio Ambiente	
Aluilson Sampaio Bentes Ana Paula Moraes dos Santos	NHAMUNDÁ-AM: POTENCIALIDADE TURÍSTICA DE UM MODELADO GEOMORFOLÓGICO
Vladimir de Souza	RIOS DE RORAIMA: POTENCIAL TURÍSTICO
3. Planejamento e gestão do turismo	
Mariane Carla Checon Salvador	PROJETO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: COMUNIDADE TRADICIONAL DO BONETE, ILHABELA - SP
Ronisley da Silva Martins	PLANEJAMENTO DE TRILHAS TRADICIONAIS: CAMINHOS ATRATIVOS PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA
Ronisley da Silva Martins Elisnara Santana Macedo	CAMINHOS DA ROÇA: PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAZONAS
4. Turismo e o espaço urbano	
Antonio Tolrino de Rezende Veras	OS SÍTIOS URBANOS COMO ATRAÇÃO TURÍSTICA: O CASO DE BOA VISTA
Lucely Cursino Monteiro Gederson do Carmo Souza Edinelza Macedo Ribeiro	O MUSEU COMO ESPAÇO DO RESGATE DA SUSTENTABILIDADE CULTURAL E SOCIOLINGUÍSTICA NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM
Renato Travassos de Carvalho João D'Anuzio Menezes de Azevedo Filho	MAPEAMENTO E LEVANTAMENTO DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICA NA VILA AMAZÔNIA, PARINTINS-AM.

TURISMO COMUNITÁRIO COMO ALTERNATIVA ÀS COMUNIDADES

Luzia Neide Coriolano¹

O turismo é uma das atividades-chave da modernização contemporânea que privilegia relações sociais típicas da sociedade de consumo ao transformar o lazer em mercadoria a ser consumida em viagens realizadas por quaisquer motivos, pressupondo outros consumos. Há turistas que viajam de férias para lazer - são os turistas por excelência. Mas há pessoas que viajam para trabalhar e acabam por fazer turismo nas horas de ócio. Turismo é o lazer dos que viajam. Faz-se necessário reconhecer que o turismo é uma política vinculada à política macroeconômica. Uma atividade decorrente das imposições do modo de vida moderno que prioriza as necessidades do capital em um processo contraditório que enfraquece o Estado, mas fortalece os movimentos sociais e a democracia, ampliando a exclusão e a pobreza na medida em que amplia os espaços de participação.

Assim, juntamente com o eixo do turismo convencional emerge o do turismo comunitário representando estratégias de sobrevivência baseadas na criatividade humana, no uso de tecnologias, como forma de inclusão no trabalho. Como atividade reestruturadora das crises econômicas industriais, os serviços tomam aparente vanguarda entre as atividades econômicas atuais e o turismo aparece como um de grande destaque.

Os investimentos externos aplicados nos serviços privilegiam o terciário, em especial, o setor financeiro, seguros, serviços imobiliários, telecomunicações e turismo, contribuindo para o desenvolvimento de políticas imobiliárias,

¹ Dra. Professora associada da Universidade Estadual do Ceará (UFC).
luzianeide@hotmail.com

financeiras e de turismo, que muito bem se articulam. No entanto, este movimento do internacional para o local e vice-versa necessita da marca de qualidade e diferenciações locais, o que tem levado os estados e as empresas a passarem imagens de reputação, seriedade e tradição, embora algumas delas sejam apenas produtos de marketings e nem tudo corresponda à realidade. Os estados nordestinos abrem espaço ao mercado global à medida que passam a imagem da confiabilidade às empresas e ao capital, embalados na ideia de que acabou o risco Brasil. Esse mecanismo avança conforme necessidades do capital concentrado abrindo novas fronteiras na transferência das atividades do Estado para o mercantil, com fusões e aquisições nos serviços semelhantes à indústria. A desregulamentação dos serviços turísticos no mercado internacional e a perda da soberania dos estados nacionais dificultam a aplicação de leis que protejam as economias nacionais e locais tendo em vista a concentração do capital e acentuam cada vez mais as desigualdades espaciais e segregações sociais nos países considerados em desenvolvimento onde o turismo se intensifica como é o caso do Brasil.

O turismo exige viagem e desencadeia redes de serviços, suas implantações levam em consideração as vantagens de localização representadas pela dotação em riquezas naturais (sol, mar, montanhas, clima), bem como pelo valor do patrimônio cultural e histórico de um país (arquitetura, museus). Os serviços turísticos são processos interativos entre quem oferece e quem procura uma prestação, cada vez mais personalizados aos clientes, exigindo para esta prestação, qualidade e acumulação de informações sobre a clientela, além do uso de tecnologias modernas de informação. A apropriação de espaços naturais constitui fator decisivo das multinacionais especializadas que determinam de fora a capacidade de um país receber turistas. As atividades ligadas à cadeia produtiva do turismo (hotéis, resorts, restaurantes, clubes de férias) são intensivas em mão-de-obra e, portanto, este

fator pode também ser considerado vantagem locacional em países que combinem atrações naturais com mão-de-obra barata para os trabalhos de menor remuneração (CHESNAIS, 1996).

As grandes cadeias de hotéis e de restaurantes funcionam como empresas-rede, utilizando regime de franquia. As multinacionais permitem que os franqueadores, seus parceiros subalternos, suportem todo o risco dos investimentos locais e os imprevistos das flutuações da demanda, além dos numerosos problemas da administração cotidiana, da força de trabalho mal remunerada e desqualificada, por isso migrante, sendo esta a forma de conseguirem menores custos e o máximo de lucro, embora passando pelos problemas de rotatividade do trabalho e sazonalidade da produção.

O movimento reprodutivo do capital mundializado, em sua ânsia de acumulação ampliada, instiga conflitos e resistências. Como processo hegemônico e homogeneizante, faz surgir organizações em defesa dos interesses dos valores locais, para manter especificidades próprias da história dos lugares, dos atores locais e do regional, valorizando-as para não serem aniquiladas pelos interesses globais. É assim que o capital avança com inúmeros objetivos, produzindo diferentes resultados sobre os espaços locais, a depender também das relações de poder da ordem local, ou seja, há pessoas, grupos e lugares mais facilmente domináveis. Onde a cultura não está fortalecida, a dominação se estabelece mais facilmente, mas, como diz o poeta e cantor Osvaldo Montenegro (2007) “nem todo mundo se abaixa para o chicote do mal”.

Ocorrem assim, várias formas de resistência em relação ao turismo global, convencional, voltado aos mega empreendimentos envolvidos com a especulação imobiliária nos litorais e com o capitalismo financeiro. Os motivos dos conflitos emanados do espaço mercadoria tornam-se objeto das estratégias que visam impulsionar a acumulação de capital e dominar grupos

sociais. Isso amplia o campo de tensões e conflitos, pois o que se encontra em questão é assegurar a produção e a reprodutibilidade das relações sociais de produção, fundamentais e essenciais ao capitalismo, por meio da produção do espaço pelo e para o turismo. É assim que ocorre o processo de expropriação de terras no litoral nordestino, desencadeando as resistências dos espoliados, neste caso na forma de turismo comunitário, em processos análogos em outros territórios do Brasil.

O turismo comunitário como contraponto ao convencional

Faz-se necessário entender a política de turismo como parte da política econômica global, neoliberal. Seria, portanto, ingenuidade esperar soluções aos trabalhadores e aos problemas sociais de política vinculadas aos princípios do mercado. No entanto, junto ao desenvolvimento dos resorts, da rede hoteleira e da concentração de renda, existem algumas experiências bem sucedidas de atividades turísticas com características mais populares, voltadas ao desenvolvimento social, com maior distribuição da riqueza. Podem aparecer com nomes variados como turismo comunitário, turismo solidário, turismo de base local, de economia solidária, turismo alternativo etc.

O importante nestas experiências é vislumbrar maiores possibilidades de comunicação e inclusão de comunidades nas práticas positivas que o turismo pode dinamizar. Estes exemplos vêm sendo multiplicado no contexto de mercado global, tendo em vista a maior participação das lideranças nos “nichos” que favorecem o pequeno e micro empreendedores na cadeia produtiva do turismo. Sendo assim, torna-se necessário descobrir mecanismos para que, em diferentes lugares, coletividades encontrem, via turismo, novas potencialidades de inclusão social. Seja como oportunidade de organização de pequenos empreendimentos e arranjos produtivos locais; seja como atividade remunerada regularmente, garantindo renda familiar e

minimizando o impacto do desemprego, que continua a atingir grande parte da população residente, nos diferentes lugares turísticos.

Inserido no modo de produção capitalista, o turismo é uma atividade capaz de gerar, reproduzir e acumular riquezas, seguindo a lógica do capital. No entanto, a garantia dos benefícios proporcionados pela atividade turística é restringida a uma pequena parcela da população, enquanto muitos são excluídos desse acesso, é assim a lógica. Em virtude dessa supressão majoritária, grupos organizados lutam por novas formas de trabalho e produção mais justa e humanitária, capazes de promover resultados que sejam benéficos aos participantes.

Em todo o Brasil, especialmente no Norte e Nordeste, destacam-se políticas facilitadoras da alocação dos equipamentos do turismo dos mega empreendimentos, sobretudo no litoral. Os estados conseguem atrair hotéis de redes nacionais e internacionais, resorts, macro-empresendimentos externos, admitindo que esse processo possa contribuir para diminuir a distância entre as áreas ricas e pobres, ou seja, diminuir a pobreza. O que muitos críticos têm questionado é se esse caminho pode levar à redução das disparidades espaciais e desigualdades sociais. O que o estado pode e deve cobrar desses empreendimentos em benefício dos lugares onde se implantam? Como cobrar responsabilidade social dos macro-empresendimentos de modo a contribuir com a distribuição de lucro e renda? É possível o Estado fazer essas cobranças ao setor privado nesse modelo de sociedade?

Há dois movimentos do turismo alternativo dito comunitário: um partindo de residentes e outro partindo de turistas. O primeiro envolve lugares e pessoas excluídos do turismo formal e convencional, dos circuitos globais que buscam formas de inserção na produção de serviços alternativos: pequenas pousadas, pequenos e micro negócios, voltando-os à valorização da cultura e valores locais, pressionando sua entrada na cadeia produtiva do turismo, pelo

chamado “circuito inferior” (SANTOS, 1979). O que tem feito surgir um crescente número de propostas do chamado turismo alternativo: em bairros populares, morros, favelas, comunidades indígenas, quilombolas, marisqueiras, pesqueiras, camponesas, ribeirinhas com o apoio de Organizações Não-Governamentais - ONGs.

No turismo comunitário, os turistas são estimulados a participarem de atividades, envolvendo-se com o que está acontecendo no local, com os fazeres domésticos seja em áreas rurais, litorâneas, serranas ou sertanejas, etc. As atividades locais não são artificializadas ou estilizadas em função do turismo. O centro das ações é a própria comunidade e é isto que atrai o turista. Por exemplo, as festas juninas em todo Nordeste compõem o folclore, ocorre entre os residentes. Ou seja, faz parte da cultura local, isto ajuda a atrair turistas. É o turista que se envolve com os eventos dos lugares, a exemplo de muitas festas em outras regiões brasileiras. Neste eixo do turismo o compartilhamento das atividades é desejado pelos residentes e a participação de visitantes é bem-vinda. O residente sente que sua cultura é valorizada pelos turistas que interagem sem discriminações, diferente de eventos feitos especialmente para turistas excluindo residentes. Como lembra Brambatti (2006), os eventos fazem parte das tradições e do folclore local, potencializado para o turismo, transformando-se em atrativo turístico. Os residentes participam como atores de um grande cenário montado para atrair visitantes como nas festas de Colônia e corrida de touros na Espanha, quando o turista é um espectador.

O segundo movimento parte de turistas conscientes que buscam conhecer culturas, modo de vida de comunidades dita tradicionais, podendo-se dizer que ocorre pressão de correntes de turistas que desejam conhecer lugares menos urbanizados e fazer um turismo diferenciado. Consultando os sites do turismo comunitário que mostram estes fluxos em todos os continentes, pode-

se compreender a importância desse novo eixo do turismo, mesmo que muitos órgãos oficiais de turismo o desconheçam ou o desprestigie, por não gerar as divisas esperadas. Pode-se dizer que há turista para todos os gostos e segmentos.

Os residentes das áreas não contempladas pelo turismo convencional organizam-se em movimentos de resistências ao turismo elitista, buscando formas para produção de um turismo alternativo que possa oferecer oportunidades de trabalho nos bairros, nas periferias e comunidades. Algumas experiências positivas emergem em muitos estados, destacando-se o Ceará, exigindo que universidades passem a pesquisar e, sobretudo, contribuir com o fortalecimento dessas atividades vinculadas ao chamado turismo com responsabilidade social, turismo comunitário, enfim, o turismo de grupos majoritários e com poucas condições econômicas, que procuram soluções alternativas e condizentes com os princípios básicos do desenvolvimento participativo e comunitário do turismo de base local.

Comunidades podem inserir-se na atividade turística a partir da instalação de micro ou pequenas empresas associadas, instituições de tecnologias, universidades, agências governamentais e não governamentais públicas e privadas, agentes financeiros de crédito, bancos. São atividades ligadas à economia solidária que surgem como uma forma contrária ao modo excludente que caracteriza o capitalismo. Nessas organizações econômicas solidárias a propriedade dos meios de produção e a distribuição dos excedentes são controladas e repartidas entre os associados.

Este eixo do turismo aparece como uma alternativa de união de esforços para a promoção de grupos organizados de forma associativa acreditando que a “união faz a força”, que juntos potencializam as ideias, iniciativas e empreendimentos. Isolados, não tem capacidade de disputarem fatias de mercado como produto turístico. Organizam-se, assim, em arranjos

produtivos locais de uma forma diferenciada do modelo industrial, consumista. O traço marcante deste eixo do turismo é o protagonismo dos atores locais ou regionais, que se envolvem embora vagarosamente em temáticas universais, de interesse comum da humanidade, como as questões planetárias e ambientais, a sustentabilidade, a defesa da vida, as questões de gênero, os novos sujeitos sociais, as minorias étnicas. As comunidades envolvidas com este tipo de turismo utilizam experiências de participação associativa anteriores, tais como cooperativismo, sindicalismo, militância partidária, associação de bairro, comunidade eclesial de base que lutam pela cidadania e democracia. Afirmam Brambatti (2006) que numerosas associações estão constituídas, e algumas pensam e agem politicamente, em dinâmicas que precisam ser refletidas, reconhecidas e apreendidas, intervindo principalmente no espaço do lugar, aonde as macro-políticas não chegam. Trata-se, de um fenômeno novo em turismo, que iniciou a partir da década de 1980 na Europa, e na década de 1990 no Brasil. O associativismo em turismo na Europa (Accueil Paisan – França, com sede em Grenoble e os Pró-Locos e associazione di Agriturismo –Itália) reproduziu-se principalmente no sul do Brasil, seguindo estes modelos. Em Santa Catarina o modelo segue as organizações francesas da acolhida camponesa, enquanto que no Rio Grande do Sul, a organização em turismo no meio rural segue o modelo italiano. Pousadas domiciliares, comida caseira, aconchego e convívio com os residentes. Roteiros que prezam a valorização da cultura local e sustentabilidade da natureza e da sociedade. Renda repartida e ampliação da moeda circulando nos pequenos lugares visitados pelos turistas levam à satisfação dos residentes que se consideram anfitriões, assim como dos turistas bem-recebidos, sendo estes indicadores do turismo comunitário.

O significado do turismo comunitário

No mundo antigo destacavam-se formações de pequenos grupos sociais com estreitos laços de dependência e amizade, chamados comunidades, como forma de enfrentamento das duras condições de vida. Era a vida em comunidade que contribuía para o indivíduo encontrar respostas necessárias aos problemas individuais e coletivos, com a ajuda do grupo. Com o desenvolvimento da vida moderna e com o aumento da população foi-se perdendo a noção de comunidade e se assumiu a de sociedade, outra forma de organização social, pautada no Estado, nas instituições, no controle social, no individualismo, com domínio de tecnologias, de normas e da cultura de massa.

No mundo moderno, a instalação da sociedade industrial causou grande impacto ao modo de vida rural e solidário. Diz Bauman (2003, p. 33) que “o capitalismo moderno, na expressão de Marx e Engels, ‘derrete todos os sólidos’, e as comunidades autossustentadas e auto-reprodutivas figuram em lugar de destaque no rol dos sólidos liquefeitos”.

Comunidade vem da palavra comum e significava que a terra e os recursos existentes nos lugares podiam ser usufruídos por todos, de acordo com as necessidades de cada um. No conviver comunitário primitivo tudo era comum a todos, não existia a propriedade privada, a apropriação era para suprir necessidades e todos assumiam responsabilidades. Na organização em forma societária, mesmo perseguindo o objetivo de que todas as pessoas sejam iguais e livres, ocorrem diferentes formas de entender e praticar essa ideia. Produziu-se um modelo de sociedade que se volta à acumulação e o consumismo que não atende às necessidades de todos, onde se vive um aglomerado de pessoas sendo, portanto, este modelo de sociedade questionada por muitos. No contraponto, pequenos lugares, de baixa densidade populacional, resistindo às mudanças, fizeram voltar à ideia de

comunidade. Subjacente ao conceito de comunidade está a ideia de lugar que permite uma proximidade geográfica, com interesses comuns. Diz Max-Neef (2005, p.13) que:

Da comunidade como elemento dominante, à constituição da sociedade há uma mudança humana da maior transcendência. O estilo econômico dominante, em sua versão neoliberal estimula e fortalece não a individualidade, mas o individualismo, e em consequência a destruição da comunidade.

Explicando comunidade, Diegues (2002, p.83) mostra o padrão tradicional como critério importante para definição de culturas ou populações, além do modo de vida. Explica este autor que as “culturas tradicionais”

Estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência do mercado já existente, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos.

A transformação de comunidade para sociedade provocou mudanças no próprio homem que foi desaprendendo a ser solidário e fraterno. Passou-se a ter apenas conhecidos (desconhecido melhor ainda) quando muito parceiros, concorrentes e competidores. A vida em sociedade elegeu outros valores, pois é guiada por princípios capitalistas e burgueses. Assim, falar de comunidade na modernidade significa ir à contramão do modelo da sociedade posta:

individualista, segregada, injusta, centrada nos valores do capital ou do consumismo.

A ideia de comunidade, de partilha fraterna levou alguns a fugirem dela, dizem Dench e Bauman (2003). Este traço, por si só, faz do ‘comunitarismo’ uma filosofia dos fracos, e estes não podem praticar a individualidade. Para os poderosos e bem sucedidos, o desejo de dignidade, mérito e honra paradoxalmente exige negação da comunidade. O individualismo leva a crê que o crescimento pessoal é um ato individual, resultado do esforço de cada um e a competitividade leva a não se querer contribuir para o crescimento dos outros. A partilha, segundo enfoque burguês, é confundida com assistencialismo, diferentemente das teorias críticas que a entendem como justiça social. Existe, pois, um dar visando ter poder sobre o outro, que busca a dominação e até a opressão de indivíduos e povos, presente no neoliberalismo, que busca o proveito próprio, o lucro. Portanto, esse dar não cria uma mentalidade nova, não contribui para transformação do modelo econômico. É uma partilha de aparência. Existe, porém um processo solidário que busca a satisfação e o prazer do próprio ato de partilhar, de expressão egoísta e em geral é percebida por quem recebe como humilhação ou ofensa. Existe um dar utilitarista, interessado, presente em certas tendências atuais do neoliberalismo, dos políticos, que no fundo busca o proveito próprio, o lucro, a barganha. Portanto, esse dar não cria uma mentalidade nova, não contribui para transformação do modelo econômico. Existe, por fim, uma partilha que se abre ao outro, indivíduo ou povo, que é feita respeitando sua dignidade, seus costumes, sua cultura e sua tradição. É assim que Araújo (1998) acredita na partilha. A cultura do doar – a filosofia da economia solidária, da economia de comunhão – se afina com as políticas participativas desejadas pelas comunidades.

Quanto à emergência de comunidades, há que se perguntar sobre as circunstâncias que fizeram ressurgir as comunidades de uma forma tão contundente, em um mundo globalizado. Pensar comunidade significaria um retrocesso ou a busca de novos caminhos? Não há processos totalmente contínuos, eles ocorrem por continuidade e descontinuidades. Portanto, as comunidades na sociedade moderna significam uma crítica ao modo de vida moderno que prometeu respostas à humanidade, e, contudo, produziu profundas desigualdades sociais, colocando a liberdade e a igualdade em plano metafísico.

Na sociedade moderna, a comunidade expressa organização coletiva de reivindicações para a busca de melhores condições de vida, de luta por uma sociedade pautada na justiça e na igualdade de direitos. A vida em comunidade exige igualdade para que a liberdade possa se realizar. Embora o conceito de comunidade tenha sido cooptado com outros significados, e se fale delas com os mais variados interesses, bastante distanciados de seu verdadeiro significado, ainda se pode encontrar autênticas comunidades. Mostra Ferdinand Tönnies (apud Bauman, 2003, p. 15) que a distinção entre comunidade antiga e moderna sociedade é que na primeira existe um entendimento compartilhado de todos os membros, “não um consenso, pois este é produto de negociações, disputa, contrariedade e murros ocasionais”. O entendimento comunitário não precisa ser procurado e muito menos construído, pois já está lá, para ser usado, assim, os membros de uma comunidade se entendem muito bem, e este entendimento “precede todos os acordos e desacordos” afirmam os dois autores. Certamente as comunidades do século XXI não conservam mais estas características na forma original, mas são indícios de busca de mudança dos padrões da sociedade desumana, desigual e segregada que se produziu. A análise de Bauman remete a preocupação com a liberdade e segurança e se expressa assim:

No entanto, em troca da segurança prometida, a vida em comunidade parece nos privar da liberdade, do direito de sermos nós mesmos. Segurança e liberdade são dois valores igualmente preciosos, que podem ser equilibrados, mas é pouco provável que sejam plenamente conciliados. A tensão entre eles - e entre comunidade e individualidade - dificilmente será desfeita. (BAUMAN, 2003.p.24).

Atente-se ainda para o fato de que muitos conceitos são cooptados para os interesses da classe dominante, e assim, aparentemente fica como se toda comunidade fosse igual. Justificando o objetivo das organizações comunitárias como oportunidade de reivindicações, Picard (1993, p. 14), referindo-se às comunidades na Alemanha, afirma que:

O objetivo perseguido pela comunidade – assegurar a sua propriedade, a sua liberdade e a sua defesa – entra frequentemente em concorrência com o desenvolvimento do Estado-Nação. Se este Estado é estável e suas instituições legítimas, ele está à altura de negociar com as comunidades insatisfeitas e de converter em interesses políticos as suas reivindicações. Se o Estado é autoritário, reage pela repressão ao que considera como uma insubmissão ou uma ameaça. Se é fraco, afunda-se numa tormenta de rivalidades entre as comunidades que o pressionam.

Produziu-se uma sociedade pautada em ideologias e tecnologias que levam as ações humanas a serem padronizadas, guiadas pela produção, consumo e competitividade do mercado, quando as diferenças e distâncias sociais são aprofundadas levando muitas pessoas a buscarem soluções com o retorno às organizações comunitárias. Assim, surgiu a economia solidária, a economia de comunhão, de comércio justo e uma infinidade de experiências solidárias dentre elas o turismo comunitário. O pensador chileno Max-Neef (2005) afirma que comunidade é uma rede de relações que tem um profundo

significado entre os que a compõe, embora na sociedade existam relações sociais, mas excessivamente difusas e aceleradas. Na sociedade, a variedade de redes de comunidades é elemento fundamental para sua vitalidade e diversidade. Na sociedade moderna predomina um modo de vida que tira o homem de foco e põe em seu lugar o capital, que padroniza, privatiza, destrói valores e diversidades culturais em prol de supostas vantagens para a economia.

Comunidade é um grupo social residente em um pequeno espaço geográfico, cuja integração de pessoas entre si, e dessas com o lugar, cria uma identidade muito forte que tantos os habitantes como o lugar são identificados como comunidades. Estudar comunidade faz-se necessário para compreender os arranjos produtivos de base comunitária ou o turismo comunitário. Um pequeno grupo de pessoas com seu modo próprio de ser e sentir, com suas tradições religiosas, artísticas, seu passado histórico, costumes típicos, seu “estilo” de vida familiar e social, suas atividades produtivas, problemas e necessidade, suas aspirações; vivendo em um mesmo lugar e tendo, sobretudo, consciência desta vida comum, tudo isso junto forma a ideia de comunidade. As pessoas tornam-se membros de uma comunidade não apenas porque nela vivem, mas porque participam da vida comum do lugar, integrando um conjunto de elementos que podem ser materiais, históricos, institucionais, psicológicos, afetivos e que fazem a vida comunitária. Contudo, a solidariedade é o elemento principal da comunidade e nisso está a grande diferença da sociedade moderna, que prima pelo não reconhecimento e envolvimento com os problemas uns dos outros.

Comunidade e lugar têm o mesmo significado. Lugar é um conceito geográfico e comunidade remete à antropologia. Mostrando a importância do lugar, Santos (2002, p.314) afirma que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. É nele que se vive, e são todos diferentes por possuírem espaço

geográfico, história, gente e cultura diferenciadas. Compreender os elementos que singularizam os lugares, e ao mesmo tempo, os elementos que o aproximam dos demais significa encontrar significados e possibilidades. Bauman (2003) admite as dificuldades da vida em comunidade, na atualidade, dado os avanços da sociedade moderna, mas afirma que é este o caminho que se deve reencontrar. Certamente as comunidades na sociedade moderna perdem a característica das da antiguidade, pois as circunstâncias em que se encontram mudaram brutalmente, daí Bauman (2003, p. 9) falar de comunidade como um paraíso perdido ou a ser encontrado.

Comunidade é uma dessas palavras que transmitem uma sensação boa: é bom "pertencer a uma comunidade", "estar em comunidade". Associamos a ela imagens de um lugar aconchegante, onde podemos nos refugiar das ameaças que nos espreitam "lá fora", e de um mundo no qual gostaríamos de viver, mas que infelizmente, não existe. Em outras palavras, "comunidade" é hoje um novo nome para o paraíso perdido - mas um paraíso que ainda procuramos, e que esperamos encontrar.

O autor admite "haver tensão entre comunidade e individualidade". O fato de em comunidade se priorizar o grupo, o nosso, o coletivo, o entendimento compartilhado, o natural e o tácito levou alguns a acreditarem que ela tira a liberdade individual, e assim, "quando a comunidade entra em colapso a identidade é inventada" (YOUNG (1999), HOBBSAWM (1994), BAUMAN, 2003, p. 32).

Individualidade é diferente de individualismo. Este é a atitude egocêntrica, personalista e, aquele é a essência de cada um de nós. Não se pode anular a individualidade humana, nem em comunidade ela precisa ser negada. Na vivência comunitária o que é combatido é o individualismo. Os membros de uma comunidade entendem que a felicidade de cada indivíduo depende da

felicidade dos outros, portanto, a própria individualidade é pensada coletivamente. Este sentimento negado na vida societária é, às vezes, confundido com perda de liberdade, pois a sociedade moderna leva a maioria das pessoas e se isolarem e não querem ser incomodadas. Poucas sentem prazer em ajudar a se envolver em busca de soluções de problemas dos outros. A existência societária exige a negação de comunidade, pois admite que essa tira liberdade, que pensar coletivamente significa negar a liberdade do indivíduo, e assim, em sociedade vale o individualismo. A modernidade, que aproximou lugares distanciou as relações humanas, levando alguns a viver mais o mundo virtual do que o real, a carregarem pen drives, MP3/4 players, estar o tempo todo ocupados nos computadores reduzindo os contatos pessoais que passaram a ser virtuais e em ciberespaços, levando Bauman (2003, p. 18) a afirmar que:

O golpe mortal na “naturalidade” do entendimento comunitário foi desferido pelo advento da informática: a emancipação do fluxo de informação proveniente do transporte dos corpos. A partir do momento em que a informação passa a viajar independentemente de seus portadores, e numa velocidade muito além da capacidade dos meios mais avançados de transporte (...) a fronteira entre o “dentro” e o “fora” não, pode mais ser estabelecida e muito menos mantida.

Primeiro, a comunidade transformou-se em algo abstrato, paraíso sonhado, fruto da imaginação humana, e “não que se trate de um paraíso que habitemos, e que não está ao nosso alcance”, diz Bauman (2003, p.20). Posteriormente, em meio às contradições e conflitos capitalistas as comunidades resistem, se mantêm e até emergem como as experiências aqui apresentadas, passam a comunidades históricas de espaços vividos duramente, posto que em conflitos com as ideologias da sociedade burguesa, e servindo de referência e estratégia

de mudanças na e para a sociedade capitalista, ao meio de muitas contradições. Afirma Hobsbawm (apud Bauman, 2003 p. 20) que a palavra comunidade “nunca foi utilizada de modo mais indiscriminado e vazio que nas últimas décadas em que as comunidades no sentido sociológico passaram a ser difíceis de encontrar na vida real”. Assim, para muitos apelar para comunidade tornou-se modismo, usa-se para definir agrupamentos os mais variados possíveis, com objetivos diversos também, desde profissionais e com vistas ao lucro, a amigos do Orkut, muitas vezes afastando-se do significado real e de seu conteúdo original.

No turismo comunitário, comunidade remete a lugares e grupos que guardam valores da vida em comum, que buscam soluções para os problemas do dia-a-dia de forma coletiva, poucas que se preocupam com a convivência humana mais do que com a acumulação, que resistem às mudanças do consumismo burguês, que guardam valores tradicionais sem a preocupação de ser tachado de antigo e ultrapassado. São comunidades que questionam o modelo de sociedade, daí serem considerados grupos de resistência.

As redes do turismo comunitário: indícios de mudanças

A Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS) consiste em um agrupamento de comunidades rurais, indígenas, litorâneas, instituições de apoio e recursos humanos que compartilham uma mesma visão sobre o desenvolvimento sustentável do turismo. Esta rede propõe a compatibilização da eficiência econômica com os princípios de igualdade social, identidade cultural e preservação dos recursos naturais. Tem como objetivo o fomento de oportunidades de negócios nas comunidades da América Latina, tendo em vista a melhoria das condições de vida e do trabalho. Assim, contribui para a erradicação da pobreza extrema, promove a igualdade de gêneros e a sustentabilidade do meio ambiente. Apoiava iniciativas para diversificar as

fontes de emprego, valorizar a cultura e as iniciativas locais. Fomenta o diálogo social para alianças frutíferas entre organizações comunitárias, empresas privadas, ONG's, universidades, entidades públicas e agências de cooperação para promover assistência técnica e respaldo institucional, facilitando, assim, o acesso dos pequenos negócios a serviços de desenvolvimento empresarial e a novos mercados. Participam desta rede segundo Maldonado (2007):

- Rede Indígena de Turismo de México - RITA
- Rede de Turismo de Chiapas Ecotours e Etnias, México - SENDA SUR
- Federação Nacional de Turismo Comunitário de Guatemala - FENATUCGUA
- Rede de Turismo Comunitário Garífuna, Honduras - MUTU
- Rede Nicaraguense de Turismo Rural - RENITURAL
- Associação Costarriquense de Turismo Rural Comunitário - ACTUAR
- Rede de Turismo Rural Comunitário de Costa Rica - COOPRENA
- Rede de Turismo dos Povos KUNA, Panamá
- Operador Turístico Comunitário, Colômbia - KAÍ ECOTRAVEL:
- Federação Plurinacional de Turismo Comunitário de Equador - FEPTCE:
- Associação de Turismo Comunitário Llachón, Puno, Peru.
- Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário - TUSOCO:
- Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário - TURISOL
- Redes de Parques Comunitários Mapu Lahual, Chile
- Rede de Turismo Campesino dos Vales Calchaquíes, Salta, Argentina
- Rede Provincial de Turismo Rural de Base Comunitária de Jujuy, Argentina.

A Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) é composta por organizações que se uniram para fortalecer o turismo comunitário no Brasil. Ao todo são 13 projetos, presentes em oito estados do

Brasil e 61 municípios. Tem como principais linhas de atuação: formação e capacitação, produção de conhecimento, impactos em Políticas Públicas, promoção e comercialização. Fazem parte desta rede os seguintes membros:

- Prainha do Canto Verde – Beberibe (CE)
- Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri - Nova Olinda (CE)
- Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia – Santa Rosa de Lima e mais 30 municípios (SC)
- Instituto Terramar – Fortaleza (CE)
- Associação de Turismo e Meio Ambiente de Ponta Grossa (ASTUMA), Icapuí (CE)
- Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural – Silves (AM)
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Tefé (AM)
- Projeto Bagagem – São Paulo (SP)
- Grãos de Luz e Griô / Ação Griô Nacional (Bahia)
- Projeto Saúde e Alegria (Amazonas)
- Conjunto Integrado de Projetos Jovem Cidadão – 15 Municípios da Baixada Maranhense (MA)
- Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – Araçuaí e Curvelo (MG)

O Projeto Bagagem é uma ONG que vende roteiros em parceria com organizações e comunidades. Coordena a criação e o desenvolvimento dos programas: Rede de Destinos de Turismo Comunitário, Rede de Comercialização do Turismo Comunitário e Rede de Saberes, que sistematiza metodologias para o fortalecimento do turismo comunitário e construção de políticas, ações e programas junto aos Ministérios e Secretarias. O Projeto Bagagem atua nos estados do Ceará, Pará, Bahia, Paraná, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, sempre em parceria com ONGs locais.

A Rede Tucum articula comunidades cearenses que promovem o turismo comunitário. Dentre essas comunidades destacam-se: Tatajuba (Camocim), Cural velho (Acarau), Caetanos de cima (Amontada), Flecheiras (Trairi), Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Batoque (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Ponta Grossa (Icapui), Tremembé (Icapui), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-Fortaleza) e Conjunto Palmeiras (Fortaleza). Reunindo comunidades que ainda estão estruturando-se para receber visitantes até aquelas que já praticam o turismo comunitário há vários anos, a rede tem o objetivo de fortalecer e dar visibilidade às experiências de turismo comunitário desenvolvidas no Ceará. Por meio da articulação, as comunidades obtêm formação, melhoram suas infraestruturas, ampliam as possibilidades de captação de recursos e trabalham conjuntamente uma estratégia de marketing, ampliando, assim, a capacidade das comunidades em oferecer serviços turísticos. Atente-se para o fato de muitas comunidades desenvolvem o turismo comunitário, mas não estão articuladas a essas redes.

Estas iniciativas chamaram a atenção do Ministério de Turismo que, em 2008, abriu edital para atender 50 projetos do turismo comunitário, com apoio de financeiros em torno R\$ 200 mil reais o que é muito pouco frente as ajudas e apoio fiscais aos grandes empreendimentos, mas significa indícios de mudanças no turismo.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Vera. Economia de comunhão e comportamentos sociais. In COSTA, Rui et al. **Economia de comunhão**. São Paulo: Cidade Nova, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BRAMBATTI, Luiz Ernesto. **O Associativismo e a Participação Comunitária em Turismo**. Rio Grande do Sul. Texto apresentado no

- Congresso de Desenvolvimento Regional promovido pela FEEVALE, 11/11/2006.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xanã, 1996.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. (org). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.
- _____. Educação e Turismo no Nordeste: Uma forma de rebate à crise. In: **Produção e Dinâmica do Espaço Nordestino: da Moenda à Automação**. Crato: AGB, 1999.
- _____. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, A. I. **Turismo: impactos sócio-ambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Turismo e desenvolvimento sustentável. **Rev. Desenvolvimento e Cidadania**. São Luiz do Maranhão, nº 13, 1994.
- _____. (Org.). **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: EDUECE, 2003.
- DIEGUES, Antonio Carlos: **O mito moderno da natureza intocada**. 3ªed. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- MALDONADO, Carlos. **Pautas metodológicas para análises de experiências de turismo sustentável em comunidades**. Bolívia: 2007, Federações Nacionais e Associações Locais de Turismo Comunitário. Encontro Consultivo OIT-REDETURS.
- MALDONADO, Carlos. Fortaleciendo redes de turismo comunitário: REDETURS en America Latina. In: **@local.glob (Pensamiento Global para el desarrollo local)**. Número 4. Turín: Centro Internacional de Formación de la Organización Internacional del Trabajo, 2007. p.08-16.
- MAX-NEFF, M. Turismo como fenômeno humano. In SAMPAIO, Carlos A. Cioce. **Turismo como Fenômeno Humano: princípios para pensar a socioeconomia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- PICARD, E. **Le réveil Communautaire**. Currier de L' UNESCO, Paris: 1993.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- YOUNG, Jook. **The exclusive society**. Londres: Sage, 1999.

TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO AMAZONAS

Agnaldo Corrêa de Souza¹

Resumo

Este trabalho apresenta uma discussão teórica com base na interdisciplinaridade sobre turismo de base comunitária, a prática do turismo em comunidades indígenas, a migração e a reconstrução identitária identificados nesse estudo. Destaca alguns casos da prática do turismo em comunidades indígenas na zona rural da cidade de Manaus e seus processos de introdução na economia do turismo no estado. O trabalho desmistifica a ideia de que o indígena inserido nas práticas do turismo perde sua identidade e sua cultura ao entrar em contato com turistas. O método de análise foi a interpretação, baseado na descrição a partir dos procedimentos metodológicos da etnografia, através do olhar, ouvir e do escrever. Com isso, foi possível revelar o processo de reconstrução da identidade étnica, assim como as estratégias de sobrevivência apoiadas em suas tradições.

Palavras-chave: Turismo. Comunidades indígenas. Migração. Reconstrução identitária.

Introdução

O turismo no Brasil nas duas primeiras do século XXI alcançou grandes dimensões, principalmente pelas mudanças ocorridas no cenário político, a partir da criação da pasta ministerial exclusiva para o setor. Com a nova pasta, deu-se grande avanço por meio da criação de políticas públicas destinadas ao turismo, consolidado pela atuação e pelo desenvolvimento de estratégias para promoção da atividade turística em todo território nacional. Com isso, nos últimos anos, o setor de turismo no Brasil, transformou-se em um dos principais

¹ Graduado em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: ac_correa76@hotmail.com Fone (92) 991744265, 981152029

setores da economia gerador de emprego e renda, proporcionando à inclusão social. O novo ministério também contribuiu para a estruturação organizacional do setor, e para formulação de planos e programas destinados a prática turística. O setor de turismo está inserido dentro do setor de serviços. Ele apresenta uma complexidade de relações organizacionais que é capaz de se envolver com outros setores produtivos da economia, como a produção de alimentos e a criação de equipamentos e máquinas necessárias para atender a demanda turística. Isso possibilita a geração de empregos diretos e indiretos em todo globo terrestre. Para World Travel & Tourism Council – WTTC (2013), no ano de 2011, cerca de 2,74 milhões de empregos diretos foram gerados pelo turismo e com estimativa de crescimento de 7,7% para o ano de 2012, totalizando 2,95 milhões de empregos.

Esse cenário é demonstrado pelo documento Panorama do Turismo Internacional (2009), da Organização Mundial de Turismo, qual apresenta o mercado de viagens na economia mundial com cerca de 30% das exportações no setor de serviços e 6% das exportações mundiais totais, situando-se em 4º lugar, ficando atrás apenas das indústrias de combustível, produtos químicos e indústria automobilística. Para o Ministério do Turismo (2014), destaca que o fluxo internacional de turistas vem aumentando continuamente – de 25 milhões em 1950; 277 milhões em 1980; 438 milhões em 1990; 682 milhões em 2000, tendo atingido a cifra de 920 milhões em 2008 na economia mundial. Esse crescimento refletiu nas “atividades características do turismo em todo o Brasil”, quais em 2008 foram geradas 457,41 ocupações, formais e informais. No Amazonas, o turismo acompanha essas tendências mundiais, tanto nas mudanças concernentes ao melhoramento da infraestrutura turística, quanto ao crescimento do número de turistas que passam ou passaram pelo estado, principalmente por representar um espaço de aspectos referentes de

preservação de sua natureza física, baseados nos princípios da sustentabilidade. O estado também tem se destacado entre os destinos turísticos em todo o mundo, por apresentar uma exuberante biodiversidade e sociodiversidade que atraí turistas internacionais e nacionais dispostos a sair da exaustiva vida urbana, para desfrutar momentos prazerosos de desconcentração e lazer, além da aproximação e contato com novas culturas presentes nessa região.

O contato com outras culturas em comunidades indígenas pode caracterizar-se como turismo cultural, no Amazonas essa prática de turismo está inserida em espaço rural, não podemos enquadrar essa nova tendência dentro das conceituações do turismo rural, mas apenas destacar que sua prática acontece em espaço rural. Segundo o Ministério do Turismo (2003), o turismo no espaço rural é um recorte geográfico, onde muitas práticas turísticas ocorrem. É caracterizada pelas “atividades de lazer, esportivas, ou ócio de cidadãos, que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas. Isto é, considera-se Turismo no Espaço Rural ou em áreas rurais” (BRASIL, 2003, p. 11).

O turismo em comunidades indígenas no Amazonas não deve ser confundido com o turismo rural, uma vez que os comunitários dessas comunidades optaram por apresentar parte de sua cultura ligada aos seus locais de origens e suas raízes étnicas, e implica nas experiências positivas do visitante com o patrimônio material e imaterial visitado. Embora essa prática de turismo esteja se firmando no estado através da apresentação de alguns aspectos da cultura indígena nessas comunidades, parte das etnias indígenas em todo Brasil já se fazia presente na oferta turística, principalmente pela venda de *souvenir* e artesanatos (colares, zarabatana, cocar, pulseiras, etc.) encontrados em lojas especializadas e feiras das cidades onde estão presentes algumas etnias indígenas.

Discutir as práticas do turismo em comunidades indígenas no Amazonas faz refletir sobre a problemática indigenista, sobre os conflitos entre posseiros e indígenas, sobre as demarcações dos territórios indígenas, sobre a situação da marginalização do indígena nas cidades, sobre o movimento migratório e sua dinâmica, e acima de tudo, sobre o futuro e a sobrevivência desses povos, tão presentes na formação social e cultural do povo brasileiro. Com isso, este texto procura destacar as estratégias de sobrevivência desses grupos indígenas fora de seus territórios de origens, assim como a inserção dessas comunidades nas atividades ligadas ao turismo na cidade de Manaus.

Será apresentada uma discussão teórica com base na interdisciplinaridade sobre turismo de base comunitária, a prática do turismo em comunidades indígenas, a migração e a reconstrução identitária identificados nesse estudo. Além de destacar, alguns casos do turismo em comunidades indígenas na zona rural da cidade de Manaus e seus processos de introdução na economia do turismo no estado. Pretende-se desmistificar a visão de que o indígena inserido nessa atividade perde sua identidade e sua cultura ao entrar em contato com turistas. Acima de tudo, esse texto, apresenta uma realidade vivida pelas etnias migradas para as cidades Amazônicas, principalmente a capital do estado do Amazonas, onde elas criaram estratégias de sobrevivência apoiadas em suas tradições, a serviço de urgência da vida vivida, qual são ressignificadas como processo de reconstrução de uma identidade étnica em suas comunidades.

O processo migratório e a reconstrução identitária

Nas três últimas décadas do século XX, muitos grupos indígenas de diferentes regiões do estado do Amazonas saíram de seus territórios tradicionais atraídos pelas oportunidades que a capital do estado se revela nesse período. Esse processo se deu em consequência da intensa transformação social e econômica

produzida pela Zona Franca de Manaus, isso de certa forma deu início a um intenso processo de migração de vários grupos indígenas para áreas urbanas. O resultado dessa dinâmica de mobilidade foi à produção de novos espaços culturais apoiadas em suas tradições,

Os motivos ou as razões pelas quais esses grupos se deslocaram para capital, se apresentam em diferentes contextos e leva a refletir sobre a situação da permanência desses grupos nesses espaços. Os grupos indígenas migrados para Manaus representam grande contingente que contribui para demonstrar o quadro demográfico das populações indígenas vivendo nas cidades e que passaram por algum tipo de deslocamento humano. Nesse processo, os indígenas utilizam estratégias de sobrevivência diferentes de seus hábitos e costumes em consequência das condições os quais são submetidos fora de seus territórios.

Essas estratégias vão se dinamizando durante o tempo e o espaço onde estão inseridos os grupos indígenas, resultando no surgimento de novas estratégias de sobrevivência. Isso tem levado esses grupos a recriar suas tradições utilizando parte da sua cultura - onde incluem a organização política, social e cultural – como processo da reconstrução identitária étnica em prol da comunidade e da permanência desses indivíduos na cidade. Diante da situação a qual se encontram nesses espaços, o caminho mais viável utilizado por esses grupos a driblar os problemas referentes à nova realidade, é de se apoiar em suas tradições, não de forma tradicional, mas apresentando um novo desenho. Esse desenho recobre os aspectos da realidade vivida, pensada a serviço da urgência da sobrevivência desses grupos, servindo como instrumento de reverência ao grupo e referência para outros grupos indígenas e não indígenas. O envolvimento do indígena com as práticas voltadas ao turismo está dentro do dinamismo do capital e do processo de globalização, quais as tradições dos

grupos indígenas migrados de seus territórios não estão sendo dissolvidas. Segundo Pereira (2007) percepções e comportamentos são reelaborados a partir da ressignificação de símbolos e costumes tradicionais isso mostra que os agentes sociais não são completamente passivos à ordem dominante, da qual tem poder para aproximar, transformar, recriar modos de ser e viver em sociedade.

Diante desse processo, os indígenas migrados para a cidade, em um movimento de se manterem pertencentes a um sistema totalmente alheio aos seus costumes, estão reelaborando parte da sua cultura dentro de um processo de ressignificação das tradições para a reconstrução identitária dos grupos indígenas migrados para a cidade de Manaus. O caminho mais viável, nesse caso, para se firmar em determinado espaço é a reconstrução daquilo que é comumente utilizado pelo grupo. Reconstruir sugere a criação de um espaço, com adaptações daquilo pertencente ao grupo, o que contribui para fortalecimento da comunidade étnica.

Os grupos indígenas ligados à atividade turística na cidade de Manaus passaram por algum tipo de deslocamentos internos na Amazônia. Eles saíram de seus territórios em busca de melhorias sociais ou atraídos pelos (des)encantamentos dos funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), nas décadas de 1970 e 1980. Já outros grupos indígenas, como aponta Bernal (2009) vieram pela oferta de trabalho disponibilizada pela Zona Franca de Manaus. Outro processo é motivado pelas redes informais que estimularam os indivíduos a saírem de seus locais de origens.

Segundo Lomnitz (2009), essas redes informais agem num amplo desprendimento do espaço étnico tradicional em favor do novo território constituído para produção de um bem comum. São solidificados e baseados na família que constitui o novo espaço, nas relações de amizade, na vontade de

mudança social, na influência exercida pelo outro, além das crenças e valores de cada cultura. Nesse caso, os grupos indígenas migrados de seus territórios são postos em uma situação, onde cada indivíduo desempenhará um papel que transcende seu próprio universo cotidiano, uma vez que ele é colocado em uma posição radicalizadora de possibilidades e riscos em prol de seu estabelecimento num determinado espaço.

Para o indígena, lidar com problemas relacionados à representação e a construção do imaginário, a reconstrução identitária é um modo que os elevam a sua capacidade de recriar e repensar possibilidades, onde as relações se fazem como um elemento essencial para superação das contradições ao modo como são postos nos novos espaços. Dar um novo significado, recriar, relaciona-se ao que Hobsbaw (1984), apresenta como invenção das tradições. A invenção das tradições “inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo” (Ibidem). A ressignificação das tradições das comunidades indígenas na cidade de Manaus faz parte de um amplo processo de reconstrução da identidade étnica dos grupos indígenas migrados para a capital do Estado.

Comunidades indígenas e a reorganização da etnicidade para o turismo

De acordo com o IBGE (2012), a população autodeclarada indígena em área urbana no Brasil na última década de 1990 era de 71.026, já no período entre 2000 a 2010, esse número passou de 383.298 para 315.180. O estado Amazonas concentrava o maior número de indígenas autodeclarados entre os estados da Federação, com 168.680 mil, 20,6% do total da população autodeclarada indígenas do país, e apenas 4,8% da população do estado, sendo que 6,2% em área urbana e 3,6% em área rural. Os dados do Censo 2010 também revelou

que a população indígena em números totais no Amazonas era 183.514, sendo que 129.529 vivendo em Terras Indígenas (TI), e 53.985 vivendo fora de TI. Em Manaus vivem aproximadamente 30 mil pessoas de 61 etnias na capital do estado como mostra o quadro abaixo. Na área urbana do município, segundo o Censo 2010, o número de indígenas autodeclarados teve diminuição entre os anos de 2000 a 2010, saindo de 7.787 para 3.837. A maioria dos grupos indígenas passou por “dinâmicas migratórias” vindas de áreas distantes dos centros urbanos, adaptando-se ao ritmo da cidade. Esses grupos indígenas na sua maioria formaram ao longo do tempo, comunidades autodenominadas comunidades indígenas.

Quadro 01 - Indígenas em Manaus

ETNIAS	<p>Apurinã, Issé, Katawixi, Marimam, Parintintin, Tuyúca Arapáso, Jarawara, Katukina, Marubo, Paumari, Waimiri-Atroari, Juma, Katwena, Matis, Pirahã, Wai-wái, Banavá-Jafí, Juriti-Tapuia, Kaxarari, Mawaiãna, Pira-Tapúya, Wanana, Baniwa, Kaixana, Kaxinawá, Sateré-Mawé, Warekena, Barasána, Kambeba, Kaxhysana, Siriána, Wayampi, Baré, Kanamari, Kobema, Mayoruna, Tariána, Xeréu, Deni, Kanamanti, Kokama, Miranha, Tenharin, Jamamadi, Dessana, Karafawyána, Korubo, Miriti-Tapuia, Torá, Yanomami, Hi-Marimã, Karapanã, Kulina/Madjíj, Munduruku, Tukano, Zuruahã, Hixkaryana, Karipuna, Maku, Mura e Tukúna.</p>	Nº DE PESSOAS + ou - 30.000 -
---------------	---	---

Fonte: João Melo funcionário FUNAI, em junho de 2008, adaptado de Maximiano (2009, p. 81).

Cada comunidade é representada por vários grupos indígenas, com diferentes línguas, histórias, religião, tradições, hábitos, forma (organização e tamanho) e que vivem em uma situação muito diferente do que a imaginação pode orientar a palavra comunidade. Essas comunidades são compostas de pessoas que carregam histórias seculares deixadas por seus ancestrais e são vistas como

indiferentes no plano urbano. Em Manaus existem comunidades urbanas e rurais formadas por membros de uma mesma família; são irmão(a)s; primo(a)s; tio(a)s; sogro(a)s; filho(a)s; neto(a)s), organizados segundo seu costume.

Percebe-se também a existência de uma geração que teve suas características físicas modificadas pela mistura entre indígenas e não indígenas. Isso não significa que esse processo é recente, se faz recente e inevitável para aquelas famílias que procuram na cidade uma mudança que proporcionem condições satisfatórias para sua sobrevivência. Em 2011, segundo Costa Novo (2011), existiam doze comunidades indígenas que nos últimos anos abriram seus territórios étnicos para o recebimento de visitantes e turistas. Essas comunidades compõem um quadro de 54 comunidades, entre rurais e urbanas inseridas nas atividades voltadas para o turismo em toda Região Metropolitana de Manaus, segundo a autora. Das doze comunidades indígenas, nove (quadro 2) estão distribuídas no município de Manaus em área rural e urbana.

Quadro 02 - Comunidade indígena indicadas pelos órgãos de turismo de Manaus

MANAUS	RDS do Tupé
	1. Comunidade Livramento
	Rio Cuieiras (afluente do Rio Negro)
	2. Comunidade Indígena Três Unidos
	3. Comunidade Indígena Nova Esperança
	Povos Indígenas
	4. Comunidade Indígena Inhaã-beé (Tarumã)
	5. Comunidade Indígena Mawé (Gavião) (Tarumã)
	6. Comunidade Indígena Caniço-Rouxinol
	7. Comunidade Indígena Aiwaykuru
	8. Comunidade Indígena Yapurar
	9. Comunidade Indígena Terra Preta

Fonte: Adaptado de Costa Novo (2011, p.93), Secretarias Municipais de Turismo (2010).

Dessas comunidades, foram visitadas as comunidades Nossa Senhora do Livramento na RDS do Tupé, composta de por indígenas e não indígenas; a Comunidade Indígena Caniço-Rouxinol no igarapé do Caniço, margem direita do rio Tarumã-Açú; a Comunidade Indígena Três Unidos e Nova Esperança, no Rio Cuieira, margem direita do rio Negro; a Comunidade Indígena Sateré-Gavião no igarapé no Tiú, margem esquerda do rio Tarumã-Açú. Essas comunidades são compostas por indígenas das etnias: *Kambeba, Tukano, Dessana, Baré, Carapãna, Baniwa, Tariano, Kuanã, Munduruku, Tukano, Barasana, Tuiuca, Tariano, Pira-Tapuya e Sateré-Mawé*. Esses indígenas migraram de diversas regiões do Amazonas, como: Alto Rio Negro, Alto Solimões e Médio Amazonas.

Essas comunidades reorganizaram seus espaços étnicos tendo em vista o contanto gerado pelo fluxo de turistas e visitantes em seus territórios. Foram criados espaços para a apresentação de rituais e danças, escolas de músicas indígenas, venda de artesanatos. Nesses espaços, os turistas ou visitantes tem a oportunidade de vivenciar uma experiência com a cultura indígena. Essa reorganização étnica por via do turismo está reafirmando a identidade cultural dessas etnias diante da sociedade dominante. O fluxo de turistas e visitantes e a interação proporcionada por esse fluxo se deu por conta da iniciativa de alguns empreendimentos turísticos (hotéis de selva e urbanos) localizados nas proximidades da praia da Ponta Negra, que organizam passeios turísticos com grupos de turistas nacionais e estrangeiros.

Essa prática de turismo em comunidades indígenas, por estar inserida em espaço rural, leva ao pensamento de que esse tipo de turismo acontece tomando como referência os princípios do Turismo de Base Comunitária. No entanto, o turismo em comunidades indígenas, observado durante a pesquisa de campo, não contempla essa classificação de turismo, uma vez que os comunitários não

tomam as decisões, nem estão se apoderando dessa atividade econômica. As comunidades não detêm o capital financeiro para promover e organizar a visitação nas comunidades, ficando a cargo dos empreendimentos turísticos, gerando de certa forma uma dependência da prática do turismo em suas comunidades.

Outro fato são as negociações entre empresários e comunidades indígenas que acontecem de forma verbal, sem nenhum contrato social, uma vez que a entrada dos recursos advindos da prática só ocorre com a venda do artesanato. Toda a organização da comunidade não é levada em consideração, o que levou algumas comunidades a reivindicarem seus direitos na Justiça do Trabalho, levando a falta da procura por parte dos empreendimentos turísticos a essas comunidades.

A emancipação social das comunidades indígenas pelo turismo de base comunitária

O Turismo de Base Comunitária é uma abordagem com expressivas conotações de estudos em diversas áreas do conhecimento humano, por apresentar uma complexidade relativamente de símbolos, que não podem ser interpretados apenas por via dos sistemas no qual o turismo está assentado. Essa abordagem ganhou grandes proporções por se apresentar como tema emergente e possibilidade de ruptura das velhas estruturas, uma vez que tem em proposição o desenvolvimento de forma sustentável de escala local.

De acordo com Zapata; Hall; Lindo & Vanderschaeqhe (2011, p. 726), TBC surgiu durante a década de 1970, como resposta aos impactos negativos do modelo de desenvolvimento do turismo internacional de massa. Seu imperativo encontra-se alicerçado “[...] com uma abordagem “*bottom up*” e não “*top-*

down” no planejamento turístico, que o centre no bem-estar e na participação ativa das comunidades” (MURPLY, 1985, *apud* PÉREZ, 2009, p. 120).

Concentra-se, desta forma, ações que promovam o fortalecimento (político e social) dos atores sociais envolvidos com o turismo em cada comunidade, assim como esses espaços geográficos marginalizados das esferas demandantes dos sistemas hegemônicos. Essas ações contradizem aos sistemas subordinados aos processos de desenvolvimento econômico por via do turismo. E, diante dos mercados globalizados, a emergência de uma “nova” ordem social do mundo e uma vontade de compensação da exploração predatória dos ambientes naturais, surge também à ambição e desejo de uma possível sustentabilidade.

O TBC caracteriza-se pela contemplação de peculiaridades pertinentes ao desenvolvimento econômico, mas contradiz a este modelo, pois coloca à evidência os atores sociais locais, assim como valoriza os espaços locais e os inserem dentro dos mercados globalizados. A prevalescência de se desenvolver localmente sob o controle e participação dos atores sociais locais coloca o aspecto “*top-down*” em destaque neste processo, traduzindo em uma possibilidade de melhorar a qualidade de vida de muitas comunidades, assim como dos comunitários.

Embora o TBC seja descrito como sendo um processo em consolidação no Brasil (BURSZTYN e BARTHOLO, 2012), algumas experiências aparecem relacionadas à “[...] pequenas comunidades rurais e conservação da natureza através do ecoturismo. O conceito foi estendido a uma gama de diferentes produtos turísticos (por exemplo, a cultura local e o folclore, gastronomia, artesanato tradicional) e modelos de gestão em todo o mundo” (ZAPATA; HALL; LINDO e VANDERSCHAEQHE, 2011, p. 726).

Segundo Pérez (2009, p. 57), “um exemplo é o que acontece desde 1980, quando a partir de então a consciência ecológica se consolidou e os turistas

começaram a procurar produtos mais respeitosos com o meio ambiente (ex.: ecoturismo) [...]”. Uma diferença entre o turismo de massa e o ecoturismo é à apropriação da natureza por meio da aproximação contemplativa, com a redução da infraestrutura (hotéis, vias de acesso, restaurantes, etc.) e valorização das localidades onde os espaços naturais estão localizados.

O foco principal para definir o turismo com base na comunidade encontra-se nos valores culturais, sociais e ambientais da localidade. Estes iriam gerar as condições necessárias para atingir os fins mediante os meios, gerando benefícios comuns a toda a comunidade. Segundo Maldonado (2009, p. 29), o “turismo abre vastas perspectivas para a valorização do acervo do patrimônio comunitário. Diversas avaliações têm mostrado que, graças ao turismo, as comunidades estão cada vez mais conscientes do potencial de seus bens patrimoniais [...]”.

No Brasil, segundo Bursztyń e Bartholo (2012, p. 98), o TBC vem se consolidando nas últimas décadas. “As iniciativas, antes marginalizadas, começaram a se articular e juntas conseguiram influenciar na formulação de políticas públicas para o fortalecimento da atividade. Ganharam espaço, visibilidade e apoio para desenvolverem suas ações”. Um dos primeiros registros de pesquisa voltados para o TBC aparece em 2006, com o pesquisador Davis Gruber Sansolo, sendo supervisionado pelo Prof. Roberto Bartholo (BARTHOLO, SANZOLO e BURSZTYN, 2009, p.14).

As iniciativas de turismo de base comunitária não seguiam esta tendência teórica, pois estava relacionada apenas para os aspectos de desenvolvimento sustentável, seguia as preocupações de preservação e conservação ambiental. Segundo Nelson (2004, p. 183), o turismo desenvolvido em comunidades com as estratégias visando à sustentabilidade, “é um componente essencial para seu êxito, onde os moradores têm um papel importante no desenvolvimento

sociocultural, econômico e na conservação ambiental. Sua participação dever ser feita nas três fases: planejamento, operação e monitoramento”.

O TBC resgata e aproxima as classes marginalizadas no processo de exclusão, e resulta na combinação de vários critérios e diversidades de modos de organização que vão desde a gestão comunitária do destino, públicas e empresarias mais convencional. Eles também orientam que deve haver uma rotação de oferta de serviços entre cada membro da comunidade, assim como deve haver consulta por parte dos organizadores públicos do turismo junto às comunidades.

A cada espaço em que esta modalidade de turismo tende a ocorrer, devem-se levar em consideração as peculiaridades desses espaços e as condições socioeconômicas das comunidades, além do estágio temporal em que está situado em relação ao amadurecimento, entendimento conceitual e prático do TBC. Não se descarta as consequências de uma posse parcial de um conceito, o que eleva pontos negativos para uma gestão apropriada do direcionamento para a melhoria socioeconômica da comunidade.

Os atores sociais devem assumir um papel ativo e participativo na organização da oferta de produtos e serviços em destinos turísticos. Esse entendimento se traduz em benefícios diretos para a comunidade que vive em situações de marginalização socioeconômica e de extrema pobreza. Esta situação é pertinente no que diz respeito às comunidades amazônicas inseridas na atividade do turismo, uma vez que muitas vinculadas aos programas de assistência social como aposentadoria e as bolsas dos governos federal e estadual.

As iniciativas do TBC no Estado do Amazonas são marcadas pela interação entre comunitários e Organizações Não Governamentais (ONGs) no município amazonense de Silves a 300 Km da cidade de Manaus. Segundo Nelson (2004,

p. 201), “no Estado do Amazonas, a visitação turística em comunidades começou na década de 1980, com barcos e os primeiros hotéis de selva e continua até hoje, onde uma visita a uma comunidade faz parte dos pacotes regulares”.

Com a ameaça da fome e a ajuda da Igreja Católica, no final da década de 80, as comunidades locais se organizaram em torno de uma ONG, a ASPAC (Associação de Silves pela preservação Ambiental e Cultural). Paralelamente ao trabalho de Educação Ambiental e conservação dos recursos pesqueiros, a ASPAC, com apoio da WWF-Brasil, optou pelo desenvolvimento do turismo como alternativa econômica para as comunidades ribeirinhas. Foi construída uma Pousada (Aldeia dos Lagos), onde há a participação intensa das comunidades ribeirinhas tanto na prestação de serviços de hospedagem como nas atividades de lazer do turista (SANSOLO, 2003, p. 45).

Controvérsias de definição do TBC são questões a serem superadas e onde possa estabelecer as diretrizes para uma melhor execução da atividade em todos os níveis. Não diferente desta situação encontra-se o turismo em comunidades ou territórios indígenas. “Por um lado, sinaliza-se para os indígenas como vítimas da exploração do mercado turístico global, sofrendo consequências negativas, como a descaracterização cultural e a degradação do seu patrimônio natural” (FORTUNATO e SILVA, 2001, p. 86).

A prática do turismo em comunidades indígenas poderia levar a emancipação social dos comunitários em suas comunidades, levando ao desenvolvimento social e econômico por meio do turismo, uma vez que “sua introdução pode fornecer um espaço para expressar novos, potencialmente competitivos, interesses no processo, substância e/ou agentes de desenvolvimento local” (REED, 1997, p. 573). A emancipação seria o resultado das ações conjuntas entre comunidade indígenas, empreendimentos turísticos e instituições

públicas. As instituições públicas auxiliariam as comunidades em sua organização, e na especialização da produção do produto turístico.

Considerações Finais

O desenvolvimento social e econômico das comunidades indígenas por meio do turismo deve ser refletido em toda a sua dimensão. Sabe-se que o turismo é uma atividade econômica que se apropria dos espaços naturais e culturais, levando a sua ascensão ou ao seu declínio. Com isso, este trabalho trouxe algumas informações a cerca do turismo que ocorre em algumas comunidades indígenas na cidade de Manaus. A proposta deste trabalho era levar ao conhecimento de todos, os processos e as práticas do turismo em comunidades indígenas no Amazonas por via do olhar interdisciplinar.

O estudo do turismo em comunidades indígenas levou a reflexão de como as tradições, as identidades, as formas de pensar sobre si pelos outros são recriadas pelos grupos indígenas que passaram por algum tipo de movimento migratório. Pudemos identificar que a partir da prática do turismo, esses aspectos são recriados em prol de toda a comunidade como resultados do processo de reconstrução da identidade étnica. Nesses casos, indígenas migrados de seus territórios foram colocados em uma situação onde o indivíduo desempenha um papel que transcende o seu próprio universo cotidiano, tomando uma posição radicalizadora de possibilidades para o seu estabelecimento em um determinado espaço.

No caso do indígena, lhe dar com problemas relacionados à representação e construção do imaginário, a reconstrução identitária, é um modo que os elevam a sua capacidade de recriar e repensar possibilidades, onde as relações se fazem como um elemento essencial para superação das contradições ao modo como são postos nos novos espaços. Eles utilizam suas tradições de forma pensada e

coloca novos questionamentos contraditórios ao modo como a sociedade dominante enxerga esses grupos humanos, já que os colocam, por muitas vezes, em uma situação marginal.

A prática do turismo em comunidades indígenas deveria seguir o caminho do Turismo de Base Comunitária, onde os comunitários pudessem chegar a sua emancipação social econômica por meio do turismo. No entanto, o que se viu foi a dependência dessas comunidades indígenas aos empreendimentos turísticos instalados em área urbana ou ao entorno de Manaus, uma vez que elas não possuem recursos financeiros, nem tão pouco estrutura suficiente para receber turistas por maior tempo. Em sua grande maioria, o que acontece é a visitação a comunidade, não há um convívio mais íntimo como o indígena, suas famílias, como acontece nos casos do turismo de base comunitária.

As comunidades visitadas desenvolvem apresentações programadas de parte da cultura a turistas e visitantes, como resultado dos acordos verbais entre a comunidade e os empreendimentos turísticos. Não é respeitada nesses casos a capacidade de cargas desses espaços, nem tão pouco os aspectos culturais do lugar, uma vez que muitos comunitários não fazem parte dessas apresentações. Os empreendimentos turísticos organizam grupos de turistas que não se interessam apenas pelas apresentações, mas que querem conhecer um pouco mais a vida dessas comunidades.

Na verdade, é preciso rever a forma como acontece essa prática de turismo no Amazonas e criar uma parceria com as instituições públicas como o Sebrae e Senac, para o aperfeiçoamento e a qualidade no atendimento. Rever também as ações do estado em relação à criação de políticas públicas para ter um planejamento e organização do espaço, e a valorização e o respeito da cultura local, assim como de seu espaço físico. Essa prática de turismo tem contribuído

não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também para valorização da cultura indígena por parte do próprio indígena, assim como dos turistas.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G. & BURSZTYN, I. Introdução. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G. & BURSZTYN, I. (Organizadores). **Turismo de Base Comunitária**; diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BERNAL, R. J. **Índios Urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus**. Tradução: Evelyne Marie Therese Mainbourg. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Documento Referencial Turismo no Brasil 2011-2014**. Disponível em: <
http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros_estudos/downloads_outrosetudos/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf > Acesso em: 29 out. 2014.

COSTA NOVO, C. B. M. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM): caracterização e análise crítica**. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28062012-165759/pt-br.php> > Acesso em: 13 jan. 2013.

HOBSBAWM, E. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, E. & RANGER, T. (Orgs.) **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

IBGE, Instituto Brasileira de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <
www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf > Acesso em: 23 nov. 2014.

FORTUNATO, R. A. e SILVA, L. S. Os Significados do Turismo Comunitário Indígena sob a Perspectiva do Desenvolvimento Local: O Caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (Am): In: **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, ano 05 - nº 02 - Ago/2011. Disponível em: <
http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano5-edicao2/artigo_6.pdf > Acesso em: 16 mai. 2011.

LOMINTZ, L. A. **Redes sociais, cultura e poder**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina; gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G. & BURSZTYN, I. (Organizadores). **Turismo de Base Comunitária**; diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

NELSON, S. P. Envolvimento comunitário em turismo: benefícios e desafios. In: NELSON, S. P. **Ecoturismo: Práticas para turismo sustentável**. Manaus: Editora Valer/UniNorte, 2004.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **World Tourism Barometer**. Madri, v. 7, n. 2, junho, 2009.

PEREIRA, J. C. A. Da migração nacional à internacional: enredos e desenredos de jovens rurais na agricultura familiar. In: CARNEIRO, M. J., CASTRO, E. G. de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PÉREZ, X. P. **Turismo Cultural. Uma visão antropológica** (e-book). El Sauzal (Tenerife. Espanha): ACA y PASOS, RTPC. 2009. Disponível em: < www.pasosonline.org > Acesso em: 11 mai. 2011.

REED, M. G. *Power relations and community-based tourism planning*. **Annals of Tourism Research**. Volume 24, Número 3, pp. 566-591, 1997. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738397000236> > Acesso em: 21 mai. 2012.

SANSOLO, D. G. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no município de Silves, AM. In: **PASOS. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 1, n. 1, 2003, p. 39-50. Disponível em: < <http://www.pasosonline.org> > Acesso em: 27 fev. 2013.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **Travel & Tourism Economic Impact 2012 Brazil**. Disponível em: < http://wttc.org/site_media/uploads/downloads/brazil2012.pdf >. Acesso em: 13 mar. 2013.

FESTIVAL DE VERÃO DO CABURI/PARINTINS/AM: ESTUDO DO ATENDIMENTO AOS VISITANTES

Domingos Marcelo Mendonça Rosas ¹
João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho ²

Resumo

Este trabalho visa compreender o processo de construção de uma festa no interior da Amazônia, especificamente, o Festival de Verão realizado na Comunidade do Caburi, Parintins/AM, no mês de setembro de cada ano. Com isso, pretende-se propor possíveis medidas que possam contribuir para melhor receber os turistas que prestigiam a festa. Para realizá-lo foi necessária a observação direta do evento, entrevista com proprietários de pousadas e a aplicação de 50 (cinquenta) questionários aos turistas presentes. Procurou-se traçar um perfil das pessoas entrevistadas e a satisfação das mesmas em relação aos serviços públicos disponíveis na Comunidade e a infraestrutura do Festival. O resultado evidencia que os serviços públicos de telefonia, sinalização de ruas e de locais públicos, transporte público e a infraestrutura do festival, como, acesso ao local de realização do evento, identificação e delimitação do local do festival, além do estacionamento destinado aos veículos precisam ser melhorados. Além disso, sugerem-se algumas medidas que podem contribuir com a satisfação dos turistas e melhoria do evento.

Palavras Chave: Festival de Verão. Comunidade do Caburi. Turistas.

Introdução

O turismo, tema abordado neste artigo, é uma atividade econômica e social que pode gerar, dentre outras coisas, emprego, renda e lazer. Requer investimentos em infraestrutura e capacitação de mão de obra para ser desenvolvido com êxito.

¹ Especialista em Turismo e Desenvolvimento Local, pelo Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), rosas_marcelo@outlook.com

²Dr. Universidade do Estado do Amazonas. jdazevedo@hotmai.com

A atividade turística na Agrovila do Caburi ocorre, principalmente, no período de realização do seu Festival de Verão, evento realizado no mês de setembro, suscitando a necessidade de compreender como o festival se consolida como uma atividade que atrai visitantes de todas as partes da região, bem como, aspectos da oferta dos serviços públicos e privado.

Percebeu-se que o Festival de Verão do Caburi tem sido um meio para incrementar a economia da referida Agrovila, no entanto, pouco estudo foi realizado sobre essa atividade no local definido, ao mesmo tempo, saber quais os atrativos e a estrutura que a mesma oferece aos turistas que se deslocam até a localidade para prestigiar o evento.

Discorrendo sobre o turismo

Para entendermos mais sobre turismo é necessário abordamos origem, definições e conceitos, características e importância do turismo, bem como, algumas modalidades turísticas possíveis de serem desenvolvidas na Agrovila do Caburi e que podem contribuir para o entendimento do tema central deste trabalho, tais como: turismo de base local, turismo rural e turismo cultural, sendo que este último está inserido no evento estudado.

A origem do turismo

Boiteux; Werner (2009) esclarece que na evolução histórica do homem, a vontade de conhecer outros lugares, por inúmeros motivos, deve ter surgido com os babilônios, por volta de 4.000 a. C. No Egito, em 3000 a. C, já se acarretavam deslocamentos através do rio Nilo. Os fenícios foram obrigados a desenvolver o comércio internacional, devido suas terras serem improdutivas para a agricultura, o que os levou a realizar viagens para a China e a Índia. A Grécia antiga também

realizava viagens para participação em jogos olímpicos. Os nobres do Império Romano, viajavam a lazer para visitar os grandes templos.

Os referidos autores descrevem ainda que na Idade Média a nobreza enviava seus filhos para estudar em grandes centros europeus, surgindo assim, o “intercâmbio cultural”.

A palavra *Turismo* surgiu no século XIX, porém o turismo existe desde as mais antigas civilizações. Seu desenvolvimento se deu após a Segunda Guerra mundial, como consequência dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem estar resultante da restauração da paz no mundo (FOURASTIÉ, 1979 apud RUSCHMANN, 2008). A denominação de turismo se deu desde o tempo das primeiras viagens organizadas no século XIX, denominado de “Grand Tour” (CRUZ, 2003), promovido pela dinamicidade das sociedades, que vem mudando de sentido a cada ano com a dinâmica de viajar e de conhecer algum lugar.

A primeira agência de viagem do mundo foi à empresa de Thomas Cook, em 1841, que organizou uma viagem de trem para 570 passageiros, partindo da cidade de Leicester para Loughboroug, na Inglaterra (BOITEUX; WERNER, 2009).

Ignarra (2003) relata que no Brasil, o crescimento do turismo se deu a partir das primeiras expedições marítimas que chegaram com Américo Vespúcio, Gaspar Lemos, Fernando de Noronha, as quais o autor considera como “turismo de aventura”.

Turismo: definições, conceitos, características e importância

A Organização Mundial do Turismo (OMT) afirma que “[...] o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer,

negócios ou outros afins” (IGNARRA, 2003, p.11). Esta definição é o padrão utilizado para conceituar turismo nos países-membros dessa organização.

Segundo Cruz (2003) o turismo, além de ser uma prática social, é extremamente dinâmica, pois que muda de sentido no decorrer do tempo histórico, sendo, portando, muito difícil acompanhar essa evolução com um mero conceito.

A referida autora cita ainda a definição da OMT, a partir de um olhar geográfico, que diz que,

o turismo é uma modalidade considerada pelo deslocamento espacial, que envolve algum tipo de meio de transporte e inclui ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta.” (CRUZ, 2003, p. 4).

Para a autora, esta definição de turismo trata viagem e turismo como sinônimos. Trigo (1998) menciona como fundamental entender que o turismo é uma atividade econômica, cultural e social que surgiu no Século XIX, no contexto da Revolução Industrial. O mesmo cita algumas definições sobre turismo elaboradas por estudiosos como:

[...] Em 1929, Gluksmann definiu turismo como “um vencimento do espaço por pessoas que vão a um local onde não possuem um lugar fixo de residência”.

Para Schwink, também da Escola Berlinense, turismo é “o movimento de pessoas que deixam temporariamente o local de suas residências permanentes por motivos relacionados ao espírito, corpo ou profissão”

Já para Arthur Bormann, outro integrante da Escola Berlinense, turismo é “o conjunto de viagens cujo objeto é o prazer ou por motivos comerciais, profissionais ou análogos, durante as quais a ausência da residência habitual é temporária, Não constituem

turismo viagens realizadas para trasladar-se ao local de trabalho”.

[...] Gluoksmann melhorou sua definição pouco antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945): “Turismo é a soma das relações existentes entre viajantes que se detêm em um lugar de férias e os naturais desse lugar [...]

[...] Troisi define como “conjunto de traslados temporários de pessoas, originados por necessidades de repouso e curra, espirituais ou intelectuais”. E Marcel Gautier, como, um “conjunto de fenômenos econômicos e sociais originados pelas viagens”.

Luís Fernandez Fuster, após analisar esses e outros conceitos históricos, também oferece sua definição:

Turismo é o conjunto de turistas, cada vez mais numerosos; os fenômenos e relações que essa massa produz em consequência de suas viagens; todo aparato receptor de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias interpretes etc. que o núcleo receptor deve habilitar para atender às correntes turísticas [...]

[...] A American Express, na década de 1990, abordava o turismo de outra perspectiva: “a indústria de viagens e turismo inclui transporte de passageiros, hotéis, motéis, e outras formas de hospedagem, restaurantes, cafés e similares, serviços de recreação, lazer e cultura] (TRIGO, 1998, p. 09-10).

Ignarra (2003, p. 14) diz que

o turismo é uma combinação de atividades, serviços e indústrias que se relacionam com a realização de uma viagem: transportes, alojamento, serviços de alimentação, lojas, espetáculos, instalações para atividades diversas e outros serviços receptivos disponíveis para indivíduos ou grupos que viajam para fora de casa.

O conceito de turismo varia de autor para autor, pois há muitas controvérsias, pois o turismo está relacionado a viagens, mas nem todas são ou podem ser consideradas como turismo.

Contudo, pode-se definir o turismo como um meio pelo qual o “viajante” conhece lugares diversos, através do seu deslocamento do lugar onde reside à outra localidade, não fixando residência no lugar visitado.

Ignarra (2003, p. 11) descreve, a partir da definição da OMT, quatro componentes para o turismo como fenômeno:

- O turista, que busca diversas experiências e satisfações espirituais e físicas;
- Os prestadores de serviços, que encaram o turismo como uma forma de obter lucros financeiros;
- O governo, que considera o turismo como um fator de riqueza para a região sobre sua jurisdição;
- A comunidade do destino turístico, que vê a atividade como geradora de empregos e promotora de intercâmbio cultural.

Para o supracitado autor (2003) o turismo pode ser classificado de acordo com a amplitude das viagens em:

- local - quando ocorre entre municípios vizinhos;
- regional – quando ocorre em locais em torno de 200 ou 300 km de distância da residência do turista;
- doméstico - quando ocorre dentro do país de residência do turista;
- internacional - quando ocorre fora do país de residência do turista (intracontinental ou intercontinental);
- emissivo - fluxo de saída de turistas que residem em uma localidade;
- receptivo - fluxo de entrada de turistas em um determinado local.

Modalidade turísticas

As modalidades turísticas são inúmeras. Diversos fatores dão à viagem características específicas, determinando diferentes tipos de turismo. Motivação

ou objetivos da viagem, procedência dos viajantes, o volume da demanda, as formas da organização das programações turísticas, a faixa etária dos viajantes, cada um desses fatores está ligado a um tipo de turismo.

Turismo de Base Local

Segundo Azevedo Filho (2013, p. 169) “o Turismo de Base Comunitária é um conceito novo, mas que tem sido utilizado como referência para um turismo envolvendo a inserção das comunidades no turismo”. Bartollo Jr et al (2009 apud AZEVEDO FILHO, 2013, p. 169), entende-se por *turismo comunitário* qualquer forma de organização empresarial baseada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, envolvendo as práticas de cooperação e equidade no trabalho e distribuição dos benefícios resultantes da prestação de serviços turísticos.

Turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais (WWF-Internacional, 2001, apud MENDONÇA, 2004, p. 21).

Zanotti (2010 apud ABRAHÃO FILHO, 2010, p. 14) esclarece que o turismo de base comunitária é um tipo de turismo que tem como objetivo principal beneficiar as comunidades visitadas. No entanto, é importante esclarecer que, em geral, o turismo de base comunitária é o ecoturismo; porém, nem todo ecoturismo é de base comunitária. Esta é forma de ecoturismo em que a comunidade local tem grande controle e envolvimento em seu desenvolvimento e gestão, e em que a maior parte dos benefícios permanece na comunidade.

Segundo Abrahão Filho (2010, p. 59), as origens do Turismo de Base Comunitária (TBC) estão relacionadas ao Turismo Rural Comunitário (TRC), que por sua vez, segundo Maldonado (2009, apud ABRAHÃO FILHO, 2010, p. 59) teve início na década de 80, com as primeiras incursões de comunidades isoladas.

Abrahão Filho (2013) realizou um estudo para investigar se a área ribeirinha de Parintins apresenta potencialidades ecoturísticas, tomando-se por modelo o turismo de base comunitária (TBC) como estratégia de desenvolvimento sustentável dessa área. O resultado deste mostrou por meio de visita à cidade de Parintins e às comunidades de Santa Rita da Valéria, Lago de Macuricanã, Paraná do Espírito Santo (de Baixo, do Meio e de Cima) e Vila Amazônia, que a área ribeirinha de Parintins apresenta importante potencial ecoturístico de base comunitária.

Baseado no estudo acima e nas semelhanças naturais e culturais em comum da Agrovila do Caburi com as comunidades estudadas por Abrahão Filho, esta modalidade pode ser desenvolvida na localidade em estudo.

Turismo Rural

O Turismo Rural “é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MTUR, 2008, p. 49).

Segundo o Ministério do Turismo do Brasil (2008) o desenvolvimento do turismo rural comunitário teve como principais motivações a busca por alternativas de geração de renda e trabalho, dado o baixo dinamismo da atividade agrícola e a concentração da pobreza em áreas rurais. Esta oferta atende o interesse de um número crescente de turistas por nichos de mercado, como o Turismo de

Natureza, que unem qualidade ambiental com culturas tradicionais, como uma forma de fuga da rotina das grandes cidades. Assim, foram desenvolvidas nas áreas rurais atividades não tipicamente agrícolas, entre as quais o turismo.

A atividade turística no meio rural, se gerida pelas próprias comunidades, pode contribuir para a revitalização da economia rural, gerando novas fontes de emprego e de renda, sem suplantar as atividades tradicionalmente desenvolvidas, pois são estas que fazem parte do patrimônio cultural local e são o principal fator atrativo para os visitantes.

Em 2004 o Ministério do Turismo apresentou as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural Brasileiro. Os objetivos expostos pelas diretrizes evidenciam um privilégio ao incremento econômico da atividade, considerada como um segmento turístico. Dentre outros aspectos, chama atenção à abordagem territorial, cujas diretrizes apontam o turismo rural como um fator indutor ao desenvolvimento regional, tendo o território como ponto de partida para análise e realização de investimentos em infraestrutura. Contudo, o território é visto unicamente desde sua perspectiva econômica, deixando outros atributos como as características naturais/ambientais, culturais e políticas/institucionais em segundo plano. As diretrizes desenvolvidas pelo MTur também não discriminam pequenas e grandes propriedades rurais como se as necessidades fossem homogêneas (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009, p. 146).

Apesar de não ser o foco principal deste estudo, foram visualizadas durante a viagem à Comunidade do Caburi inúmeras propriedades rurais com criação de gado e com belezas naturais, que podem ser consideradas como atrativos turísticos.

Turismo Cultural

A definição desta modalidade refere-se a “todo turismo no qual o principal atrativo não é a natureza, mas um aspecto da cultura humana, que pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer dos aspectos abrangidos pelo conceito de cultura” (BARRETO, 2007, p. 87).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (apud BARRETO, 2007), o turismo cultural inclui o conhecimento da cultura e dos ambientes culturais, compreendendo a paisagem do lugar. Nesses atributos encaixam-se sítios arqueológicos, monumentos históricos e outras manifestações artísticas do local, bem como os valores e formas de vida, o patrimônio, as artes visuais e performáticas, as indústrias, os idiomas, as atividades cotidianas, as tradições e as formas de recreação da população local.

É considerado aquilo que se revela e expressa à memória, identidade das populações e comunidades também denominadas de patrimônio histórico e cultural. Os bens culturais e de valor histórico, artístico, científico possíveis de se tornarem atrações turísticas como: o Festival Folclórico de Parintins/AM e a festa em honra a padroeira da cidade de Parintins Nossa Senhora do Carmo, que também pode ser classificado como turismo religioso.

A Comunidade do Caburi e uma avaliação da infraestrutura e serviços durante o Festival de Verão

A Comunidade do Caburi, está localizada no lago do mesmo nome, na margem esquerda do Rio Amazonas, distante cerca de 48 km em linha reta da cidade de Parintins (figura 1).

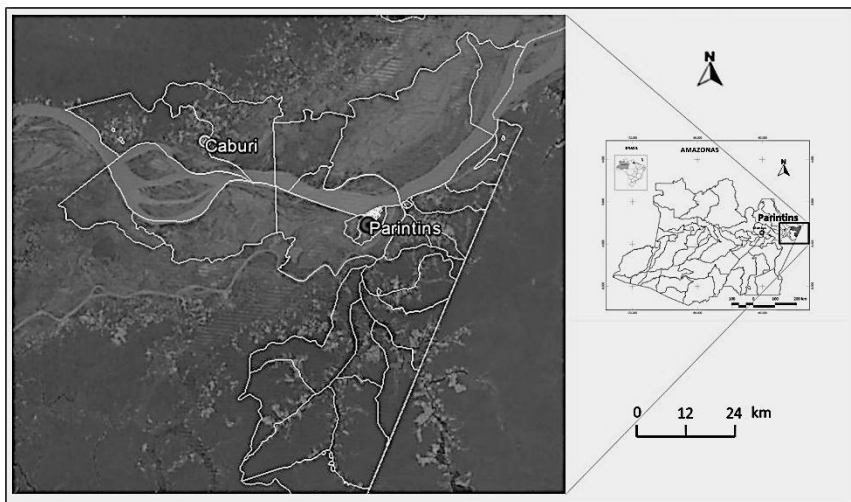


Figura 1: Localização da área de estudo.

Fonte: Imagem Google Earth, 09/04/2013, base geográfica IBGE (2010), organizado por Azevedo Filho

Conforme Rodrigues (1993):

O nome Caburi surgiu em decorrência de um caso conhecido por antigos moradores do lugar denominado “o Caso do Lago do Cabo Ari”, onde Mendonça Furtado cumprindo ordens que veio de Portugal determinou que tropas do governo do Grão-Pará, deveriam subir ao Amazonas e expulsar os jesuítas, onde essas tropas se espalharam pela região comandada por um Cabo do Exército chamado pelo nome de Ari e mais seus 20 soldados, entraram na mata em busca de aldeias e foram emboscados por índios das tribos do lago, aonde veio a morrer. Mais tarde com o linguajar do povo foi transformado até ao que se pronuncia hoje, Agrovila do Caburi (p.08).

Atualmente a população da Agrovila está em torno de 2.300 habitantes, conforme informações obtidas no IBGE, em 2012. Possuindo uma infraestrutura de cidade, onde as ruas já estão asfaltadas, sistemas de energia elétrica e água encanada;

uma agência dos correios, uma agência do “Bradesco Expresso” na qual os moradores efetuam pagamento de contas, como água e luz, efetuam depósito, saques e transferências entre contas do Bradesco e outros Bancos. Existem ainda na comunidade 12(doze) mercearias, 02 (duas) lanchonetes, 10 (dez) bares e restaurantes que fornecem alimentação aos moradores e visitantes, 04 (quatro) lojas de confecção que vendem roupas infantis e juvenis, 03 (três) açougues, 02 (duas) padarias, 01 (uma) farmácia, 02 (duas) lojas que oferecem serviços de fotocópias/computação e *lanhouse*, além de 01 (um) local que vende gasolina para as motos e carros que circulam na comunidade.

O turismo desenvolvido que se destaca no local é o Festival de Verão, evento este realizado desde o ano de 1991, na Praia Brilho do Banzeiro. O mesmo é organizado pela Associação dos Moradores e Agricultores Familiares do Caburi (AMAF), com o apoio da Prefeitura Municipal de Parintins, cujo objetivo principal é divulgar a referida comunidade, aos comunitários adjacentes dos municípios de Nhamundá, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Urucará, Parintins e de outras localidades, realizando nesse acontecimento, torneio de futebol e vôlei, masculino e feminino, além de apresentações de dança, artistas, músicos e concurso da escolha da “Garota Verão”.

Neste ano de 2014, o festival foi realizado no período de 26 a 28 de setembro e contou com as seguintes atrações:

- dia 26/09/14 – passagem de som, com todas as bandas do evento e serestão de verão;
- dia 27/09/2014 – torneio de futebol e voleibol de areia, apresentação de bandas musicais, oriundas de Parintins e Manaus e baile dançante de verão;
- dia 28/09/2014 – torneio masculino de futebol e voleibol de areia, corrida de rabeta (canoa de madeira de 4,5 m), apresentação do boi-bumbá Garantido, desfile da “garota verão” e encerramento do festival.

Para a realização desta pesquisa foi necessário o deslocamento até a referida Agrovila, nos meses de julho a setembro, para a observação *in loco* de fatos ligados ao festival e aplicação de questionário aos turistas que participam diretamente deste evento, a fim de se obter um perfil dos turistas presentes e de verificar a opinião dos mesmos sobre os pontos positivos e os pontos negativos relacionados à Comunidade e ao festival de verão e com isso obter informações que contribuíram para a apresentação de possíveis medidas capazes de serem adotadas para melhor atender aos turistas que vão ao Festival de Verão do Caburi no município de Parintins/AM.

Medidas que podem ser adotadas para atender melhor os visitantes do Festival de Verão

Durante a realização deste estudo foi possível perceber que há investimentos por parte do Poder Público Municipal para que o Festival de Verão do Caburi ocorra com sucesso, atraindo visitantes oriundos das adjacências, porém algumas ações são paliativas, restritas ao período festivo, como por exemplo, a questão da iluminação pública e a disponibilização de ambulância, visto que, estes serviços não recebem a mesma atenção no restante do ano.

Percebeu-se também que, os comunitários, de forma familiar, se organizam para vender produtos alimentícios e bebidas, em suas próprias casas ou nas ruas, como forma de aumentar a renda familiar. A Associação dos Comunitários também aproveitou o evento para vender *souvenir*, como camisas e bonés, como lembranças do Festival. De forma geral, houve um movimento maior no comércio e nas embarcações, devido ao aumento do número de visitantes na Comunidade.

Dentre as possíveis medidas capazes de serem adotadas para melhor atender aos turistas que vão ao Festival de Verão do Caburi e também aos comunitários, podemos citar:

Com relação aos serviços públicos na Comunidade do Caburi

Os serviços de telefonia têm que melhorar muito, para contato tanto entre os comunitários quanto entre os visitantes. As operadoras de telefonia móvel não funcionam na localidade, possuindo somente a telefonia fixa, disponível inclusive em “orelhões”, porém esta não estava funcionando durante o festival, fato que pode ter contribuído para uma avaliação negativa pelos visitantes.

Sugestão 1 - Sugere-se, a implantação de telefonia móvel, por meio de instalação de antenas por parte das operadoras e maiores fiscalizações no serviço de telefonia fixa pelos órgãos públicos competentes, a fim de evitar que comunitários e visitantes fiquem sem comunicação.

Com relação da falta de sinalização das ruas e de locais públicos da comunidade dificultando a identificação das mesmas e, principalmente, o acesso de turistas para chegar até o local de realização do festival.

Sugestão 2 – Fixação de placas sinalizadoras com os nomes das ruas e dos locais turísticos da Comunidade.

Não há transporte público na Comunidade e isso faz com que comunitários e turistas fiquem a mercê de “transporte clandestino” de moto taxi, sem regulamentação do poder público.

Sugestão 3 – Disponibilização de um ônibus para transporte de pessoas do “cais do porto” até a praia de realização do evento, que poderia atuar de forma particular ou gratuita. A regulamentação e a fiscalização do serviço de “moto

taxi” pode ser uma alternativa para resolução deste problema, tornaria este serviço mais seguro para a população e também pode gerar renda para os comunitários, além de aumentar a satisfação dos visitantes.

Com relação à infraestrutura do Festival de Verão

O acesso ao local de realização do evento, a Praia Brilho do Banzeiro, foi um dos fatores apontado pelos turistas como algo que precisa ser melhorado, conforme já citado este fica distante de onde as embarcações, que servem de local de hospedagem para um grande número de visitantes, ficam ancoradas.

Sugestão 4 – implantação e implementação os serviços citados na sugestão 3.

Não havia identificação e delimitação do local de realização do festival.

Sugestão 5 – criação de um símbolo para o festival, que possa ser fixado, de forma visível, na entrada do local de realização do evento, bem como, a delimitação e identificação de áreas de acesso livre e as de acesso restrito a prática dos torneios.

O local que serviu de estacionamento também foi avaliado negativamente, por ficar distante da praia e por não se destinar somente a estacionamento.

Sugestão 6 – destinação de uma área próxima à praia exclusiva para estacionamento e a realização de uma campanha educativa, com objetivo de orientar os condutores de veículos quanto à necessidade de não transitar na praia.

Considerações Finais

Este trabalho permitiu refletir e analisar sobre o Festival de Verão e a Comunidade do Caburi, possibilitando conhecer os entraves que de certa forma prejudicam o festival, tais como: telefonia, sinalização das ruas e locais públicos,

transporte público, acesso ao local do evento, estacionamento, sendo possível apontar melhorias no decorrer do trabalho abordado, que possam contribuir para melhor atender aos turistas que vão ao Festival de Verão ou em outra época visitar a Agrovila do Caburi.

O estudo também mostrou que o Festival de Verão e a Comunidade têm muitos pontos positivos e agrada a maior parte dos turistas, como por exemplo, a limpeza da comunidade, a receptividade dos comunitários, as belezas naturais e a segurança. Os visitantes pesquisados enfatizaram que a Comunidade possui um potencial turístico além das praias e que deveriam ser mais exploradas não somente pelos comunitários das localidades adjacentes, mais pelos próprios moradores da Agrovila.

Contudo, o turismo desenvolvido durante o Festival de Verão do Caburi é uma oportunidade para diversão e lazer dos visitantes que prestigiam as noites de realização desse evento, e também foi visto que contribui para o aumento da renda familiar dos comunitários e até mesmo de vendedores ambulantes de outras localidades que vão ao festival em busca de vender os seus produtos como foi estudado nesse trabalho.

Referências

- ABRAHÃO FILHO, Hissa Nagib. **O turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento sustentável da área ribeirinha de Parintins**. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)- Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
- AZEVEDO FILHO, João D'Anuzio Menezes de. **A produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas**. 2013. 207 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BARRETO, Margarita. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas**. Campinas: Papyrus, 2007.
- BARTHOLO, Roberto; SANZOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras**. Letra e Imagem, Rio de Janeiro, 2009.

- BOITEUX, Bayard; WERNER, Maurício. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Rocca, 2003
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Turismo e participação comunitária: ‘Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?’** 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- RODRIGUES, Adelson S. **História do Caburi: luz do amanhã**. Manaus, UFAM, 1993.
- RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 14. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- SILVA, Charlene Maria Muniz da, **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia**, 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas UFAM, Amazonas, 2009.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 1998.

A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL NO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS, AMAZONAS ¹

Geana Lopes dos Reis²

João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho³

Resumo

A cidade de Parintins realiza atualmente uma das maiores manifestações folclóricas do país. Esse evento vem adquirindo considerável espaço no setor turístico, pois, de um pequeno evento local, da comunidade acabou por se tornar o maior festival folclórico do norte do país, ganhando admiradores regionais, nacionais e até mesmo internacionais. Nos últimos tempos esse festival cresceu consideravelmente fazendo com que a cidade se modificasse para receber aqueles que vêm de fora, os turistas. Toda a movimentação típica da época do Festival modifica o cotidiano da cidade, em que moradores locais têm que dividir seu lugar com um público diferenciado. Este trabalho buscou compreender como a população local percebe sua participação e por meio de quais atividades participa do Festival Folclórico de Parintins. Para tanto, esta pesquisa se utilizou de entrevistas fechadas com moradores locais visando compreender sua relação com as atividades proporcionadas pelo Festival. Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se do método fenomenológico, sendo esta considerada uma pesquisa qualitativa. Tais procedimentos tornaram possível a identificação das diversas atividades efetuadas pela população local durante o Festival. Em que revelou ser ainda notória a participação da população nos eventos pré-festival, mas nas três noites da apresentação dos Bois-Bumbás Garantido e Caprichoso, no Bumbódromo, a participação é bem menor, mesmo nas atividades econômicas, pois estes se sentem excluídos do planejamento do evento turístico.

Palavras-chave: Parintins – turismo - boi-bumbá - exclusão

Introdução

Durante toda uma vida do ser humano, muitas são as atividades desenvolvidas por ele, sejam elas do tipo profissional ou pessoal. Boa parte das pessoas que passam a maior parte do tempo de sua existência no ambiente de trabalho almeja

¹ Extraído do Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia em 2013 (CESP/UEA)

² Licenciada em Geografia pelo Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA)

³ Professor Adjunto, curso de Geografia do CESP/UEA. jdazevedo@hotmial.com

um tempo para se dedicar a uma atividade alheia a esse ambiente. Quando o encontram, procuram alternativas para satisfazer sua ânsia pela perda da rotina, por um momento recreativo. Nessas circunstâncias foi que a atividade turística foi sendo impulsionada, tornando-se um dos principais desejos de quem pretende ignorar um pouco sua vida habitual e buscar descanso ou alguma satisfação pessoal.

Dessa forma, o turismo, apropriando-se de espaços e culturas passa a se expandir e isto se aplica, por exemplo, o que aconteceu em Parintins, lugar onde ao longo da história o turismo foi se tornando parte da realidade da cidade, que é hoje cenário de uma das maiores manifestações folclóricas da Região Norte do país, o Festival Folclórico de Parintins.

Esse evento, que ao longo do tempo ganhou considerável dimensão turística também trouxe consigo, ao menos durante o período das festividades, uma modificação ao comportamento de parte da população local, que devido à movimentação intensa do ambiente, típica da época, desvia-se da rotina para se dedicar a alguma atividade proporcionada pela festa, ou simplesmente não se interessa pelas atividades festivas.

Toda a festa folclórica, que se inicia na etapa de preparação e é finalizada com apresentação no Bumbódromo, em três dias do último fim de semana de junho, parece excluir a população local e valorizar aqueles que vêm de fora, os turistas. Contudo, essa mesma população não se deixa ignorar, uma vez que uma considerável parcela busca satisfazer por meio deste evento seus mais diversos interesses.

De fato, há uma significativa participação do povo local nas atividades do Festival Folclórico, resta saber em que medida este participa e com que atividades ocupa seu tempo nesse período. A busca por essa resposta instigou-nos a realizar um estudo sobre como os moradores da cidade de Parintins se utilizam da festa

dos bumbás. Desta forma, este estudo teve como principal objetivo o de compreender como o morador local vê e participa das atividades do Festival. Para tanto, a pesquisa se utilizará do método fenomenológico em que o sujeito/ator é fonte de informação extremamente importante no processo de construção do conhecimento, sendo considerada esta, uma pesquisa qualitativa. A princípio foi realizado um levantamento bibliográfico, seguido pela coleta dos dados, desenvolvida por meio da aplicação de questionários aos moradores nos bairros de Parintins com uma amostra total de 124 entrevistados. Cada bairro contemplado pela pesquisa teve uma amostra de questionários proporcional à quantidade de seus habitantes. O critério de aplicação destes se deu a partir do sorteio de uma das quadras de cada bairro e na sequência a aplicação na primeira residência ao leste da quadra sorteada, prosseguindo para a esquerda após o intervalo de duas casas. Caso fosse necessário prosseguiria na quadra seguinte à esquerda, iniciando da mesma forma anterior só que agora da segunda casa.

Festival Folclórico e Turismo em Parintins

A cidade de Parintins localizada na Região do Amazonas realiza um dos maiores eventos folclóricos do país. Esse Festival vem ganhando considerável espaço no setor turístico, pois, a princípio, aquele que era apenas um pequeno evento local da comunidade, passou a receber admiradores regionais, nacionais e até mesmo internacionais. E desta forma, paulatinamente o Festival Folclórico foi se consolidando como um evento turístico e influenciando na dinâmica da cidade. No decorrer do trabalho ao se tratar do Festival Folclórico de Parintins será utilizado o termo “Festival”, assim como ao se referir as Agremiações Folclóricas de Garantido e Caprichoso será empregado o termo “Boi”.

Festival Folclórico de Parintins

O Festival de Parintins veio se transformando ao longo do tempo. Começou como uma simples brincadeira nas casas e nas ruas da cidade de Parintins, mas, ao mesmo tempo, síntese de uma manifestação cultural introduzida pelos migrantes nordestinos. Dessa brincadeira, com o passar do tempo, surgiu uma imensa Festa Folclórica dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso, os protagonistas do espetáculo, capaz de chamar para si olhares externos e maior destaque diante de outras cidades interioranas do estado do Amazonas.

Segundo a tradição, os Bois surgiram em Parintins na segunda metade do século XX. O boi Garantido teria sido criado em 1913, por Lindolfo Monteverde e o Boi Caprichoso logo surgiu, não se sabe data exata, criado pelos irmãos Roque e Antônio Cid e Furtado Belém (CAVALCANTE, 2000).

No princípio, com o surgimento e desenvolvimento espontâneo da brincadeira folclórica, os interesses eram apenas o de divertimento e entretenimento das famílias envolvidas. Mesmo nessa época, em que os interesses não estavam vinculados ao setor econômico, havia o empenho dos participantes na evolução e manutenção da brincadeira de boi-bumbá. Assim, por um bom tempo o progresso da brincadeira teve como principal combustível o interesse no divertimento do povo.

A disputa entre os Bois foi crescendo, e se converteu de uma simples brincadeira para alegrar o povo, em um imenso Festival. E dessa vez, intensamente vinculada ao segmento econômico, mobilizando turistas dos mais variados lugares que acabaram por modificar a dinâmica da cidade durante esse período.

O Festival é um evento anual que atualmente ocorre no último fim de semana do mês de Junho. Entretanto, não se resume apenas aos três dias de festa, pois meses antes do evento principal acontecer, são realizados os ensaios nos “currais” de Garantido e Caprichoso, visando à preparação dos diversos elementos que

compõem as apresentações na arena do Bumbódromo (local onde ocorre o Festival).

A contribuição popular na festa, desde sua constituição, passando pela criação de um festival e agora com o patrocínio de grandes empresas foram elementos muito importantes para desenvolvimento da festa. Paralelo a isso foi surgindo o reconhecimento do festival como potencial turístico e a partir daí consideráveis investimentos e patrocínios foram disponibilizados ao festejo dos Bois, impulsionando assim a ampliação do Festival.

Dentro de toda essa evolução, muitas também foram as mudanças ocorridas no que diz respeito ao envolvimento da comunidade local com o Festival. Antigamente, a festa ocorria de forma mais acessível a toda faixa etária de público e sem rígidas regras para seu acontecimento. De crianças a idosos frequentavam os ensaios no curral dos bois, pois ainda se preservavam as características da brincadeira inicial, em que as danças eram simples e de fácil acesso a todo tipo de público e a música mais cadenciada. Enfim, naquele tempo, brincar de Boi era tarefa fácil. O divertimento ficava por conta de todos e a população se doava ao evento, sentindo-se assim satisfeita com a movimentação que esses festejos traziam.

No Festival, apesar de todas as mudanças ocorridas, ainda perpetua as características do povo local, com seu modo de festejar, mesmo que não com as mesmas proporções de antes. Embora a comunidade local não tenha contato direto com as decisões do festival, parte dela ainda o abraça como seu e, de certa forma, sente um inexplicável orgulho de seu Boi, de sua cidade, apego aos principais personagens da festa, os Bois, assim como de toda a criatividade que se originou de uma simples brincadeira.

Cidade de Parintins e Turismo

Embora o conceito de turismo já tenha estado paralelo a outras atividades que visam entretenimento, como o de recreação, viagem e divertimento, atualmente a definição mais aceita foi desenvolvida pela Organização Mundial do Turismo, que afirma que o turismo compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras atividades (OMT, 2001 apud CRUZ, 2007).

Isto implica dizer que são inúmeros os motivos pelos quais se viaja e independente destes as viagens são consideradas turísticas dentro dessa concepção, desde que estejam inclusas nesse período já determinado. No caso de Parintins, esse conceito se aplica pelo fato de a cidade promover um Festival que atrai centenas de pessoas que viajam com objetivos variados, mas que em sua maioria busca o divertimento.

O espaço não é apenas o depositário das coisas, mas consiste no resultado de sua interação com a sociedade, ou seja, ele é, além de produzido pelas relações sociais, produtor dele mesmo. Se existe todo um processo de produção de espaço para o turismo, neles se criam e reproduzem relações sociais. Nesse sentido o espaço deve ser percebido como processo, produto e produtor de relações sociais (AZEVEDO FILHO, 2013).

Festas, eventos, beleza física, são alguns dos atrativos buscados pelos visitantes, pois estes procuram ambientes que contrastem com o seu cotidiano. O novo os interessa, bem como as diversas possibilidades de divertimento dos quais se pode desfrutar em determinado ambiente (PORTUGUEZ, 2001, p. 8). Em Parintins, a atração da turística é proveniente do Festival que nela se promove, pois em outras épocas do ano a atividade turística torna-se escassa, quase nula, exceto por alguns

navios de cruzeiros que, de passagem, fazem uma breve parada na cidade a fim de conhecê-la.

Ao chegar a Parintins no período do Festival, a atração principal são os Bois. No entanto, não é a única motivação, pois existem pessoas que já conhecem a festa e vêm com a intenção apenas de curtir a movimentação da cidade que se mostra alegre nesse período. Xavier (2007) aponta essa dimensão simbólica, para ele “a própria cultura também constitui um importante atrativo, seja pela arte, pelo folclore, pelo artesanato, pela música, pelos costumes, pela literatura ou pelo *saber fazer* de um povo” e é aí que se encontra o ponto forte do turismo em Parintins, a maneira peculiar da comunidade de se divertir e seu jeito alegre de ser.

A Participação da População Local em Eventos Pré-festival

Anteriormente às três noites do Festival Folclórico, variados eventos são realizados visando sua preparação, além dos festejos que por tradição constituem a festa dos Bois que ocorre anualmente. A celebração dos Bois nas ruas da cidade e os ensaios diários e de fim de semana fazem parte do conjunto de eventos proporcionados pelos bumbás que antecedem a grande festa. A temporada destes episódios festivos ao longo dos anos veio sendo antecipada, pois, cada vez mais cedo as toadas dos Bois são selecionadas para o disco musical e a partir daí iniciam-se os ensaios nos currais dos Bois.

A participação da população local na preparação do festival

Foram selecionados 124 moradores da cidade de Parintins aleatoriamente para responder um questionário sobre sua participação no Festival e sua preparação. Nesse sentido, sobre a participação dos entrevistados nos eventos pré-festival, das 124 pessoas entrevistadas, 54% afirmaram participar de eventos que

antecedem o festival. A figura 1 mostra os tipos de atividades pré-festival que o morador local participa.

Dentre as atividades desenvolvidas, as *passeatas* dos bumbás se destacam como as mais participadas, 33% entrevistados afirmaram participar desse evento. Isso se deve ao fato dessas serem consideradas eventos raros se comparadas às demais atividades que ocorrem constantemente, pois estas ocorrem no máximo três vezes por ano em ambos os Bois.

Quanto aos *ensaios*, estes tiveram quase a mesma intensidade de participação de 25% e 26% a do público entrevistado, geralmente tanto os ensaios diários quanto os de fim de semana são frequentados, muitas vezes, pelo mesmo público.

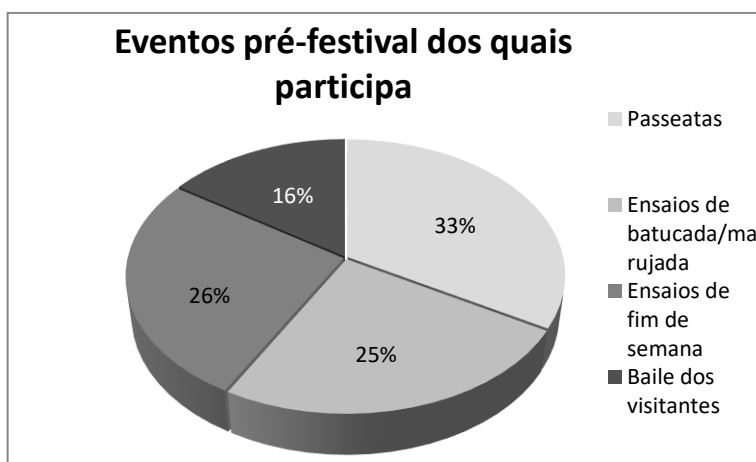


Figura 1: Participação em eventos pré-festival

Apenas 16% dos entrevistados afirmaram participar do baile dos visitantes. Segundo a maioria destes, por ser este um evento realizado no dia anterior ao festival, é preferível poupar as energias para os três dias seguidos de festa que virão, pois são demasiadas cansativas para quem participa assiduamente do Festival por inteiro.

A Participação da População Local nas Três Noites do Festival Folclórico

No que diz respeito à participação nas diversas atividades desempenhadas durante o festival, em resposta, do total de 124 entrevistados 78 deles afirmaram participar de alguma forma do Festival e 46 disseram não participar. Dos que participam do Festival, a figura 2 demonstra as atividades noturnas desenvolvidas no período do festival, bem como a intensidade de participação do público.

Com relação às atividades desenvolvidas durante o Festival, 65% daqueles que afirmaram participar do Festival disseram que passeiam nos arredores do bumbódromo, ou seja, mais da metade das pessoas. Das demais atividades das quais a população local participa, brincando nas arquibancadas do bumbódromo foi a segunda atividade mais citada pelos entrevistados com 26%. Enquanto que, brincando na arena e trabalhando, foram atividades desenvolvidas por uma pequena parcela dos entrevistados com apenas 7% e 2%, respectivamente.

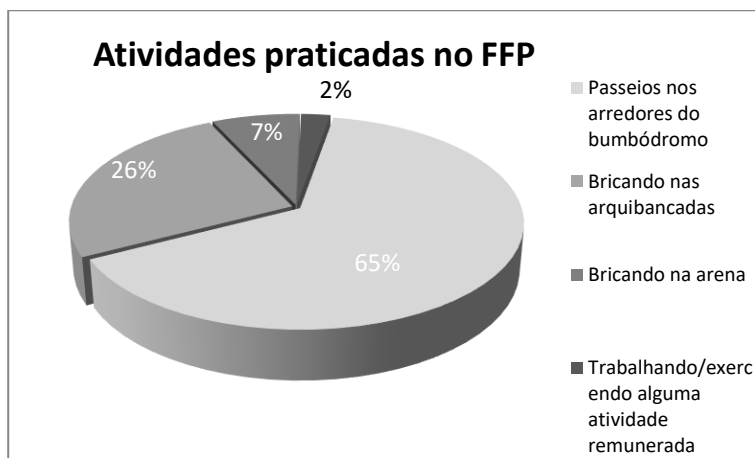


Figura 2: Atividades praticadas durante o Festival Folclórico de Parintins

Existem ainda aqueles que afirmaram não participar das atividades proporcionadas pelo festival, estes compreendem 46 do total de entrevistados (124). Se não há uma participação direta no festival, cabe saber o que preferem fazer nesse período.

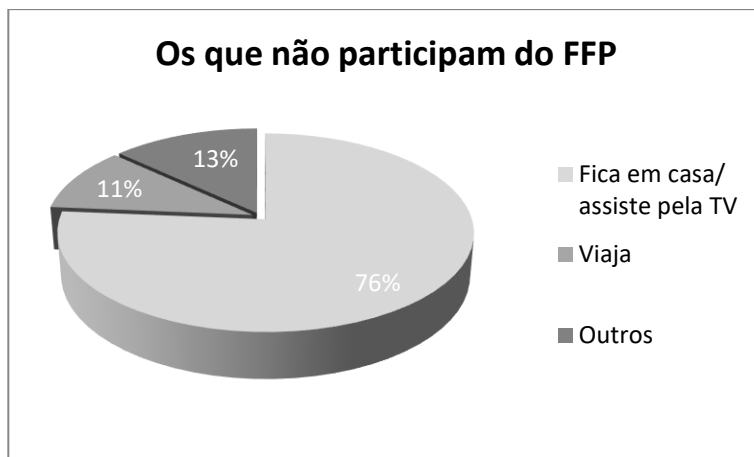


Figura 3: Atividades efetuadas por pessoas que não participam do FFP

Por meio da figura 3 é possível identificar que 76% dos entrevistados que não se interessam pela prática das atividades festivas preferem ficar em casa e/ou assistir ao Festival pela televisão. É possível observar ainda que 11% dos entrevistados afirmaram viajar nesse período, mostraram desinteresse pela festa ou aproveitam as promoções de viagens nesse período de saída da cidade para viajar para outro lugar. No entanto, maior desinteresse mesmo se encontra na opção que indica outros motivos com 13%, em que a maioria dos entrevistados disseram dormir nesse período, pois afirmaram que o Festival de nenhuma forma influencia suas vidas, consideram esses dias como outro qualquer.

Atividades Econômicas Desenvolvidas Durante o Festival Folclórico de Parintins

Foi possível perceber que, as atividades mais desenvolvidas pelo morador local, são atividades independentes desenvolvidas por conta própria, como mostra a figura a seguir em que dos 124 entrevistados apenas 17 disseram desenvolver alguma atividade remunerada no Festival.



Figura 4: Atividades econômicas desenvolvidas no FFP

Em resposta as atividades desenvolvidas, a figura 4 mostra que, trabalhos como vendas de bebidas compreendem 23% do total seguida pela venda de artesanatos com 12% e por último a venda de alimentos que dividiram entre si menos da metade da porcentagem dos que afirmaram exercer atividade econômica. Atividade como venda de bebidas obteve esse resultado em razão de ser este um produto de fácil venda, pois a quantidade de pessoas que consomem a todo instante bebidas no período da festa é bem exagerada, e quanto maior o consumo maior serão as vendas e conseqüentemente maior número de vendedores.

Destino da renda obtida no período do Festival

A figura a seguir mostra o que a renda obtida no período do festival representa na economia da comunidade local, levando em consideração que apenas 17 dos 124 entrevistados afirmaram desempenhar alguma atividade econômica.

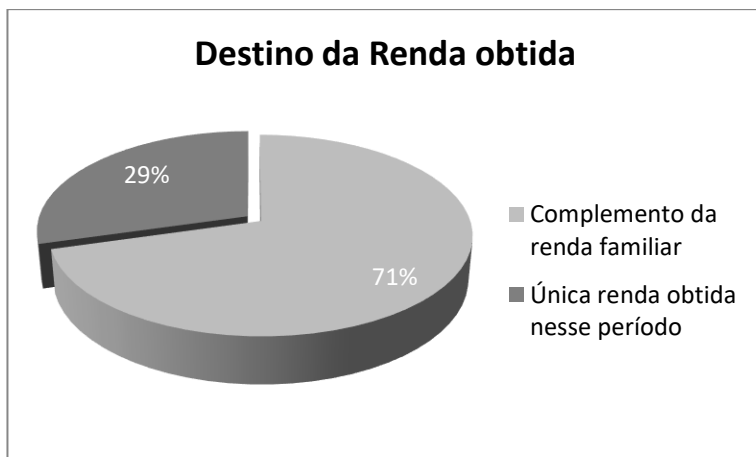


Figura 5: Destino da renda obtida no FFP

Em resposta ao destino da renda obtida no festival, a figura 05 revela que 71% dos entrevistados afirmaram que a atividade econômica desenvolvida no evento festivo foi um complemento da renda familiar. Outros 29% consistem naqueles que disseram ter sido essa a única renda obtida naquele período.

Percebe-se que é um número pequeno de pessoas que se envolvem economicamente como festival, ao mesmo tempo que a maior parte já desempenha alguma atividade e encara sua participação no mesmo como uma renda extra. Uma pequena parte

A importância do Festival para a economia local

Em resposta à importância do Festival de Parintins para a economia local, a figura 6 mostra que, pouco mais da metade dos entrevistados acreditam ser o Festival importante para a economia, em razão de contribuir para maior circulação de dinheiro na cidade, outros 23%, acreditam que o Festival é muito importante para a economia de Parintins, sem maiores declarações. Alguns defendem que o festival é um momento em que muitas pessoas conseguem emprego, onde 15% dos entrevistados consideraram essa questão. Apenas 9% dos entrevistados afirmaram não ser o Festival um evento importante para a economia local.

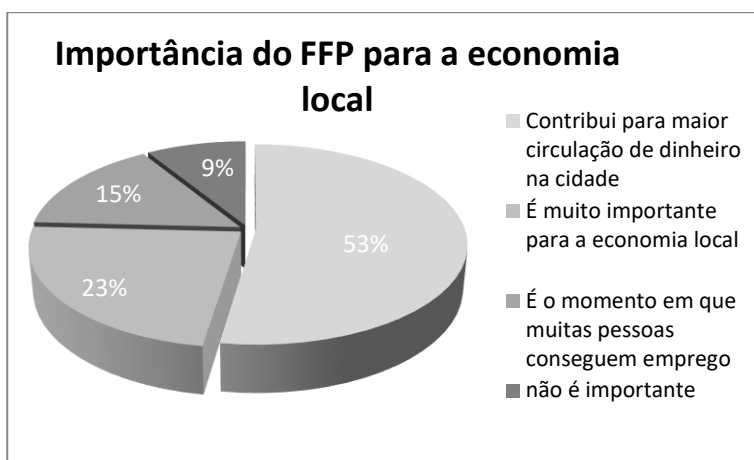


Figura 06: Importância do FFP para a economia local

Essa relação de desigualdade econômica ocorrida em Parintins por meio da ineficácia do planejamento do Festival só prejudica o bem-estar da relação entre Festival e comunidade local, pois um *evento* não pode, apesar do nome, ser um fenômeno isolado no processo turístico; é necessária uma *política de eventos* inserida no planejamento turístico das cidades. No sentido de agregar valor.

Onde órgãos governamentais e empresas de eventos precisam trabalhar juntos e integrados em um planejamento estratégico, para que a sociedade participe e se beneficie dos resultados sociais e econômicos. Desta forma, a política de eventos deve mobilizar os valores sociais autênticos da localidade, a fim de que sejam sustentáveis e permanentes, não só o evento em si, mas o processo turístico de agregação de valor (GASTAL, 2002).

Considerações Finais

A análise da participação da população local no Festival de Parintins, levando em conta as variadas possibilidades de se utilizar da festa, mostrou o quanto a comunidade parintinense ainda participa das atividades proporcionadas pelo Festival. Apesar de ser esta uma festa com fortes vínculos econômicos e financeiros, não abrange igualmente todas as camadas sociais. Por esse motivo a maior atividade desenvolvida pelo parintinense ainda é aquela que visa entretenimento e diversão, mesmo que indiretamente, levando em consideração que a maioria deles apenas passeia no entorno do bumbódromo no período de Festival. Apesar disso, grande parte das pessoas tem grande fascínio pela festa e fazem questão de participar de alguma forma do grande evento.

A participação nos eventos pré-festival pode ser considerada como mais democrático e envolvente, pois não estabelece limites aos interessados, deixando os três dias no Bumbódromo para os visitantes e para os que podem pagar.

O Festival se tornou uma importante atividade socioeconômica para a cidade de Parintins. No entanto, faz-se necessário ainda maior planejamento por parte do governo e demais agentes envolvidos acerca da sua realização para que haja melhor organização e valorização da comunidade local, atendendo a interesses tanto dos visitantes como da população parintinense.

Referências

- AZEVEDO FILHO, João D'Anuzio Menezes de. **A Produção e a Percepção do Turismo em Parintins, Amazonas**. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- CAVALCANTE, Maria Laura Viveiros de Castro. **O boi-bumbá de Parintins, Amazonas: breve história e etnografia da festa**. Revista História, Ciência, Saúde, vol. VI, Setembro 2000.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografia do Turismo de lugares de lugares e Pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.
- GASTAL, Suzana. **Turismo investigação crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.
- PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e Espaço: turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001.
- XAVIER, Herbe. **A Percepção Geográfica do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

NHAMUNDÁ-AM: POTENCIALIDADE TURÍSTICA DE UM MODELADO GEOMORFOLÓGICO

Aluilson Sampaio Bentes¹
Ana Paula Moraes dos Santos²

Resumo

Diante o cenário deslumbrante da Amazônia, modelado por uma geomorfologia singular é possível vislumbrar a biodiversidade de localidades particulares com grande potencial turístico mediante suas belezas naturais moldadas pelo tempo geológico. O objetivo proposto neste trabalho é descrever os pontos turísticos bem como sua geomorfologia, com destaque o município de Nhamundá, no estado do Amazonas, com vários encantos naturais que se destacam e instigam ao turismo naquela localidade. O arcabouço teórico para o intento proposto perpassa pela pesquisa bibliográfica de autores os quais abordam a questão geomorfológica, bem como estudiosos que abordam o turismo no estado do Amazonas, e um destaque em especial ao histórico da cidade nhamundaense com sua diversidade sociocultural, fauna e flora característicos. O presente artigo vem dispor sobre a geomorfologia presente na cidade de Nhamundá, relacionando com o turismo ali praticado, e tendo o enfoque para tal intento da ciência geográfica que norteia os conceitos de paisagem e os estudos dos lugares em suas múltiplas dimensões.

Palavras chaves: Nhamundá, Geomorfologia, Turismo

Introdução

Amazônia um deleite aos olhos, um mister de riquezas e mistérios de um lugar envolto de história e um fascinante recanto geomorfológico único, o Amazonas abarca em seu território um contingente de localidades turísticas ímpares que ilustram e compõem o esse importante bioma, diante de seus caminhos ao longo de inúmeros e gigantes rios nasce a vida, fauna e flora, para os ribeirinhos; indígenas, os nativos amazônidas, de povos que em meio às adversidades de uma região muitas vezes esquecida, cria e renova seus próprios modos de vida.

¹ Graduando do curso de Geografia, CESP/UEA. sampaio**bentes**@hotmail.com

² Graduanda do curso de Geografia, CESP/UEA. **moraes.ana.paula**@hotmail.com.

Lançar um olhar sobre o Amazonas é convidativo a conhecer este estado rico e ainda pouco desconhecido. Para o intento proposto traça-se uma abordagem fisiográfica e geomorfológica da formação denominada Nhamundá. O relevo tornou-se a chave para abarcar o entendimento da dinâmica desse ambiente, abrangendo um conjunto de elementos como hidrografia, solo, rochas, fauna e fauna. O município de Nhamundá é banhado pelo viçoso rio de mesmo nome e em seu território resguardam-se numerosas riquezas naturais, madeiras nobres e importantes minerais: ouro, rutilo, titânio e pedras preciosas. Salientam-se os exuberantes pontos paisagísticos que norteiam parte da economia da cidade (figura 1), bem como eventos festivos com o mesmo intento.



Figura 1: a cidade de Nhamundá

Fonte: Google Earth, 2014

Diante do que já foi dito, o ambiente em questão carrega uma fragilidade, e conjuntamente, potencialidades que a tornam importante não somente para o

estado do Amazonas, bem como para o Brasil em um contexto econômico por intermédio do turismo.

Nhamundá e sua historicidade

Nhamundá, da língua tupi-guarani significa “aquele que furta”, deriva dos índios Jamundá ou Uaboís, considerados os primeiros habitantes da região, tribo indígena que, segundo Saunier (1991), habitaram o território dos rios Nhamundá e Trombetas. Considerando que há poucas informações sobre esses povos, apenas estudos do arqueólogo João Barbosa de Faria, do ano de 1946, que fez escavações nessa área e diz ter encontrado na região de Faro (PA) vestígios que os Uaboís fabricavam os amuletos de pedras verdes (Muirakitãs), depois que as indígenas Amazonas de lá se retiraram, o que faz crer, que aprenderam a fabricar os referidos amuletos com as mulheres guerreiras. Além dos Uaboís, outras tribos primitivas habitaram esta porção geográfica como os Condurís ou Conurís, índios ceramistas da família linguística Caribae Guaranís ou Guacarás índios localizados no rio Nhamundá, a montante, rumo as Guianas.

O encanto persiste na cidade que, segundo se orgulham os historiadores que a contam, tem origem possivelmente no século XVII, quando das penetrações do território pelos índios através do rio Nhamundá.

Por intermédio da Lei Estadual nº 96 datada de 19 de dezembro de 1955 o distrito da Ilha Afonso de Carvalho ou Ilha das Cotias como era conhecida quando os Teixeiras, Pinheiros e outras famílias, iniciaram a ocupação da região que mais tarde seria desmembrada de Parintins, passando a ser constituído como município autônomo denominado Nhamundá que em 31 de janeiro de 1956 fora instalado definitivamente tendo sua sede na ilha que recebeu o mesmo nome.

No encadeamento das ideias relacionadas a fisiografia, Nhamundá sustenta belíssimas praias agradáveis aos sentidos de quem a visita, sendo localizada na

zona do Baixo Amazonas com áreas limítrofes aos municípios de Parintins ao sul; Urucará a oeste, ao norte, com estado de Roraima e circunjacente aos municípios de Faro, Juruti e Terra Santa, do Estado do Pará que compartilham do notável rio de águas escuras, o sereno Nhamundá.

A sede municipal está distante cerca de 375 km da capital (Manaus), em linha reta, ou cerca de 577 km por via fluvial, contendo uma altitude aproximada de 50 metros em relação ao nível do mar.

A população do referido município é composta segundo IBGE (2010) por um contingente de 18.278 habitantes, o que representa pouco menos de 8% da população do Estado, sendo sua maioria rural tendo taxa de urbanização inferior a 43%.

Verifica-se que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) melhorou com relação a última avaliação. Apesar de alguns êxitos mais de 42% das famílias nhamundaenses vivem em situação de pobreza, o sistema educacional precisa ser revisto pois apresenta escolas sem infraestrutura, saúde pública lamentável, entre outros problemas apontados pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável Nhamundá 2007-2014.

Além dos sedutores aspectos paisagísticos e climáticos, a cidade apresenta ainda importantes manifestações de cunho religioso. Dentre as festividades em destaques no município está a festa religiosa de Santo Antônio e da padroeira, Nossa Senhora da Assunção.

No cenário da pesca esportiva, Nhamundá destaca-se pela tradicional “Festa da Pesca do Tucunaré” que acontece sempre no final do mês de setembro e tem mobilizado pescadores locais, bem como de outras regiões atraídos pelo riquíssimo ecossistema que abriga inúmeros peixes esportivos como o tucunaré, apapá e as coloridas e robustas pirararas.

Em contraposição às belezas apresentadas, a jusante da parte frontal da cidade de Nhamundá o rio é cortado pela linha de transmissão do Linhão do Tucuruí, que conduz energia da Usina Hidrelétrica de Tucuruí até Manaus, sem, contudo, atender aos municípios desta área do território.

A economia é baseada pela extração da castanha-do-pará, a pecuária bovina, extração de madeiras (Itaúba) e peixes. A exploração de minerais ainda vislumbra um futuro promissor, mas ainda não consolidado.

Em relação aos aspectos naturais a região é dotada por deslumbrantes formações paisagísticas, podendo citar a Serra do Espelho da Lua. Esses elementos naturais fortalecem, ainda mais, o potencial da região quanto potencial para o turismo.

De modo geral a cidade Nhamundá possui como atributos valorosos a natureza, caprichada nos seus mínimos detalhes, distribuindo a fauna de conformidade com a grandiosidade de seus rios e florestas, de gente alegre, simpática e acolhedora, enfim, um lugarejo que “toca o coração”, segundo os poetas André Azevedo e Jander Carvalho, na música “Nhamundá Tropical”

*[...] quero falar de um lugar, que me toca o coração.
Um pequeno torrão de terra pois sei que vocês poderão gostar.
Na margem direita do rio Nhamundá, na fronteira com o Pará
[...]*

Esse rio, que banha as terras do município a quem empresta o nome, é o célebre rio em cuja foz, em 1541, deu-se o tão propalado encontro de Francisco Orellana e seu pessoal com as mulheres guerreiras, a quem o espanhol denominou “amazonas” e que originou o nome do grande rio (CUNHA e PASCOALOTO, 2006).

Rio Nhamundá – agente modelador do relevo

O formoso rio Nhamundá banha os estados de Roraima, Amazonas e Pará. É a principal via de navegação dos municípios de Terra Santa (PA) e Faro (PA) e da cidade de Nhamundá (AM). Nasce na serra do Acaraí dentro das terras indígenas do Caçauá, no Planalto das Guianas, percorrendo cerca de 300 km até desaguar no Amazonas com proximidade do município de Oriximiná. De sua nascente até a serra do Espelho da Lua o rio é formado por várias cachoeiras que encantam aqueles que as visitam (turistas e amantes de belas paisagens) até sua foz no rio Trombetas. Tem navegabilidade por cerca de 400 km acima da foz, podendo daí chegar até a metro durante a vazante, tornando recomendável a navegação somente de pequenas embarcações.

Entre seus principais afluentes destacam-se os rios Paraná-Pitinga composto por uma diversidade de cachoeiras e o Paratucu que configura um grande vale até a cidade de Nhamundá.

A sub-bacia hidrográfica do rio Nhamundá intercala-se entre os municípios de Faro e Terra Santa, tendo como principais drenagens os rios Robaço, Igarapé Grande e Pitinga. No contexto físico o rio Nhamundá desfruta de um leito arenoso, com águas carregadas de limo. Dentre uma peculiaridade, expõe-se que todos os terrenos de várzea que se estendem ao sul da boca do Lago de Faro, foram edificados pelas águas do Amazonas e os canais que os recortam, são braços do grande rio Nhamundá.

O vistoso rio de águas escuras, denominado mais especificamente de “rio de água preta” (SIOLI, 1985), possui coloração advinda da dissolução de ácido húmico, contendo grande quantidade de sódio e potássio, associado à decomposição de materiais orgânicos da floresta. Este rio configura-se como o principal agente modificar do relevo, destruindo formas já existentes e construindo novas formas pela deposição do material degradado e material orgânico dissolvido.

As principais unidades de relevo são planícies que aparecem junto a sua margem (igapó), encontrando-se bem definidas na margem do rio, com dinamismo de processos geomorfológicos quase imperceptível, mais com fortes contrastes de desmatamento. São depressões marginais que apresentam em seu relevo morros descontínuos, considerados parte do planalto residual sul amazônico. Dentre as principais características da região salienta-se, em função da extensão e das formações, os sedimentos que abrangem praticamente todo relevo, tendo origem bem mais antiga por intermédios de sucessivas erosões que por transporte tiveram seus detritos ou sedimentos carregados, ou seja, levados ao rio Nhamundá e depositados na lateral modelando o cenário amazônico.

O rio Nhamundá conforma-se como uma *ria fluvial*, segundo Ruellan (apud SOARES, 1991). Para esse autor as rias se formaram após o restabelecimento do nível do mar a cerca de 10 mil anos. Na última era glacial o mar recuou consideravelmente. Os rios existentes tiveram uma aceleração da sua correnteza até a foz e aprofundaram significativamente o seu canal. Os processos erosivos foram intensos. Possivelmente a presença das ilhas nesses vales afogados deva-se a intensa dissecação da formação *Alter do Chão* que depois foram ocupados pelas águas quando o rio voltou a ocupar os antigos vales e agora se comportando como verdadeiros lagos.

No trecho inferior do rio Nhamundá, contempla-se uma grande diversidade de ambientes anexos ao rio, o que justificaria a alta riqueza de espécies quando comparada às regiões circunvizinhas. São deposições flúvio-sedimentares do grande rio Amazonas na foz do rio Nhamundá que formaram um imenso complexo de terras baixas, alternando lagos e restingas e que ficam submersos, ou quase submersos, dependendo da intensidade da enchente. Para Ruellan essa sedimentação resultou na barragem de grande número de “bocas de vales submersos” dos seus afluentes, “transformando-se tais *vales afogados* bem

profundos, alongados e ramificados lagos de água *limpa* ou *preta*” (SOARES, 1991), como é o caso do rio Nhamundá.

As margens do rio, por muito tempo, foram palco da exploração descontrolada de madeiras e também da caça e coleta dos ovos de tartarugas e tracajás. Atualmente importantes projetos de desenvolvimento sustentável e manejo ambiental estão conseguindo conter a devastação desse importante trecho de floresta amazônica que compõem o nosso ecossistema.

Em tempos de vazante, no percurso entre a serra do Espelho da Lua até a cidade de Nhamundá o rio é formado por várias praias de areias brancas o que o torna ideal para atividades de lazer e turismo.



Figura 2: Rio Nhamundá
Fonte: Aluilson Sampaio

Diante do exposto, nada do que existe nessa região é imutável. Ao observador desatento não se consegue notar a modificação do ambiente, mas as diversas formas de relevo encontradas em Nhamundá estão em contínua transformação,

onde uma vida humana é muito curta para notar as mudanças naturais, pois seu principal agente transformador (o rio) atua de forma lenta, ao contrário da ação antrópica que pode acelerar este processo.

Principais pontos turísticos de Nhamundá

Ilha do Penteio

Na divisa do estado do Amazonas com o Pará localiza-se um afloramento de rochas conhecida como Ilha do Penteio (Figura 3), nome originado dos penteios de araçá, frutos do araçazeiro que existiam na ilha durante os anos 60. A ilha é formada por rochas lateríticas ferruginosas e partículas de rochas em desagregação (areia) que constituem uma pequena praia que na cheia do rio fica submersa. Em período de estiagem a referida formação atinge cerca de 20 metros de comprimento.



Figura 3: Ilha do Penteio

Fonte: Lison Costa

Ponta das Pedras

Outra morfologia encontrada na localidade é a chamada “Ponta de Pedras” (Figura 4), formação geomorfológica advinda pelo desnudamento ou afloramento de um capeamento rochoso preexistente cercado por uma pequena praia localizada próximo ao centro da cidade. É um dos pontos turísticos mais visitados da região de Nhamundá, muito procurada nos finais de semana por banhistas, para a o lazer. No contexto da dinâmica da cheia e vazante do rio, a praia ali existente é temporariamente submersa, chegando a ter 110 metros de extensão no mês de outubro, época do ápice do seu aparecimento.

Sua nomenclatura deriva da grande quantidade de rochas detríticas concentradas no local, que em época de cheia podem representar um perigo para as embarcações que navegam pela extensão da formação, no entanto no verão se transformam em local de banho.



Figura 4: *Ponta das Pedras no período da cheia*

Fonte: Paulo Neto

Praia da Liberdade

Um ponto que não pode deixar de ser visitado em Nhamundá é a famosa “Praia da Liberdade”. Historicamente, a bela praia banhada pelas águas do rio Nhamundá fora uma fazenda de propriedade do senhor Xisto Pinheiro, com área que abrangia o equivalente aos atuais bairros Gilberto Mestrinho e Santo Antônio. Após o seu falecimento, a fazenda ficou sob a responsabilidade dos herdeiros. Devido ao avanço populacional sobre a referida área, foi adquirida pela Prefeitura Municipal no ano de 1978, sob o governo de Fernando Silva Mota.

O local se tornava um *point* de encontros dos jovens, passando a ser chamado de Praia da Liberdade. Seu traço mais marcante abrange as areias brancas de praia livre e aberta, que os veranistas também utilizam nos períodos de férias. A ventilação natural constante e as águas típicas do rio Nhamundá propiciam um clima agradável à população e visitantes.



Figura 5: Praia da Liberdade
Fonte: Bill

Serra do Espelho da Lua

Uma das formações mais imponentes da cidade de Nhamundá é a Serra do Espelho da Lua situada às margens do rio Nhamundá, considerado um dos pontos turísticos mais belos da região e também do Brasil, apesar de poucos a conhecerem. Esta formação encontra-se aparentemente intacta em relação à intervenção do homem, ao contrário, a transformação natural é constante. Em época de vazante expõem-se praias alvíssimas e árvores nativas como açazeiros, bacabeiras, patauazeiros, buritizeiros, coqueiros, ingazeiros e madeiras nobres diversas que ladeiam a serra, muitas delas são arrancadas irregularmente do seu solo amarelo (latossolo). Predomina nas margens da serra floresta ombrófila densa aluvial e em pequenas porções encontra-se o cerrado configurando uma floresta de transição densa submontana.

Na encosta da serra, depara-se com formações lateríticas de bauxita, um dos importantes minérios encontrados na região.

Durante o radiar do sol, os eventos limpam suas margens e o sol com seus raios, invadem a floresta misteriosa, cheia de energia e vida.

Estórias versam que durante muito tempo a formação geomorfológica da serra serviu de morada às belas índias guerreiras Amazonas, possuidoras dos famosos muiraquitãs.

As feições do lugarejo incorporam vegetações exclusivas com incontáveis e vigorosas espécies consideradas patrimônio da região.

A beleza desse ambiente natural pode ser contemplada por todos que gostam de apreciar a natureza em todo seu esplendor: as águas limpas e transparentes espelham a luz do luar nas noites de lua cheia (daí o nome da serra), assim como o sol ao entardecer reflete a calma e tranquilidade do lugar.



Figura 6: Serra do Espelho da Lua (Nhamundá)

Fonte: JD Azevedo Filho, 2013



Figura 7: Lago do Espelho da Lua (Nhamundá)

Fonte: Nhamundaam.com

Ilha do Papagaio

A 1100 metros a oeste da cidade de Nhamundá, avista-se um conjunto de ilhas as quais em época de estiagem, agregam-se forjando uma só ilha com 1200 metros de diâmetro.



Figura 8: Ilha do Papagaio

Fonte: Paulo Bindá

Seu nome vem dos papagaios que viviam nas mesmas em meados dos anos 40. Após a instalação da primeira usina de pau rosa na Ilha das Cotias (atual cidade de Nhamundá) os papagaios acabaram de fazer as constantes viagens para a sede do município. Até meados dos anos 50, alguns papagaios ainda resistiam ao avanço humano, já os outros papagaios seguiram viagem para o Alto Nhamundá (NHAMUNDAAM.COM, 2013).

Conclusão

Sem dúvida o município de Nhamundá possui uma riqueza natural significativa que pode ser aproveitada pelo turismo. A atividade turística no local ainda é incipiente, com pequena visitação voltada ao ecoturismo, são principalmente, acadêmicos, pesquisadores e estudiosos da questão ambiental e indígena, sem falar dos técnicos das grandes empresas mineradoras que frequentemente fazem prospecção da área.

Uma maior frequência de visitação se dá a partir da cidade nas festas religiosas e datas comemorativas e da Festa do Tucunaré.

A população nhamundaense é tida como receptiva e hospitaleira, essa gente simples, em meio às adversidades da vida, sobrevive da caça e pesca, tirando da natureza e sua biodiversidade o sustento e toda a essência que precisa, são eles que de fato são preservadores desse ecossistema amazônico.

A região do Nhamundá possui uma significância histórica relatada pelos cronistas do processo de colonização, e que se entrelaçam com as lendas e estórias nativas, contos populares passados de geração à geração, além de se moldar geomorfologicamente em uma diversidade natural e paisagística que vem encantando viajantes, empreendedores, turistas e todos que com ela têm contato.

A beleza natural de Nhamundá é um atrativo para o turismo que pode ser uma importante atividade para aquecer a economia local, visto que há precariedade do

acesso ao emprego, realidade esta que não a diferencia dos demais municípios do Amazonas.

Enfim, Nhamundá, berço de história, encantos naturais, riquezas afloradas ou não, em que a vida se mistura com a fauna e flora da região, banhada pelo rio de águas escuras que leva não simplesmente embarcações, leva a vida de ponta a ponta por onde percorre, traça caminhos não explorados, desconhecidos por muitos e desvendado por poucos e simplórios ribeirinhos, que faz destas terras, muito mais que um pedaço de chão, são ligados por laços profundos de pertença entre os seus moradores e pela admiração daqueles que a visitam despretensiosamente e acabam descobrindo todo essa riqueza.

Referências

- BERTOLIN, I. W. Z.; VALADÃO, R. C. A abordagem do relevo pela geografia: uma análise a partir dos livros didáticos. *TerraDidática*, 5(1):27-41 <<http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/>>, 2009
- CUNHA, H. B.; PASCOALOTO, D. **Hidroquímica dos rios da Amazônia**. Manaus – AM, 2009.
- EUROPEIA, Agência Espacial. **Imagens de radar avaliam a desflorestação do Amazonas**. <http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=57334&op=all>, em 26 mar 2013.
- IBAMA. PROVARZEA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Nhamundá-AM, 2007-2014. Manaus: IBAMA/ProVarzea, 2007.
- NHAMUNDAAM.COM. **Cidade de Nhamundá**. 2013. Disponível em: <<http://www.nhamundaam.com/>> Acesso em: 20 jun 2013.
- SAUNIER. Tonzinho. **Nhamundá: A ilha das Amazonas**. Revista Turista. Nº 18. Parintins, Agosto, 1991
- SILVA, Michele Andreza P. da, et. al. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Amazonas**. Caritas Arquidiocesana de Manaus. Estudo Técnico – Manaus, agosto, 2010.
- SIOLI, H. **Amazônia: fundamentos de ecologia da maior região de florestas tropicais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SOARES, Lúcio de Castro. Hidrografia. IN.: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia do Brasil. Região Norte**. Vol. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1991, p. 73-121.

RIOS DE RORAIMA: POTENCIAL TURÍSTICO

Vladimir de Souza¹
Antônio Tolrino de Rezende Veras²
Vera Mônica Araújo Soares³

Resumo

A pesquisa mostra o potencial turístico dos rios do estado de Roraima. Este traça um quadro geral dos rios no Brasil demonstrando o descaso do país com seus recursos hídricos e como a atividade do turismo em seus rios é relegado ao esquecimento. O mesmo mostra como os rios ao redor do mundo desempenham um papel importante na atividade turística, tanto ligado a paisagem cultural como natural. As estratégias montadas nestes países para explorar esta atividade sem degradar os rios apontando alguns rios estudo de caso inserido na problemática do turismo urbano, em particular o relacionado como atrativo turístico. Desta forma, partimos para o estudo de caso do potencial turísticos dos rios do estado de Roraima. Assim apontamos um quadro geral dos rios do estado e após foram mostrados os rios que com suas características naturais podem ser apontados como alto potencial turístico. Assim o referido artigo trata de mostrar o quadro natural dos rios de Roraima como potencial turístico.

Palavras Chaves: Roraima, turismo, rios

Introdução

Os rios sempre estiveram ligados a história do homem, várias cidades se fixaram às margens dos corpos hídricos, usando estes para satisfazer necessidades envolvendo usos como, uso doméstico, transporte, recreação, comércio, indústria, agricultura entre outros. Grandes cidades surgiram as margens de rios,

¹ Professor Doutor do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Roraima. Departamento de Geografia. vladimir.souza@ufrr.br

² Professor Doutor do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Roraima. Departamento de Geografia. antonio.veras@ufrr.br

³ Geógrafa. Secretaria de Educação do Estado de Roraima. veramonica@yahoo.com.br

principalmente na região amazônica, onde a ocupação se deu ao longo dos rios, criando o chamado padrão dentrítico de ocupação. No entanto temos desconsiderado cada vez mais o aspecto natural da água e sua importância para a manutenção da nossa qualidade de vida. O Brasil não tem dado a importância que os seus rios merecem e tem se notabilizado nas últimas décadas por maltratar seus recursos hídricos superficiais.

O crescimento urbano das cidades rios e córregos foram transformados em depósitos de lixo e esgotos a céu aberto. Mesquita (2010) apresenta um estudo da história da canalização dos rios em Belo Horizonte, nesta o autor mostra que por falta de políticas de saneamento os rios foram transformados em esgotos e ao invés de tratar o esgoto se canalizaram os rios. No Brasil rios e córregos por vezes foram vistos como problemas, Costa (2011) menciona que o país tem seguido a lógica higienista da teoria miasmática do século XVIII, no qual banhados são drenados e aterrados, e os rios retificados ou canalizados. O que se observa é que o crescimento rápido das cidades não vem sendo acompanhado no mesmo ritmo pelo atendimento de infraestrutura para a melhoria da qualidade de vida.

Assim muitos dos cursos d'água que outrora cortavam os grandes centros urbanos tiveram seus leitos transformados em grandes canais revestidos por pedra e concreto. A canalização quase sempre feita sem estudos acerca de seu sistema hídrico mais em nome da adequação dos cursos d'água as necessidades urbanas e ao crescimento das cidades. O raciocínio urbano é que ao canalizar um igarapé ou rio, era possível aumentar as áreas uteis para o município como as vias de transporte e os loteamentos, além de se eliminar, supostamente, o problema das inundações e dos esgotos bem como dos resíduos sólido, esquecendo que foram os próprios responsáveis pela degradação. O resultado dessa urbanização às margens dos rios e igarapés é a redução das áreas naturais com a retirada da

vegetação ciliar com a perda da biodiversidade local, aliada aos impactos da poluição das águas e solos, bem como inundações e enchentes nas áreas urbanas além do aumento de casos de doenças de veiculação hídrica. Roraima não está distante dessa realidade, em Boa Vista nas últimas décadas, com o crescimento urbano está exercendo uma grande pressão sobre os recursos hídricos como mostram os trabalhos de Costa (2004) que analisa a grave situação dos igarapés urbanos em Boa Vista no qual comentam que estes estão a caminho da extinção, Souza et al (2010) realizam um diagnóstico socioambiental dos igarapés urbanos de Boa Vista, mostrando um quadro completo da degradação ambiental destes e os impactos ambientais advindos do processo de canalização de alguns trechos dos igarapés urbanos de Boa Vista.

No entanto as áreas urbanas são escassas no estado e grande maioria dos seus rios possuem águas com qualidade de ótimas a boas. O estado possui grande diversidade de rios tanto na qualidade de suas águas como no cenário natural em qual se localizam. Cabe salientar que mesmo os rios que cortam as áreas urbanas como o Rio Branco e Rio Cauamé podem ser considerados ainda como bem preservados já que o estado não possui praticamente indústrias. Estes rios possuem importante papel como áreas de lazer na área urbana de Boa Vista-RR, mostrando seu forte potencial turístico de modo espontâneo. Portanto este estudo tentará mostrar um pouco da realidade acerca do potencial turístico dos rios do estado de Roraima destacando que estes são praticamente desconhecidos até a nível local.

Metodologia

A análise do potencial turístico dos rios de Roraima reflete um campo de investigação simples. Assim, objetivando sistematizar a pesquisa, optou-se por um arcabouço teórico onde se busca fazer uma relação.

O método empregado para a obtenção de dados na pesquisa foi estruturado em três etapas. A primeira está relacionada com a obtenção dos dados secundários. Nesta etapa se procedeu principalmente a pesquisa documental. Além destes a pesquisa em teses e dissertações relacionadas à área. A pesquisa contou ainda com consulta em periódicos com artigos referentes ao assunto, assim como livros. A segunda etapa teve como foco a obtenção de dados primários. Estes foram obtidos com atividades “in loco”, como levantamento fotográfico das áreas escolhidas para a pesquisa, por meio de sobrevoo. A obtenção dos dados primários se procedeu junto aos rios de maior potencial para as atividades turística, deste modo, está se mostrou de forma representativa na delimitação dos principais rios do estado de Roraima. A terceira etapa metodológica no projeto foi a sistematização dos dados obtidos nas fases anteriores.

O potencial turístico dos rios no mundo

Os rios sempre tiveram um grande apelo para o turismo, em pesquisa da EMBRATUR (1998), mostram que os rios, cachoeiras e lagos são os mais procurados pelos turistas no país. Esta não é apenas uma realidade do Brasil, os rios na Europa, América do Norte e em outros países tem atraído milhões de turistas tanto pelos seus cenários naturais, tanto como pelo seu papel histórico. O território europeu é repleto de rios majestosos que combinam cenários indescritíveis com potencial turístico inegável e estes têm sido bem explorados trazendo renda e desenvolvimento para seus habitantes. Em comparação com as regiões tropicais, como o Brasil, os rios da Europa possuem menor volume e extensão. No entanto, a região europeia apresenta diferentes variações de clima dentre os quais climas de montanha, mediterrâneo, subpolar, temperado oceânico e temperado continental. Apesar disso, a maioria dos rios europeus é navegável e exercem um papel, principalmente, do transporte de mercadorias e do turismo.

Entre estes rios podemos destacar abaixo os principais: Os principais rios europeus são o Tâmis, Danúbio, o Reno, o Ródano e o Volga dentre outros.

O Rio Tâmis: A história da Inglaterra não pode ser contada sem esquecer o rio que banha Oxford e Londres e que já foi um dos mais poluídos do mundo. Atualmente após ser despoluído, o rio é um dos ícones do turismo no mundo.

Rio Mosela: percorre a França, Luxemburgo e Alemanha, um rio de 560 km. de extensão passa por diversos vinhedos famosos, que associados a paisagem do local destaca seu potencial turístico.

O Rio Sena: Este rio é famoso por cortar a cidade de Paris, o rio Sena é conhecido como “o rio dos namorados” e tem forte apelo emocional e histórico.

Rio Pó: atravessando o norte da Itália, este forte apelo histórico e passa por várias cidades importantes como Turim e Milão, até desaguar em Veneza.

Rio Danúbio: o rio que nasce na famosa Floresta Negra, na Alemanha e percorre várias cidades da Europa oriental, incluindo quatro capitais (Viena, Bratislava, Budapeste e Belgrado) sendo o segundo mais longo do continente, este tem grande importância histórica, cabe salientar que este é Patrimônio Mundial da UNESCO.

O rio Reno possui em torno de 1230 km de extensão, atravessando o continente do norte ao sul. Sua nascente fica na região dos Alpes, Suíça e deságua no Mar do Norte, próximo aos Países Baixos. O rio forma uma fronteira natural entre a Suíça e o Liechtenstein, entre a Alemanha e a Suíça e entre a Alemanha e a França. Na história, mais precisamente no século XIX, o Reno foi sinônimo de disputas de poder entre a França e a Alemanha.

O rio Ródano nasce na Suíça e termina na França. Por desaguar no Mediterrâneo, esse rio é de extrema importância histórica, desde o tempo dos gregos e romanos. Servia como rota para o comércio e propagação de cultura e costumes entre muitos povos do leste, ocidente e centro europeu.

O rio Volga nasce no planalto de Valdai, no norte da Rússia e deságua no Mar Cáspio, que banha a Rússia, o Azerbaijão, o Turquemenistão, o Cazaquistão e o Irã. O rio Volga caracteriza-se como o maior da Europa, possuindo mais de 3600 km de extensão este rio percorre 11 das 20 principais cidades do território russo. Através de canais, o rio Volga conecta os mares Azov, Báltico, Branco, Cáspio e Negro. O rio também possui enorme importância histórica e cultural para a região.

Outros rios ao redor do mundo têm alto potencial turístico tanto no plano histórico como em sua beleza cênica como podemos destacar: O rio Nilo, maior rio do mundo. O rio é tem um dos mais fortes apelos turísticos do mundo cortando áreas como as pirâmides e cidades de alto valor histórico para a humanidade, a bordo de cruzeiros e barcos de passeio, partindo da capital Cairo e visitando diferentes monumentos históricos. Com comprimento de mais de 7 mil km, o Nilo tem sua nascente nas montanhas em Ruanda, e abrange, além do místico Egito, outros dez países, incluindo o Quênia, Tanzânia, Congo e suas exuberantes florestas, além de países como a Etiópia. Uganda e Quênia. Ao longo de mais de 2,5 mil km no coração da África, o rio Zambezi combina natureza, animais selvagens e águas ideais para a prática do *rafting* em suas magníficas corredeiras. Na região da fronteira entre Zâmbia e Zimbábue, o rio tem algumas de suas paisagens mais incríveis, nas Cataratas Victoria, maiores quedas d'água da África.

O rio Mississipi simbolizado por seus tradicionais barcos a vapor, é um dos principais rios dos Estados Unidos, este corre ao longo de mais de 3, 7 mil km entre o estado de Minnesota e o Golfo do México. O Mississipi atravessa 10 estados americanos. Nos Estados unidos podemos destacar ainda o rio Colorado, que cruza o Grand Canion até desaguar no Golfo da Califórnia, já no México. No Sudeste Asiático não podemos deixar de citar o Rio Mekong com aproximadamente 4,5 mil quilômetros de extensão, o Mekong é o 13º rio mais

longo do mundo. Ele nasce no planalto do Tibete, na cadeia montanhosa Tanglha, e segue pela província chinesa de Yunnan, além de mais cinco países: Mianmar, Tailândia, Camboja, Laos e Vietnã. A bacia do Mekong é uma das mais ricas áreas de biodiversidade do mundo, perdendo apenas para a amazônica. No entanto, com a construção da primeira barragem chinesa, muitas espécies se tornaram ameaçadas de extinção, incluindo o golfinho do Mekong e o peixe-boi. O rio Ganges com a bacia hidrográfica mais populosa do planeta, este é muito poluído, mas continua sendo o rio mais sagrado da Índia para os hindus. Situado nas margens do Ganges, Varanasi é considerada por muitos a cidade mais sagrada do hinduísmo. Religiosos espalham as cinzas ou jogão os cadáveres de seus entes queridos no rio e alguns deles acreditam que a vida fica incompleta sem que se tome um banho no Ganges pelo menos uma vez.

Na América do Sul podemos destacar o rio Caño Cristales na Colômbia este possui uma paisagem natural única que se estende por 100 quilômetros no coração do Parque Nacional Sierra de la Macarena. O rio impressiona os turistas principalmente pela beleza cênica multicolorida de suas águas cristalinas. Em seu curso, os tons de azul, verde, preto, amarelo e vermelho se formam pela presença de um tapete de algas que, com a incidência dos raios solares, solta uma pigmentação que muda de cor conforme a época do ano. Por essa característica, Caño Cristales ganhou o título de 'O Rio Mais Bonito do Mundo. Evidentemente não poderíamos deixar de citar o nosso grande Rio Amazonas, desde sua nascente, no Peru, até o momento em que desemboca em Belém do Pará, o rio percorre cerca de 6,4 mil quilômetros com milhares de tributários em meio a uma das naturezas mais incríveis do planeta.

O rio Amazonas é o segundo mais longo do mundo, perdendo apenas para o rio Nilo, no entanto, estudiosos discordem da extensão exata dos dois, o fato é que o Amazonas é o maior rio do mundo em volume na África Diferentes tipos de

embarcações fazem trajetos pelo imponente rio, desde cruzeiros de luxo até barcos comuns, atravessando a Floresta Amazônica em sua volta. Entre Manaus e Belém, uma das viagens mais populares, o trajeto dura cinco dias, passando por trechos de selva e pequenos vilarejos à beira do rio.

O potencial turístico dos rios de Roraima

O estado de Roraima possui um diferencial ao se comparar a outros estados da região amazônica, por estar localizado no Escudo das Guianas este possui topografia variável e a presença de desníveis rochosos abruptos no qual nascem grande parte dos rios do estado, nestes apresentam-se inúmeras cachoeiras e corredeiras, fontes ideais para o turismo. Ao se pensar os rios de Roraima vamos descobrir uma grande variedade de rios com águas de cores tão diferentes que se indaga a sua origem. O estado possui rios de águas claras, amareladas, pretas, azuladas e cinzas além de outros tons, revelando um pouco das características geológicas das áreas as quais estas percorrem. A região amazônica é caracterizada pelos grandes rios que podem alcançar vários quilômetros de largura e várias dezenas de metros em alguns trechos.

O principal rio do estado é o rio Branco, este se destaca em seu trecho conhecido como baixo Rio Branco, no qual o transbordamento das águas durante a estação chuvosa resulta na formação de muitos lagos, com elevada biodiversidade, que há torna uma ótima atração para o turismo. No rio Branco, as corredeiras do Bem-Querer constituem um marco natural, onde afloramentos rochosos cobertos por vegetação dominam o ambiente. No período de vazante, numerosas praias se formam ao longo do rio Branco e seus afluentes, sendo estas um conjunto de habitats importante para várias espécies de peixes. Cabe destacar que o estado possui inúmeros rios em boa parte totalmente desconhecidos e alguns intransponíveis. Grande parte da população de Roraima não conhece os seus rios

no qual podemos destacar: Cotingo, Surumu, Tacutu, Maú, Capivara, Cachorro, Uraricoera, Auaris, Parima, Uraricaá, Amajari, Ailã, Uraricoera, Parimé, Mucajaí, Couto de Magalhães, Melo Nunes, Apiau, Mucajaí, Anauá, Baraúna, Novo, Caroebe, Anauá, Xeroni, Tapera, Água Boa de Cima, Cauame, Pricuma, Surrão, Água Boa de Baixo, Água Boa do Univini, Ajarani, Catrimani, apenas para citar alguns.

Os principais rios com potencial turístico do estado são os rios Branco, Tacutu, Ailã, Cotingo, Itapará, Água Boa do Univini, e Uraricoera entre muitos outros. Assim dada a grande quantidade de rios iremos mostrar apenas alguns, no entanto muitos outros possuem potencial para o turismo. Iniciaremos pelo Rio Ailã, no ponto extremo setentrional norte do Brasil, este mostras inúmeras belezas cênicas como belas cachoeiras e matas de altitude. Outro rio que destacamos e o rio Água Boa do Univini um rio o qual se destaca na pesca na modalidade de “fly fishing”. Usualmente praticada em locais de clima frio e em rios de pouca profundidade, onde se visa espécies como o salmão e a truta, e outros peixes de grande esportividade. No rio existem tucunarés, cachorras, bicudas, traíras, matrinxãs, entre outros. O rio Itapará corta o município de Rorainópolis é um dos rios mais procurados por turistas estrangeiros para a pesca esportiva, a sua foz ocorre no baixo rio Branco, próximo a localidade de Santa Maria do Boiaçu. Na fronteira da Guiana inglesa corre o rio Tacutu, este nasce no extremo leste da bacia, na serra Acari e possui extensão de aproximadamente 215 km. Este é o único rio do estado que corre na direção contrária aos outros rios. De suas nascentes até Conceição do Maú, seu curso segue na direção norte. Deste ponto em diante, o curso do rio inflecte para sudoeste e penetra em território brasileiro. Quando seu curso entra no ecossistema de savanas, o rio passa a receber importantes contribuições dos rios Jacamim, Urubu e Arraia. O rio Tacutu possui águas de tons azulados até receber as águas escuras do rio Maú, mudando a cor das suas

águas. O potencial turístico do rio se deve ao fato deste percorrer áreas de grande beleza cênica, bem como rochas de grande riqueza geológica, com o registro de grandes sítios fossilíferos, no qual são encontrados troncos fossilizados, sementes e impressão de folhas e caules.

O rio Uraricoera é o afluente mais extenso do rio Branco, com cerca de 620 km de extensão. Sua nascente situa-se na serra da Uafaranda, a uma altitude próxima de 700 m. O rio percorre uma área bastante acidentada e praticamente intocada no patamar dissecado de Roraima, sendo possível encontrar, ao longo de seu curso, grandes quantidades de cachoeiras com altíssimo potencial turístico com grande beleza cênica. Entre estas podemos destacar: Pará, Xiriana, Cajuma, Mautani, Sebática, Tacari, Cusali, Bigati, Landu, Lamadu, Saúba, Pacomou, Feira, Jadica, Capivara, Fumaça, Tacuma, Jaboti, Pedra Grande e Preto. A partir de sua confluência com o rio Mariloca ou Bicho Podre até a confluência com o Furo de Santa Rita, onde se origina a ilha de Maracá, há um grande alargamento e o aparecimento de ilhas fluviais. Assim este rio percorre como citado acima áreas muito acidentadas e de extrema beleza natural, com inúmeras cachoeiras, mais outra característica natural do rio merece destaque, o rio em sua porção mais próxima a nascente assume uma estrutura anastomosada formando dezenas de ilhas fluviais coberta por vegetação exuberante. Cabe salientar ainda as corredeiras que o rio possui em meio ao *canion* próximo a Serra de Uafaranda. A área é intocada pelo homem por estar localizada na área indígena Yahomani. O Uraricoera pode-se considerar como o rio de maior potencial turístico do estado de Roraima.

Na região de savana do estado corre o rio Cotingo, este nasce na divisa com a Venezuela, na serra Pacaraima, a uma altitude que varia de 800 m a 3.000 m. Seu curso, de aproximadamente 194 km de extensão, tem origem no Planalto Sedimentar de Roraima e término na Depressão de Boa Vista, no rio Surumu.

Nessa transição de unidades geomorfológicas, a área se caracteriza por uma alta declividade, que varia de forte ondulado a montanhoso ou escarpado, fato, entre outros, que explica ser esta a área de maior número de cachoeiras do rio alinhadas em forma de cascatas o que o tornam de grande potencial turístico. O rio percorre grandes vales de extrema beleza natural, cobertos por grandes áreas de Savana. Este possui corredeiras ao longo do seu trecho que se tornam muito fortes no período de chuvas.

O rio Branco é o maior rio de Roraima, formado pela confluência dos rios Tacutu e Uraricoera, o rio tem sua foz no rio Negro, no estado do Amazonas. O rio Branco, de maneira generalizada, está sob influência de um período de chuvas que vai de abril a setembro e de um período seco que vai de outubro a março. No período chuvoso, o rio é facilmente navegável do rio Negro até a cidade de Caracaraí. Acima desta cidade a navegação é dificultada pela presença de algumas cachoeiras e corredeiras, sendo que de Boa Vista (cerca de 130 km de Caracaraí) até a junção dos rios Tacutu e Uraricoera é possível a navegação durante o período das cheias. O rio Branco tem seu curso dividido em três segmentos devido o tipo de vegetação de cada trecho:

Alto rio Branco: é o segundo maior segmento, com 172 quilômetros. Começa na confluência dos rios Uraricoeira e Tacutu, passa por Boa Vista, e termina na cachoeira do Bem-Querer. Caracteriza-se por apresenta-se bastante largo nesta região, porém pouco profundo, especialmente no período seco, época em que se evidencia um grande número de bancos ou ilhas de areia; na cobertura vegetal predomina a presença de densa mata ciliar. Este trecho que passa na área urbana de Boa Vista possui algumas atividades turísticas, como o balneário da praia grande, muito visitada pela população, destaca-se os passeios de barco no qual se pode apreciar a bela paisagem natural do rio. Em recentes levantamentos foram identificadas 52 ilhas fluviais neste trecho do rio Branco, estas caracterizadas por

densa cobertura florestal com alta biodiversidade de espécies de plantas e animais como antas, capivaras e pássaros e de diversas espécies. As ilhas neste trecho do rio possuem uma grande paisagem cênica. As ilhas são praticamente desconhecidas e apenas em duas residem algumas famílias de pescadores. Estas elevam em muito o potencial turístico deste trecho do rio Branco. No entanto a porção mais bela deste trecho é o emaranhado de ilhas próximas a corredeira do Bem Querer que por si só, atrai grande número turistas de aventura para a região.

Médio rio Branco: é o menor segmento, com 24 quilômetros. Começa na cachoeira do Bem-Querer e vai até o povoado de Vista Alegre. É uma área de transição, com várias corredeiras que são um grande atrativo turístico para a região, o que o torna inavegável por embarcações de grande porte. A vegetação é caracterizada por uma vegetação de transição, pois é uma mistura das vegetações existentes no norte e no sul do estado, com domínio das savanas, igarapés buritizais e floresta amazônica. A área é também muito utilizada para a pesca artesanal pelos ribeirinhos.

Baixo rio Branco: é o maior segmento, tem 388 quilômetros. Parte de Vista Alegre e corta todo o centro-sul de Roraima até encontrar-se com o rio Negro. Este, por sua vez, após passar por Manaus, une-se ao rio Solimões e a partir dessa união este último passa a chamar-se rio Amazonas, o mais volumoso e extenso do mundo. O Baixo rio Branco possui um ecossistema de floresta tropical rica em biodiversidade, com sua vegetação densa e abundante, com exuberante fauna e flora. Na calha e lagos marginais vivem algumas das mais atraentes espécies de peixes para a pesca esportiva como o tucunaré. Em algumas áreas o Tucunaré-açu é o mais procurado para a pesca esportiva. Nesta porção do rio se encontram belas praias fluviais totalmente desertas com águas limpas e ótimas para práticas esportivas. A área possui grande diversidade de peixes ornamentais. A região do Baixo Rio Branco é conhecida como o terceiro pantanal do Brasil, já que no

período chuvoso o rio Branco transborda e inunda grandes áreas de terra os chamados igapós que ficam inundados por grande parte do ano. O baixo rio Branco já possui hotéis de selva que atraem turistas de alto poder aquisitivo, principalmente estrangeiros, o qual é oferecido pesca esportiva e passeio em uma área praticamente desabitada o que eleva ainda mais o potencial turístico deste trecho do rio Branco.

Considerações finais

Os rios sempre foram uma referência para o homem, estes associados a locais aprazíveis de lazer e descanso. Os rios de modo geral são caracterizados pela sua bela paisagem natural e grande biodiversidade e a transparência de suas águas. No entanto os rios no Brasil não têm sido tratados como merecem, já que grande parte se encontram degradados. Estes fatos estão relacionados principalmente a má gestão dos recursos naturais em se destacando os hídricos, bem como seu uso desordenado e predatório. Aliado a estes fatos a falta de sensibilização da população frente à importância da conservação dos recursos hídricos têm gerado sérios problemas ambientais aos nossos rios. Assim no Brasil com o avanço da urbanização sobre os corpos hídricos principalmente nos meios urbanos é difícil ter-se um controle ambiental. A perda de importantes recursos hídricos é muito frequente perdendo-se importantes áreas de lazer e de potencial turístico. Rios outrora conhecidos pela pratica esportiva da pesca e de diversos esportes aquáticos hoje estão praticamente abandonados como o exemplo do rio Tiete em São Paulo.

Em Roraima temos vários rios que percorrem a área do estado. Estes rios estão em excelente estado de preservação ambiental dada a baixa taxa de ocupação de suas margens, onde a destruição da mata ciliar é quase nula. No entanto o seu potencial turístico praticamente não é aproveitado. O estado possui não apenas

um rio com potencial turístico, mais uma infinidade de rios cada um apresentando uma beleza única, mostrando grande diversidade hídrica do estado. Os rios mostram belíssimas paisagens naturais como cachoeiras e outros com dezenas de ilhas fluviais e rios onde a pesca esportiva é uma das grandes atrações, muito apreciada por turistas estrangeiros. No entanto o turismo em nossos rios deve ser tratado com muito cuidado para evitar impactos ambientais. Assim deve-se pensar em um modelo de turismo sustentável que leve emprego as populações tradicionais sem impactá-los. Atualmente as poucas atividades turísticas desenvolvidas nos rios do estado está focada para o turista estrangeiro com ênfase na pesca esportiva. Neste quesito na porção do baixo rio Branco já se encontram hotéis de selva que oferecem pacotes turísticos no exterior.

Os rios do estado têm cada um seu potencial turístico próprio, não podemos comparar o rio Tacutu com o rio Uraricoera. O conhecimento acerca do potencial turístico de nossos rios ainda é incipiente. Deste modo estudos e diagnósticos acerca de nossos rios se faz necessário. Assim poderá se traçar uma estratégia de uso sustentável destes importantes recursos naturais de nosso estado sem comprometer a sua qualidade ambiental. Na busca pelo conhecimento de nossos recursos hídricos deve-se priorizar uma forma de articulação entre as diversas esferas do poder público para uma gestão integrada e eficiente. Essas ações devem ser implementadas para evitar o agravamento de problemas. Muitas situações de alteração ambiental como áreas consideradas frágeis devem ser evitadas para não se tornarem irreversíveis. Assim, práticas como a educação ambiental e a conscientização ecológica podem ajudar a evitar a degradação ambiental, de nossos rios mantendo este importante recurso natural.

Referências bibliográficas

COSTA, José Augusto Vieira; COSTA, Nara Soraya Ruth; REIS, Neto; ALVES, Raimundo Pinheiro. **Indícios de drenagem urbana rumo à extinção: O caso dos igarapés da grande Boa Vista.** Revista textos e debates, 2004, n°07, p.64-70

COSTA, Ronaldo Cataldo. **Parques fluviais na revitalização de rios e córregos urbanos.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal de Rio Grande – FURG- Rio Grande, janeiro de 2011, 109p
EMBRATUR, Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Brasília 1998.

MESQUITA, Yuri Mello. Os rios e a cidade: espaço, sociedade e as políticas públicas em relação ao saneamento básico em Belo Horizonte, 1964 – 1973. *Rev. Espacialidades [online]*. 2010, vol. 3, n. 2.

SOUZA, Vladimir de, TAVARES JUNIOR, Stélio Soares, OLIVEIRA, Rafael da Silva (org.). **Atlas dos Igarapés Urbanos de Boa Vista-Roraima.** Boa Vista: UFRR, 2010.

PROJETO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: COMUNIDADE TRADICIONAL DO BONETE, ILHABELA – SP

Mariane Carla Checon Salvador¹

Roberta Pedroso

Fátima Bezerra Bastos

Resumo

A comunidade tradicional do Bonete, localiza-se no entorno do Parque Estadual da Ilhabela, no município de Ilhabela, SP. É formada por famílias caiçaras que mantém a tradição da pesca artesanal e outras atividades como o feitio de canoas, comércio local, e o turismo. Esta publicação visa trazer os resultados do projeto Turismo de Base Comunitária, organizado pelo Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte SP (CEDS/LN), Convênio entre Unisantos, ONG's ambientalistas do ReaLNorte e Petrobrás com apoio do Instituto Costa Brasilis. Este projeto teve como objetivo desenvolver um modelo alternativo de desenvolvimento turístico no Litoral Norte, orientado pelos princípios da economia solidária, valorizando a cultura tradicional, fazendo do turismo de base comunitária uma estratégia de conservação ambiental e fortalecimento comunitário e fonte de renda. Através das Oficinas de Planejamento Participativo foram realizados o levantamento da oferta turística, a elaboração de um produto turístico de Base Comunitária, e a consolidação de um roteiro de visitação gerido pela comunidade.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária - comunidades tradicionais - geração de renda – preservação – Bonete

Introdução

O Litoral Norte de São Paulo detém uma das maiores áreas contínuas de Mata Atlântica remanescente no Brasil, apresenta uma importante concentração de atrativos naturais e culturais e a presença de comunidades tradicionais, caiçaras, quilombolas e indígenas, aliados a um quadro de grandes desafios socioambientais.

Estes desafios levam a uma reflexão sobre qual o tipo de turismo desejável para a região. O desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) no Litoral

¹ Instituto Costa Brasilis; mari_checon@hotmail.com

Norte se mostra como alternativa aos projetos de turismo convencional e pode representar uma estratégia de conservação ambiental, fortalecimento comunitário e fonte de renda, na medida em que as comunidades são as principais protagonistas da atividade, participando do planejamento e da gestão do turismo.



Figura 1: moradores da comunidade do Bonete.

Essa publicação pretende disponibilizar informações os resultados do projeto Turismo de Base Comunitária, organizado pelo Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte SP (CEDS/LN), Convênio entre Unisantos, ONG's ambientalistas do ReaLNorte e Petrobrás com apoio do Instituto Costa Brasilis.

Projeto turismo de base comunitária

O Projeto Turismo de Base Comunitária teve como objetivo desenvolver um modelo alternativo de desenvolvimento turístico no Litoral Norte, orientado pelos princípios da economia solidária, valorizando a cultura tradicional, fazendo do turismo de base comunitária uma estratégia de conservação ambiental e fortalecimento comunitário e fonte de renda.

O TBC é a atividade turística que tem nas comunidades receptoras os principais protagonistas deste processo, contribuindo para o seu fortalecimento comunitário e gerando renda complementar às atividades tradicionais destas comunidades.

Baseado nos princípios da economia solidária, o turismo comunitário ou solidário se mostra como alternativa aos projetos de turismo convencional. (Rede Turisol, 2010)

Quando se trata do desenvolvimento do turismo de base comunitária a chance da sustentabilidade da atividade ser alcançada é maior que em outros modelos de desenvolvimento. Já que este processo de desenvolvimento do TBC difere, por exemplo, do que ocorre com a presença de grandes empreendedores que exploram determinada localidade até o esgotamento de sua atratividade, até a destinação alcançar seu declínio e depois passam a explorar outro destino.

A comunidade local não quer degradar o ambiente onde vive, onde irá criar seus filhos. A sua relação de interdependência com os recursos é mais clara que para o empresário que visa lucros a curto prazo e normalmente não reside na destinação, apenas a vê como um negócio lucrativo e vale destacar, apenas enquanto for lucrativo.

“No Brasil, há casos considerados de turismo comunitário em estados como Ceará, Amazonas, Pará, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.” (TURISMO CONSCIENTE, 2010)

Muitas das comunidades que conseguiram desenvolver a atividade turística iniciaram suas atividades com o apoio técnico e financeiro advindos de projetos propostos por organizações não governamentais.

Oficinas de planejamento participativo

Módulo I: Conceitos e levantamento da oferta turística

Os objetivos do módulo I foram: construir conceitos relevantes ao planejamento participativo de turismo de base comunitária; discutir os princípios de turismo de base comunitária no Bonete conforme outras organizações (TURISOL); levantar

a oferta turística no Bonete; e identificar necessidades para tornar recursos em atrativos.

Iniciamos com uma discussão sobre o por quê de planejar o turismo? Qual a diferença entre o turismo sem planejamento e com planejamento. Também foram levantadas as expectativas do projeto. Assim desde o primeiro dia das oficinas já foi observado o que poderia ser cumprido e o que dependeria de continuidade, como por exemplo: “Aprender coisas novas”; “Contribuir para que todos ganhem com o turismo”; “Organizar o turismo local”.

Oficina: Construção de conceitos



Figura 2: oficina “construção de conceitos”

Em seguida, comparamos os resultados desta oficina com os princípios de Turismo de Base Comunitária de outras organizações no Brasil e América Latina².

Para finalizar foi realizada uma dinâmica na qual cada participante, identificado por um crachá, representava algum ator do turismo da comunidade. Eram eles: CANOEIRO, TURISTA, PROFESSORA, DONO DE RESTAURANTE, DONO DE QUIOSQUE, PARQUE ESTADUAL, ARTESÃO e DONO DE

² <http://turisol.wordpress.com/conceitos/> (Fevereiro 2010)

POUSADA. Ao segurar um novelo de lã, cada um deveria escolher alguém, relacionar o seu papel com o outro e passar o novelo. No final formou-se uma grande teia e os participantes contribuíram com suas reflexões.

Oficina: Levantamento da oferta turística

Antes do exercício de levantamento da oferta do Bonete cada participante da oficina desenhou sua mão, escreveu e falou primeiramente algo que já fez pelo Bonete com suas mãos e em seguida, repetiu a atividade para responder à questão do que pode fazer pelo turismo comunitário no Bonete. Os resultados foram os seguintes:

- “Esta mão já ajudou algumas pessoas a conseguirem o seu diploma de ensino médio. Ajudou a comunidade a ter internet. Ajudou e ainda ajuda a organizar algumas coisas no bairro, pois ela ainda participa da associação.” (Patrícia-ASSOBI);
- “Ser receptivo com as pessoas, receber bem as pessoas, dar informações, ajudar a preservar, não jogar lixo no chão para que o lugar continue sempre bonito.” (Joyce);
- “Esta mão cumprimenta pessoas muito importantes e queridas pra mim e ensina os locais que os turistas procuram.” (Yago);
- “Esta mão vende produtos alimentícios, cumprimenta os turistas na praça da conversa mole.” (Américo).

Foi considerado importante, durante o levantamento da Oferta Turística, dar nomes aos **componentes da oferta turística** – RECURSO TURÍSTICO, ATRATIVO TURÍSTICO, EQUIPAMENTO TURÍSTICO, EQUIPAMENTO DE APOIO, SERVIÇO TURÍSTICO e SERVIÇO DE APOIO. Para melhor analisar o turismo e saber se está bom ou não, para falar a mesma língua que profissionais da área e para facilitar o planejamento.

Abaixo temos os recursos turísticos levantados junto à comunidade do Bonete.

- CULTURAIS: casa da farinha / produção de farinha de mandioca; peixe seco cultivo de alimentos; artesanato; pescarias; confecção de canoas; confecção de rede de pesca; confecção de peneira, tipiti, chapéu, balaio; fabricação de remos; caminho do Estevão.
- NATURAIS: Toca do Nego e Cachoeira do Saquinho.

Abaixo temos os atrativos turísticos levantados junto à comunidade do Bonete.

- CULTURAIS: Festa de Santa Verônica; praça da conversa mole e roda de conversa (Seu Jessy).
- NATURAIS: Praia boa para surfe; mar bom para mergulho; trilhas (fauna e flora) e cachoeiras.
- Foram identificados também os equipamentos turísticos e os equipamentos de apoio do Bonete:
- EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS: Pousada Canto Bravo; Pousada Porto Bonete; Pousada Margarida; Pousada da Rosa; Camping Guapuruvu; Camping da Vargem – Eugênio; Restaurante e Camping da Roseli Restaurante do Martin; Restaurante Mac Bonet's; Quiosque do Totó; Quiosque do Beto Cação; Quiosque Swell (na praia); Petiscaria Nema; Bambus Bar.
- EQUIPAMENTOS DE APOIO: Bar do Silvio; Mc Bone's; Posto de saúde; Telefone público e Internet.

Quando o turista está viajando ele também precisa de **serviços turísticos**, que são atividades desenvolvidas para eles por pessoas da comunidade, e também **serviços de apoio**, aqueles que servem a toda a comunidade, mas que também são importantes para o turista, como a limpeza das ruas.

É muito importante para o turista saber se encontrará, no local aonde ele vai: **infraestrutura básica** - construções e serviços públicos para atender as necessidades básicas dos moradores e também dos visitantes; e **infraestrutura de acesso**, para chegar e voltar em segurança. O Bonete possui como infraestrutura básica: telefone público, coleta de lixo, etc. e de infraestrutura de acesso: Estrada do Bonete – SP 131, que é na verdade uma trilha de 20.000 metros (único acesso por terra e que não circula veículos); transporte em lancha e canoa de particulares. Esta dificuldade de acesso é inclusive o que manteve a cultura tradicional desta comunidade.

Depois de levantada a oferta turística da comunidade foi elaborada uma tabela para sua análise, identificando o que falta para transformar os recursos turísticos em atrativos, bem como responsáveis e potenciais parceiros para tal.

Módulo II: Identificação de valores da comunidade e elaboração de produto de TBC e roteiros

Oficina identificação de nossos valores

Uma parte muito importante, que antecede o planejamento em si, é uma reflexão sobre os valores da comunidade e discussão acerca da maneira como estes valores podem ser respeitados, incorporados e até mesmo fortalecidos com o desenvolvimento do turismo.

Para se atingir o objetivo da reflexão foi utilizada uma técnica de mentalização, na qual os participantes fecham os olhos por alguns minutos para visualizarem algo especial, de grande valor na comunidade, que deveria ser conservado para as futuras gerações. Simbolicamente, os valores escritos em fichas, foram colocados em um baú - que simboliza um lugar onde se guarda um tesouro.

Com o objetivo de discutir a parte de cada um dos participantes da oficina para contribuir para o fortalecimento desses valores ao incorporá-los no turismo foi

utilizado o símbolo de um remo – que representa o esforço de cada um. As respostas foram variadas. Os adultos disseram que poderiam manter costumes como a fabricação de farinha de mandioca, confecção de tipitis, canoas, remos e redes; conservar a natureza ao trabalhar com educação ambiental, passar conhecimento para os filhos, conhecer histórias e lendas, cuidar do lixo e esgoto; também poderiam realizar passeios de canoa e até surgiu a ideia de montar centro cultural para expor a cultura (em parceria com a prefeitura). As crianças, que participaram ativamente da oficina, disseram que eles poderiam contribuir para fortalecer os valores ao: preservar a natureza – mata, rio, mar e animais, destinando o lixo corretamente e pedindo aos turistas para serem responsáveis pelo lixo que geram; pescar, surfar, ajudar turistas, cuidar do telefone, pedir aos pais para que contem histórias, continuar com as tradições – farinha, artesanato, canoa, etc.; e não permitir que turistas consumam drogas no Bonete.

Chegou-se à conclusão que cada um pode fazer muita coisa, mas também perceberam que há necessidade de qualificação e parcerias, o que foi discutido, desta vez com o auxílio da figura do mar, para simbolizar os caminhos e desafios que a comunidade poderá encontrar no desenvolvimento do turismo de base comunitária. Sobre a necessidade de qualificação foram sugeridos: cursos para montagem de site/blog, educação ambiental, idiomas, monitor ambiental, cálculo de preço, gestão de turismo de base comunitária, artesanato, primeiros socorros, organização comunitária, atendimento e culinária. Também sentem a necessidade da criação de um site ou blog. Acham que parcerias com SEBRAE, Sr. Carlos, prefeitura, parque e ONG's também podem contribuir.

Oficina elaboração de produto de turismo de base comunitária

Após a Oficina de Identificação de Valores, foi realizada a Oficina Elaboração de Produto de TBC. Utilizando como referência o Manual de Ecoturismo de Base Comunitária da WWF³, nesta oficina destacamos os passos básicos para a elaboração de produtos de turismo de base comunitária, aplicando conceitos universais de marketing. Esta Oficina foi a que teve maior número de pessoas e a participação de todos foi muito apreciada.

Para a **elaboração do produto** foram abordados nove passos principais para facilitar a logística de como se faz um produto turístico, considerando: acesso, transporte, alimentação, hospedagem, condutores, seguro-viagem, informações, equipamentos necessários, além de Ficha de Saúde, Termo de Responsabilidade, etc.

Oficina: Elaboração de roteiro

Munidos de prancheta, caneta e câmera fotográfica saímos em busca de coisas legais e interessantes na comunidade que poderiam ser identificados como atrativos para a elaboração de um roteiro.

Após a atividade de levantamento e registro dos atrativos do Bonete, foram redigidos dois roteiros durante o exercício para sua elaboração:

³ JÁNER, Ariane, MOURÃO, Roberto. In: WWF. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Publicação do Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF-Brasil. Organização: Sylvia Mitraud – Brasília: WWF Brasil, 2003.

Bonete Tradição Caiçara e Descobrimdo as riquezas do Bonete:

Módulo III: Bom atendimento no turismo; dicas para um bom condutor de turismo e consolidação de um roteiro para o Bonete.

Oficina: Bom atendimento no turismo

Primeiramente foi mostrado um episódio do vídeo “Meu negócio é turismo” da Fundação Roberto Marinho e Ministério do Trabalho e Emprego, que mostrou exemplos de bom atendimento no turismo, além de revisar alguns conceitos trabalhados em oficinas anteriores. Em seguida, juntos discutimos: o porquê de uma boa prestação de serviços, quem são os turistas e o que eles esperam encontrar, princípios de uma boa comunicação com o turista, o que se espera de um atendimento com qualidade, sete erros que caracterizam um atendimento sem qualidade e qualidades de um bom prestador de serviços.

Oficina: Consolidação de um roteiro

Considerou-se muito importante consolidar algum roteiro no Bonete para deixá-lo pronto para a comercialização. O resultado desta oficina foi a formatação de um roteiro cultural e opções de atividades de ecoturismo.

Oficina: Condutor de visitantes

Utilizando o Manual de guia de Turismo EMBRATUR, foram usadas fichas que ajudaram a destacar que dentre os deveres e responsabilidades do Condutor, está a de usar sua própria iniciativa e bom senso, a fim de desenvolver suas habilidades pessoais na função que ocupa, e que, portanto, algumas características são essenciais. Foram discutidas as seguintes **características de um bom condutor**: ser atencioso e firme, comunicativo e objetivo, alegre e controlado, ter simpatia sempre, iniciativa, disciplina, boa saúde e resistência, criatividade, etc.



Figura 3: roteiro de turismo comunitário “Bonete tradição caiçara”

Conclusões e recomendações

A realização das Oficinas de Planejamento Participativo de Turismo Comunitário, foi muito importante para uma visão mais ampla do turismo no Bonete. A presença dos participantes mostrou o comprometimento de membros da comunidade realmente interessados em fazer a diferença contribuindo para o desenvolvimento de um turismo responsável, que favoreça a comunidade através da geração de renda, conservação ambiental e fortalecimento comunitário e da cultura e das boas tradições, ao mesmo tempo. Foi identificada a autêntica vocação do local para a realização do Turismo de Base Comunitária, para o qual, o planejamento participativo é essencial.

Através das oficinas de “construção de conceitos” pôde-se perceber o grande valor de uma **comunidade**, onde há uma responsabilidade coletiva para tornar a vida melhor, pois as pessoas têm objetivos comuns. Percebeu-se também que, através da **tradição**, os moradores do Bonete guardam uma cultura viva, rara, de um modo de vida simples, por exemplo: pessoas que fazem suas roças, fabricam farinha de mandioca, canoas e pescam artesanalmente. O **Turismo de Base Comunitária** deve contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do destino e manutenção de seu modo de vida tradicional.

Ao identificar os **componentes da oferta turística** (recursos, atrativos, equipamentos e serviços), os atores do turismo podem planejar melhor o que cada um pode fazer e, como a comunidade, como um todo, pode se beneficiar do turismo.

Sobre a **elaboração de produtos turísticos de turismo de base comunitária**, espera-se que o exercício tenha contribuído como ferramenta para transformar os muitos recursos do Bonete em atrativos, sempre seguindo um padrão de ótima qualidade e melhoria contínua dos serviços.

Através das oficinas realizadas, buscou-se fortalecer a comunidade, emponderando-a através do planejamento da atividade de turismo comunitário e sua gestão, tendo como norte as Diretrizes para a Participação das Comunidades Locais e Populações Tradicionais na Gestão da Visitação em Unidades de Conservação, ao mesmo tempo, em que recomenda e incentiva os Gestores do Parque Estadual de Ilhabela, que as implementem em todas as comunidades tradicionais de Ilhabela, incluindo o Bonete.

É importante notar que este trabalho representa apenas um passo na longa caminhada para o desenvolvimento do turismo esperado. Mas ela não é solitária. Estamos todos juntos nesta trilha preparando um novo caminho para um turismo mais justo e responsável para as nossas e as futuras gerações. E aí? O que estas mãos vão fazer?!

Referências Bibliográficas

AOKA. **Aoka – Veja o mundo com outros olhos**. Disponível em: <<http://www.aoka.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

AOKA. **Experiência Beta – Ubatuba / 6 dias**. Disponível em: <<http://www.aoka.com.br/viagem.php?vg=4&mn=1>>. Acesso em: 19 maio 2009.

ORTIZ MONTEIRO, P. D. E. B. de S. e C. **A participação e a percepção da comunidade local para o planejamento do ecoturismo no parque estadual da serra do mar Núcleo Picinguaba, bairro do Cambury, Ubatuba-SP**. 2005.

275 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – UNITAU – Universidade de Taubaté. Taubaté.

PROJETO BAGAGEM. **Turismo Comunitário.** Disponível em: <<http://www.projetobagagem.org/2009/>>. Acesso em: 06 out. 2009.

REDE TURISOL. **PRINCÍPIOS.** Disponível em: <http://turisol.wordpress.com/conceitos/>. Acesso em: **novembro e maio**

ROTEIRO TURÍSTICO DO MEXILHÃO. Disponível em: <http://mexilhao.incubadora.fapesp.br/portal/sobre-o-projeto/quickdoc.2008-10-31.1943520322/>. Acesso em: 19 jan. 2010.

SALVATI, Sérgio Salazar. O WWF Brasil e o Turismo Responsável. In: **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável.** Publicação do Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF-Brasil. Organização: Sylvia Mitraud – Brasília: WWF Brasil, 2003.

SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Disponível em: <http://www.faespsenar.com.br/senar/progr/turural/turismo.htm>. acesso em: 19 jan. 2010.

TURISMO CONSCIENTE. **Turismo de Base Comunitária.** Disponível em: http://www.vem.org.br/tur_base.pdf. Acesso em: 19 jan. 2010.

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU. **São Judas e o Projeto Quilombo: uma parceria cultural e social.** Disponível em: http://www.usjt.br/proex/inclusao_social.php. Acesso em: 10 nov. 2009.

PLANEJAMENTO DE TRILHAS TRADICIONAIS: CAMINHOS ATRATIVOS PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Ronisley da Silva Martins¹

Resumo

O turismo de base comunitária é significativo no Estado do Amazonas, e a maioria das suas atividades ocorre no ambiente e espaços da comunidade, com utilização de equipamentos integrados ao ambiente natural onde predomina as relações tradicionais. Esse trabalho indica métodos com enfoque participativos no sentido de efetivar planejamentos para implantação de trilhas tradicionais para uso turístico, objetivando envolver a população local no processo de gestão para atividades turísticas, no sentido de minimizar os impactos decorrentes da implantação e utilização dos espaços estabelecidos para condução dos visitantes nas trilhas estabelecidas.

Palavras-chave: Método Participativo - Comunidades Tradicionais - Planejamento de Trilha

Introdução

Ao longo dos tempos, a população tradicional do Amazonas tem desenvolvido relações diretas com o ambiente, transformando o espaço e mudando a paisagem por meio das técnicas de cultivo e exploração dos recursos existentes no território, atos que transformam as características do local, pois constituem base da identidade cultural de um povo onde os costumes, hábitos, tradições e rituais dão aos ambientes uma identidade típica que reflete na significação dos espaços construídos.

¹ Pós-Graduado Lato Sensu em Turismo e Desenvolvimento Local, Bacharel em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Articulador Estadual do Turismo Rural na Agricultura Familiar; e-mail: ronisleyguerreiro@yahoo.com.br

No turismo de base comunitária, os valores tradicionais constituídos por uma população são considerados atraentes aos olhos de quem visita o local, pois agrega ao lugar um significado e uma identidade deixando de ser simplesmente uma estrutura, espaço ou paisagem.

Com isso, na atualidade as trilhas de uso tradicionais imprimem ao turismo de base comunitária elementos de significados e identidade, pois esses espaços antigamente eram utilizados em simbolismo de curas, preparação espiritual, formação de novos guerreiros, treinamentos de caçadores e pescadores, assim como as atividades de extrativistas de coleta de castanhas, seringas, solvas e palhas para cobertura de malocas ou mesmo as rotinas cotidianas de expedições para outras aldeias ou mesmo comunidades ribeirinhas. São esses elementos culturais que dão às trilhas não somente uma via de acesso aos atrativos naturais, interpretação da paisagem, ou contato com a natureza, mas também um sentimento experiencial entre a relação homem-cultura-natureza.

Com essa visão sistêmica no planejamento das atividades turísticas, a partir do desejo de uma comunidade tradicional se poderá por meio de projetos em parceria com o poder público e privado viabilizar a formatação de produtos turísticos, que, ao agregar novos valores aos elementos culturais se apresenta como uma alternativa para o desenvolvimento local.

Ponderando os princípios citados acima, foi desenvolvido no município de Rio Preto da Eva na Comunidade Indígena Beija-Flor, na AM-010 no Km79, a 40 minutos da cidade de Manaus. Localizada a cem metros da cidade, na Rua - Plácido Serrano, Bairro Monte Castelo, a Terceira (3ª) Meta do Projeto de Turismo Rural na Agricultura Familiar do Amazonas (TRAF/AM), que consiste na Implantação de Sistema de Trilhas Ecológicas, como estratégia de fortalecimento da atividade do TRAF.

Objetivos:

Objetivo Geral

Desenvolver o planejamento participativo para implantação da Etnotrilha do Selvagem, por meio de técnicas de moderação e capacitações vivenciadas.

Objetivos Específicos

- Seleção dos materiais didáticos e técnicos em relação aos assuntos a serem abordados;
- Identificação das áreas para aplicação das oficinas participativas e atividades práticas;
- Determinação participativa do lugar para implantação da Etnotrilha do Selvagem.

Metodologia

Os trabalhos iniciaram na área depois do consentimento escrito pelo Tuxaua – Fausto Andrade Sateré e pelo Presidente da Associação Etno Ambiental da Comunidade Beija-Flor – Sérgio Guerreiro, entendendo como importante para o desenvolvimento local, geração de renda e valorização da cultura.

Nesse contexto, os trabalhos visaram analisar e discutir os dados coletados na área, caracterizando as formas e métodos de implantação da Etnotrilha do Selvagem e nas análises das potencialidades e principais impactos presentes das atividades desenvolvidas. Os métodos selecionados combinados para este estudo busca prevenir, amenizar e controlar os principais impactos negativos, estabelecendo a capacidade de carga para o uso da trilha com conceitos de manejo sustentável.

Com essas técnicas tende trazer elementos para o contexto de planejamento e monitoramento de impactos negativos em trilha, de forma a garantir um

entendimento simplificado e claro para a população tradicional do Amazonas, para eles terem todos os elementos fundamentais de uma trilha sustentável na gestão de base comunitária.

Para realização das capacitações e oficinas participativas adotou-se a seleção de técnicas de planejamento de trilha empregadas por Lechner (2006), de acordo com orientações visando os aspectos de abordagem integrada em PLANEJAMENTO, CONSTRUÇÃO, MONITORAMENTO e MANUTENÇÃO vinculada ao processo de gestão de base comunitária, e em resposta aos questionamentos fundamentais dos objetivos da trilha: o quê (vai ser construído)? Onde (vai ser construído)? Quem (vai construir)? Por quê (vai ser construído)? Quantos (recursos e trilhas haverá)? Quando (será construído)?

Nesta abordagem, para o planejamento e construção de trilha e socialização do conhecimento, foram mesclados com as técnicas abordadas por (CORDIOLI, 2001), o Metaplan, como técnica participativa, constituído pela aplicação harmoniosa de um conjunto de instrumentos com a finalidade de facilitar a comunicação entre indivíduos, em diferentes contextos. O uso da metodologia Metaplan que utiliza técnicas de moderação, visualização, problematização e análise, entre outros instrumentos, contribuiu com a prática dos trabalhos em grupos focando os objetivos de sensibilização ambiental para, em seguida, se elaborar o planejamento de implantação da Etnotrilha do Selvagem.

Com isso, os procedimentos realizados onde a metodologia aplicada visou o planejamento, implantação e manutenção de trilhas Lechner (2006) e técnicas com enfoque participativo de Cordioli (2001) detalharam-se os métodos adotados para a implantação da Etnotrilha do Selvagem, com as práticas de capacitações em: Monitor de Trilha, Agente Ambiental, Análise de Impactos Ambientais e Implantação de Trilha.

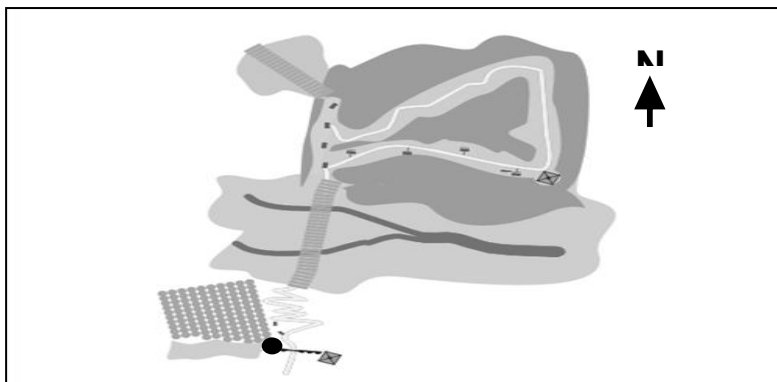
Resultados e discussão

No contexto de planejamento foi realizado estrategicamente o curso de **Monitores de Trilha (MT)** com uma carga horária de sessenta horas (60 h) direcionado aos agricultores familiares de Rio Preto da Eva totalizando dezesseis (16) participantes, teve uma abordagem sobre os fundamentos do Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), Princípios e Valores Éticos do Profissional, A importância do Planejamento de Trilha, Fundamento de Cartografia e Manuseio de Carta Topográfica e Bússola com prática de campo, Planejamento e Manejo de Trilhas Sustentáveis, Análise de Sítio, Legislações Ambientais e NBR aplicada à trilha, Demarcação, Mapeamento, Drenagem, Sinalização, equipamentos de transposição, técnicas de condução de grupos, Unidades de Conservação, Educação e Interpretação Ambiental, Primeiros Socorros e Resgate em Ambiente de Selva.

Os cursos foram aplicados os conhecimentos práticos de análise de sítio (diagnóstico da área para implantação da trilha) participativo em que os participantes foram divididos em equipes, e cada equipe recebeu uma planilha específica de planejamento ambiental, e tinha como finalidade reconhecer o local para implantação da trilha, definição do traçado e estabelecimento do planejamento para o clareamento (abertura da trilha), e as ferramentas a serem empregadas na ação.

A prática definiu a demarcação provisória, definido o *design* (croqui) final do traçado da trilha e estabelecido os pontos de controles como aponta a figura 01.

Figura01: Ilustração do *Design* do Traçado geral da Trilha



Fonte: Rodrigo Lucas, 2009.

O nome da trilha foi definido pelos participantes por meio de pesquisas no local e consulta com os indígenas como Etnotrilha do Selvagem, atribuído ao igarapé que passa ao lado com o mesmo nome, e por ser implantada aproveitando os caminhos utilizados para caça pelos indígenas da Aldeia Beija-Flor assim quando chegaram ao local em 1990.

No fim dos trabalhos de planejamento de trilha teve-se como resultado: Nome da trilha (Etnotrilha do Selvagem), Extensão da Trilha (1.100m), Traçado (circular), Público Alvo (acadêmicos, Estudantes, Turistas local, nacional e internacional), Grau de Dificuldade (fácil), Objetivos (Educativo e Cultural), Pontos de Controle (Recuperação de Trilhas Antigas, Intervenções no Processo Erosivo, Atrativos Interpretativos) e Tipo (Temática e Interpretativa).

Outro curso complementar foi o de **Agente Ambiental** tendo como processo contínuo no entendimento de gestão e monitoramento da Etnotrilha do Selvagem, o curso teve como conteúdo teórico uma abordagem de ecologia e ecossistema ambiental, educação ambiental e legislação ambiental, monitoramento ambiental, Estudo de Capacidade de Carga, Estudo de Perícia Ambiental, Manejo

Ambiental, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável. Nas aulas práticas foram novamente divididos em grupos de trabalho e definidos os trabalhos por missões, a primeira missão configura uma análise macro da comunidade:

Aspectos geofísicos - Área total do território, Área total de produção, Área de habitação e Área nativa.

Cartografia do local - Mapa físico territorial (coordenadas geográficas dos limites da terra), Mapa de uso do território (Infraestrutura, produção, trilha), Mapa biofísico (solos, hidrológico, floresta, limites).

Aspectos socioeconômicos - Tipos de atividades e produção, ganho mensal, escoamento e comercialização, Quantidade de família, povos, origens, Total de habitantes, infraestruturas (casas, escola, igreja, centro comunitário), Serviços básicos (saúde, educação, saneamento, telefonia), Legalidade da terra (atas, decretos, leis, documentos), Histórico da localidade.

Aspectos culturais e históricos - **Rituais de passagens e cerimônias** (simbolismo, povos, período, datas), **Processo histórico de migração** (qual o motivo? Local de origem, os primeiros povos residentes, tempo no local),

Identidade cultural (grafismo).

A oficina de **Análise de Impacto Ambiental** teve direcionamento com perguntas orientadoras: Quais os impactos negativos na implantação e uso da trilha para atividade turística?, Quais os impactos positivos no uso da trilha para atividade turística?, Quais os controles para os impactos sociais, econômicos e ambientais na implantação e uso da trilha?, Quais as medidas mitigadoras para os impactos na implantação da trilha?, Quais os impactos de maior relevância para implantação e uso da trilha?, Quais os projetos de encaminhamento para o controle de impactos? e Qual impacto você classificaria como sendo o mais grave?.

Na última oficina de **Implantação de Trilha** os participantes tiveram uma palestra de planejamento de trilhas com foco no preenchimento da ficha de campo e práticas com visita técnicas no traçado da Etnotrilha do Selvagem.

Relevância do Manejo para a Etnotrilha do Selvagem

As trilhas são fundamentais para o turismo rural na agricultura familiar, uma vez que possibilita o reencontro do homem com o meio rural e eleva as possibilidades de acesso aos produtos e cultura do local. Para tudo isso acontecer, este trabalho desenvolveu coletivamente e de modo participativo elementos fundamentais para um manejo de sistema de trilha, como consta nos resultados obtidos.

Características de Manejo da Etnotrilha do Selvagem

A Etnotrilha do Selvagem pode ser classificada em relação à zona em que se insere e o grau de desafio ou dificuldade que apresentam ao preparo físico e às habilidades do visitante.

Determina o grau de dificuldade: fácil

Analisado de acordo com os apontamentos de Machado (2005) em relação ao grau de dificuldade.

Parâmetros: Trilha relativamente curta, (1.100 m de extensão) e bem constituída, apresentando condições ótimas para vencer desníveis. Um trajeto que não requer preparo físico ou habilidades esportivas.

Construída para pessoas de todas as idades vestidas com calçados e roupas adequadas, podendo ser percorrida em quase todas as condições de tempo e clima. Localizada preferencialmente em zona de uso intensivo.

Diretrizes de manejo: alto nível de intervenção com pavimentação ou endurecimento do leito (compactação, revestimento onde necessário) em trechos sujeitos ao tráfego intenso de pessoas e/ou alta erosão; aceita movimentos de terra

para diminuição da declividade e contenção de encostas; dotada de lugares para descanso (podendo incluir bancos e estruturas de sombreamento) em intervalos regulares e em trechos de forte desnível.

Largura do leito da trilha até 1m; presença de estruturas como pontes, passarelas e escadas para facilitar a travessia de cursos de água e desníveis; sinalização intensiva e placas interpretativas bastante evidentes e harmônicas com o contexto cultural e natural.

Público-alvo: visitantes de variada faixa etária, especificamente acadêmicos universitários que não estão buscando a prática da caminhada, mas ter um contato direto com a cultura e vivência tradicional.

Manutenção da Etnotrilha: para esta trilha fica definido, a manutenção periódica, devendo ser feita ao menos uma vez ao mês, e para cada aviso ou agendamento de visita à Etnotrilha do Selvagem, deve ser percorrida para verificar a manutenção. A atividade de manutenção da trilha e reparos de estruturas deve ser acompanhado por especialistas para dar suporte e orientações.

Regulamento da Trilha: **1.** Tire apenas fotografias, deixe apenas leves pegadas, e leve para casa apenas suas memórias; **2.** Mantenha-se nas trilhas pré-determinadas – não use atalhos que cortam caminhos; **3.** Utilize vestimentas adequadas e siga as orientações de segurança passada pelos monitores; **5.** Seja Cortês com outros visitantes e com a população local, **6.** Caminhar na trilha somente com os monitores local; **7.** Deixe tudo no seu devido lugar; **8.** Cuide dos locais por onde passa; **9.** Traga seu lixo de volta; **10.** Respeite os animais e plantas; **11.** Interagir respeitando a diversidade cultural, e **12.** Você é responsável pela sua segurança e a segurança do grupo.

Forma do traçado/design: segundo os critérios de Andrade (2003), a Etnotrilha do Selvagem possui o formato circular, definida quando estabelecida passando por diferentes paisagens sem repetir o percurso voltando ao mesmo ponto de partida.

Capacidade de Suporte de Carga: 92 visitantes por dia com intervalos de 30 minutos e pode ser aceitável até 110 visitantes no período de sol.

Horário de funcionamento da Etnotrilha do Selvagem: 6hs00 às 17hs00, sendo a entrada do último grupo as 16hs00 devido à segurança.

Pessoal capacitado do local: 16 agricultores familiares em Monitor de Trilha e Agente Ambiental, sendo dois (02) especificamente da Aldeia Beija-Flor.

Critério para condução: Seguindo as orientações da ABNT NBR 15505-1 - Turismo com atividades de caminhada Parte 1: Requisitos para produto, define que o responsável pela operação deve garantir a quantidade mínima de condutores e auxiliares por grupo, conforme a tabela 01, abaixo.

A operação deve garantir que os grupos tenham no máximo 20 clientes. Caso haja mais, deve ser formado outro grupo. Esta proporção pode necessitar de um número maior de condutores de acordo com a classificação do percurso, segundo a ABNT NBR 15505-1, em qualquer um de seus critérios.





Tabela 01: Requisitos para definição da operação

RELAÇÃO DE CONDUTORES, AUXILIARES E CLIENTES POR GRUPO		
Quantidade de Caminhantes por grupos	Quantidade mínima de condutores ABNT NBR 15285	Quantidade mínima de auxiliares
1-10	1	1
11-20	2	1

Fonte: ABNT NBR 15505-1

Classificação do Percurso Implantado: Segue as referências da ABNT NBR 15505-2 - Turismo com atividades de caminhada, tabela 02, Parte 2: Classificação de percursos.

Tabela 02: Classificação do Percurso Implantado

CLASSIFICAÇÃO DE PERCURSO				LOCALIDADE
Etnotrilha do Selvagem				Comunidade Indígena Beija-Flor
Atividade:	Caminhada Guia e Auto Guiada			
Trajetó:	Formato circular de fácil acesso			
Desnível de subidas:				100m
Desnível de descida:				140m
Distância do Percurso:				1.100km
Tempo médio de percurso:				1h30
				Condições Específicas: Período de chuva - novembro a maio
Severidade do Meio	Orientação no Percurso	Condições do Terreno	Intensidade de Esforço Físico	Percurso classificado conforme referência da ABNT NBR 15505-2
1 – Pouco Severo	1- Caminhos e cruzamentos bem definidos	3 - Percurso em terreno irregular	2- Esforço Moderado	

Fonte: ABNT NBR 15505-2

Conclusão

A partir dos critérios listados acima, podemos afirmar que estes são importantes para o planejamento de sistema de trilha de base comunitária, pois buscam garantir a sustentabilidade dos recursos.

Além disso, também desenvolve a capacidade de gestão da comunidade, ao encarar o manejo de visitantes com uma atividade adaptativa aos recursos ambientais, sociais, econômicos e culturais de que se dispõe e às demandas que se apresentam em cada momento.

Trata-se de uma iniciativa constante que exige postura voltada ao aprimoramento da gestão do manejo de visitação de base local, de modo a não romper o compromisso entre a disponibilização de uma oferta de oportunidades de lazer, conservação da natureza e valorização da cultura local.

O que se espera como resultado é a sensibilização de todos os envolvidos nas atividades de trilha para a importância do planejamento e monitoramento de impactos com vistas à conservação das áreas naturais e a valorização da cultura no contexto local e das trilhas tradicionais, para que se possa aplicar em outras comunidades com o propósito de favorecer o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

Referência Bibliográfica

ANDRADE, W. J. de; ROCHA, L. M. **Planejamento, implantação e manutenção de trilhas**. In: Congresso Florestal Brasileiro, 6, Campos do Jordão, 1990. Anais. São Paulo, SBS/sbef, 1990.

CORDIOLI, Sergio. **Enfoque participativo: um processo de mudança: conceitos, instrumentos e aplicação prática**. Porto Alegre: Genesis, 2001.

LECHNER, L. **Planejamento, Implantação e Manejo de Trilhas em Unidades de Conservação**. Série Cadernos de Conservação. Curitiba: FBPN, 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha de Orientação ao Agricultor Familiar**. TRAF Paraná, 2006. P.28.

MACHADO, A. **Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Edição. SENAC Nacional, 2005. p. 232.

CAMINHOS DA ROÇA: PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAZONAS

Ronisley da Silva Martins¹
Elisnara Santana Macedo²

Resumo

O presente trabalho configura em uma proposta para Gestão Integrada de desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar no Estado do Amazonas (TRAF/AM), onde atividades turísticas ocorrem na unidade de produção familiar em compasso com os valores tradicionais e típicos da família, agregando novas possibilidades de serviços para compartilhar o modo de vida amazônico, sem comprometer os capitais naturais e culturais, e ainda proporcionar o bem estar socioeconômico dos envolvidos. Sendo assim, a Gestão Integrada por meio participativo visa contribuir para fortalecimento da cadeia produtiva da agricultura familiar e turística utilizando-se dos valores culturais, econômicos, ambientais e éticos dos espaços de produção da agricultura familiar. Os resultados deste trabalho foram formatados com indicadores apontados no Encontro TRAF/AM, realizado em fevereiro de 2014, utilizou-se o método de enfoque participativo METAPLAN na moderação das oficinas, painéis com perguntas orientadoras para nortear os temas e problemáticas, das discussões advindas dos grupos se conduziu à formulação de ferramentas de gestão integrada para o TRAF/AM, pautados nos fundamentos e conceitos sobre o tema, a avaliação dos entraves dos resultados do Projeto e indicações de propostas estratégicas para o fortalecimento da REDE TRAF/AM por meio de Comitês e articuladores de base local.

Palavras-chave: Gestão Integrada. TRAF. Agricultura Familiar

¹ Bacharel em Turismo, especialista em Turismo e Desenvolvimento Local pela Universidade do Estado do Amazonas, Articulador Estadual do Turismo Rural na Agricultura Familiar; e-mail: ronisleyguerreiro@yahoo.com.br

² Bacharel em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas, narahmacedo@hotmail.com

Introdução

O trabalho apresentado com a temática “CAMINHOS DA ROÇA: PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAZONAS”, tem como foco central a pluriatividade turística no meio rural e apontar ferramentas para Gestão Integrada de Desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar no Estado do Amazonas.

O propósito principal que embasou as discussões concentraram-se na análise das metas e ações do Projeto de Turismo Rural na Agricultura Familiar do Amazonas do objeto de contrato de repasse n° 023799648/2007- MDA/PRONAF. Por solicitação de ajuste do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, com objetivo de detalhar melhor o processo de cumprimento do contrato de repasse de acordo com o Projeto Técnico, que relaciona as atividades descritas anteriormente no primeiro relatório, feito em agosto de 2012, assim como detalhar a execução física das metas refeitas em fevereiro/2014. Especificamente identificar os impasses na execução das metas, apontar medidas estratégicas para continuidade das atividades do TRAF/AM e discutir uma ferramenta de gestão para animação da REDE TRAF/AM.

O universo deste trabalho abrangeu os municípios: Manaus, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Iranduba, Manacapuru e Novo Airão.

Foi adotada a metodologia participativa para dinamizar as atividades com técnicas de moderação na elaboração de perguntas orientadoras com discussões em grupos de trabalho por temáticas, o evento ocorreu em formato de oficinas no período de 24 a 28 de fevereiro de 2014.

Os resultados dos trabalhos configuram em uma análise estratégica sobre o entendimento do turismo no meio rural em um universo de unidade de produção familiar, comprometidas com o turismo e produção agroecológica, com intuito

de revitalizar e promover os valores culturais para agregar identidade aos produtos e serviços do turismo no meio rural.

Contudo busca limitar os resultados, com foco nos apontamentos referentes à criação de comitês gestores e fortalecimento da REDE TRAF/AM onde ocorre a animação integrada por meio de articulação para o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar nos municípios pilotos.

Objetivos:

Objetivo Geral

Analisar as metas e ações do Projeto de Turismo Rural na Agricultura Familiar do Amazonas do objeto de contrato de repasse nº 023799648/2007-MDA/PRONAF e apontar estratégias para dinamização da REDE TRAF no AMAZONAS.

Objetivos Específicos

- Identificar os impasses na execução das metas e ações
- Apontar medidas estratégicas para continuidade das atividades do TRAF/AM
- Discutir uma ferramenta de gestão para animação da REDE TRAF/AM.

Metodologia

Para Dencker (1998), ao investigar métodos e pesquisa em turismo, afirma haver a necessidade do uso de metodologias participativas com foco para o desenvolvimento local. Seguindo este princípio, o uso das oficinas participativas no processo da oficina realizada no período de 24 a 28 de fevereiro de 2014 foi primordial, onde obteve a presença de técnicos e agricultores dos municípios de Manaus, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Iranduba, Manacapuru e Novo Airão.

As técnicas abordadas foram baseadas na METAPLAN, constituída pela aplicação harmoniosa de um conjunto de instrumentos com a finalidade de facilitar a comunicação entre indivíduos, em diferentes contextos (CORDIOLI, 2001).

O uso da metodologia METAPLAN que utiliza técnicas de moderação, visualização, problematização e análise, entre outros instrumentos, contribuiu com a prática dos trabalhos em grupos focando os objetivos por meio de perguntas orientadoras.

Resultados e discussão

Turismo Rural na Agricultura Familiar no Contexto Nacional e Amazonas

Contextualizam-se sobre os fundamentos e conceitos dos seguimentos do turismo no espaço rural que se contrapõe a regiões urbanas, para esclarecer os recortes das ações conforme os espaços geográficos em que ocorrem as atividades, que consiste no lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta.

O Ministério do Turismo – Mtur (2003) considera o Turismo no Espaço Rural ou em Áreas Rurais aquelas atividades praticadas fora do meio urbano, em várias modalidades que envolvem o lazer, podendo se complementar ou não, Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo.

Aprofundando a temática o Mtur refina os fundamentos em relação à atividade/espaços geográficos quando afirma que o Turismo Rural é “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (2003, p. 18).

Quanto à atividade turística desenvolvida pelos produtores familiares rurais, é conceituada de Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAF – e entendida como atividades turísticas realizadas nas unidades de produção rural de base familiar características em que as atividades da mão-de-obra é majoritariamente familiar típico dos povos tradicionais, ribeirinhos, povos da floresta, extrativistas, seringueiros, quilombolas e assentados, a principal fonte de renda da família se origina de atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento prescritas na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 que na visão turística se titula como Turismo Rural na Agricultura Familiar:

[...] a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos (Mtur, 2003, p. 8).

Em 2001 foi estabelecida por um grupo de profissionais que atuavam como soldados do Programa Nacional de Municipalização do Turismo-PNMT a REDE do Turismo Rural na Agricultura Familiar denominada como REDE TRAF, esta que se constitui em uma articulação nacional de instituições governamentais e não governamentais, técnicos e agricultores familiares organizados, que atuam nas atividades do turismo rural com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável (PNTRAF, 2004, p. 7).

As características dos profissionais e os atores dos arranjos produtivos do turismo foram fundamental para a Elaboração do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar – PNTRAF, construído por meio de oficinas e discussões pelos membros da REDE TRAF, lançado em 2004 pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA.

O objetivo do PNTRAF de acordo com o PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR é “promover o desenvolvimento rural sustentável, mediante implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida” (2004, p. 13).

O Governo Federal por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário configura o Turismo Rural na Agricultura Familiar como sendo típico o uso das atividades da unidade produtiva como seu atrativo turístico, por meio de vivências, demonstrações sempre a participação do turista em todo o processo (PNTRAF, 2004).

Contudo, o TRAF está dentro de um contexto amplo envolvendo uma cadeia produtiva que agrega os grandes e médios empreendimentos interagindo e relacionando pelo consumo dos produtos beneficiados (alimentos, bebidas e artesanato), pela oferta de refeições típicas do meio rural, ou mesmo por outras atividades não agrícolas na unidade produtiva, o turismo rural na agricultura familiar apresenta um forte vínculo com o espaço rural, com as atividades agropecuárias e com o modo de vida dos povos tradicionais do campo e dependem de suas atividades para sobreviver.

No PNTRAF (2004, p. 5-6), o Ministério do Desenvolvimento Agrário aponta como benefícios do turismo rural para o agricultor familiar no plano econômico, com a inserção da atividade turística pode haver aumento de renda, em especial com a comercialização de produtos feita diretamente ao consumidor/turista; na visão cultural, a atividade turística valoriza agricultura familiar, já que a cultura torna-se o próprio atrativo turístico.

Ainda segundo MDA, no âmbito social há a dinamização da cultura rural, da necessidade de os agricultores familiares manterem sua identidade e

autenticidade; o aspecto ambiental vislumbra uso racional dos recursos naturais, sua preservação, conservação e recuperação, visto que tais recursos passam a constituir atrativos turísticos. O ambiente também é beneficiado com a produção agroecológica, que contribui para a qualidade de vida dos agricultores e dos visitantes.

Desta forma, na busca de fazer do turismo rural na agricultura familiar um motor para o desenvolvimento rural sustentável, o governo definiu os princípios básicos que norteiam o PNTRAF (2004, p. 12-13):

- A prática do associativismo;
- A valorização e o resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações;
- A inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais;
- A gestão social da atividade, com prioridade para a interação dos agricultores familiares e suas organizações;
- O estabelecimento das parcerias institucionais;
- A manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do Turismo Rural na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar;
- O comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos;
- A compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional, respeitando os valores e especificidades regionais;
- A descentralização do planejamento e gestão deste Programa.

Contextualização Histórica do Turismo Rural na Agricultura Familiar no Amazonas

ANO DE 2004 - Foi na 2ª FIECOTUR – Feira Internacional de Ecoturismo – SP, que a AMAZONASTUR teve conhecimento sobre Turismo Rural com Associações de Turismo Rural de Minas Gerais, e o contato com a Empresa CREATO por meio de participação em oficinas de roteiros e com isso estimulou na época os prefeitos dos municípios de Rio Preto da Eva – Anderson Souza, Humaitá – Roberto Rui e Caapiranga – João Silva a viabilizarem uma viagem técnica para conhecerem as experiências exitosas do Turismo Rural em Minas Gerais e propagar em seus municípios.

ANO DE 2005 – Implantação do Turismo Rural no Município de Rio Preto da Eva, pelo prefeito Anderson Souza, contratou-se a Empresa de Consultoria CREATO de Minas Gerais para elaborar as Diretrizes de Desenvolvimento do Turismo Rural do município, em parceria com AMAZONASTUR, PREFEITURA DE RIO PRETO E SEBRAE/AM houve a viabilização da construção das Diretrizes pela CREATO.

ANO DE 2006 – Evento do TRAF em Belém, desencadeou o primeiro contato com o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar – PNTRAF com o Diretor de Turismo Turº Jordan Gouveia da AMAZONASTUR, onde o Coordenador do TRAF/NACIONAL Eng. Ednei Bueno foi convidado a visitar os municípios potenciais para o PNTRAF no Amazonas (Rio Preto da Eva e Iranduba). Na mesma foram provocadas pela AMAZONASTUR reuniões estratégicas com potenciais parceiros - AFLORAM, IDAM, SECT, INCRA, AAM, SEPROR, SUFRAMA e Prefeituras para elaboração do Projeto de Turismo Rural na Agricultura Familiar no Amazonas.

ANO DE 2007 – Aprovação do Projeto de Turismo Rural na Agricultura Familiar do Amazonas do objeto de contrato de repasse nº 023799648/2007-

MDA/PRONAF. Que teve como objeto: desenvolver e fortalecer a agricultura familiar, inserindo agricultores, no cenário da atividade turística, através da qualificação, desenvolvimento de novos produtos e capacitação, nos Municípios de Rio Preto da Eva, Manacapuru, Iranduba, Novo Airão, Manaus, Presidente Figueiredo, Autazes, Careiro, Silves, Tefé, Maués, Parintins, Barcelos, Manaquiri, Itacoatiara, São Sebastião do Uatumã, Tabatinga, Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença e Tonantins no cenário da atividade turística, por meio da sensibilização, capacitação, qualificação e desenvolvimento de novos produtos e serviços turísticos no Amazonas.

ANO de 2009 – Execução das Metas 1, 2 e 3 - Oficina de Multiplicadores do Turismo Rural na Agricultura Familiar, no Município de Rio Preto da Eva, onde no mês de Abril/Maio/2009. Com participação de 10 técnicos de ATER e 35 agricultores, contou com a participação de 47 (quarenta e sete) pessoas, indicados pelos Municípios inseridos no citado projeto, dos quais, apenas 03 (três) eram agricultores familiares. Oficina de Educação Ambiental: Oficina Participativa de Sensibilização e Implantação de Sistema de Trilhas Ecológicas (Capacitação de Monitores de Trilhas; Capacitação de Agentes Ambientais; Capacitação para Análise de Impactos Ambientais; Oficina Participativa para Elaboração de Cartilha do Sistema de Trilha; Implantação do Sistema de Trilha).

ANO DE 2014 – Oficina Participativa do TRAF/AM realizada no período de 24 a 28 de fevereiro de 2014 na Cidade de Manaus, em regime de tempo integral, tendo como finalidade reavaliar partes de algumas metas do Projeto de Turismo Rural na Agricultura Familiar do Amazonas do objeto de contrato de repasse n° 023799648/2007- MDA/PRONAF, por solicitação de ajuste do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA.

A oficina foi com enfoque participativo, tendo a contratação de

moderador/facilitador por parte desta AMAZONASTUR para coordenar os trabalhos de grupos, onde no decorrer foram incutidas palestras específicas conforme as temáticas relacionadas no projeto TRAF/AM, tendo como estratégia a formação de multiplicadores do turismo rural na agricultura familiar no Estado do Amazonas, com participação neste contexto somente 6 (seis) municípios viáveis e com potencial turístico: Manaus, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Iranduba, Manacapuru e Novo Airão.

Os municípios listados foram apontados pela AMAZONASTUR e Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Sustentável Florestal do Amazonas – IDAM como estratégia devido à viabilidade para o desenvolvimento efetivo do TRAF levando em consideração: localização em relação aos centros comerciais e emissivos, infraestruturas básicas e turísticas, meios de acesso e deslocamento e outros, e ainda, visando às possibilidades para a promoção e comercialização dos produtos TRAF no período da copa de 2014.

Estiveram presentes efetivamente 10 técnicos de ATER do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), contou com a participação de 36 Agricultores Familiares, 03 técnicos da Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR, 03 técnicos das secretarias municipais de produção, 03 técnicos das secretarias municipais de turismo, 05 turismólogos da cooperativa de empreendedores do turismo da Amazônia-COOPETAM. Esse público foi recorrente em toda a programação devido o evento ser realizado no próprio meio de hospedagem.

A oficina realizada nos dias 24/02/2014 a 25/02/2014 em tempo integral com período diurno e noturno onde o desenvolvimento das atividades como palestras e trabalhos em grupos onde foram discutidos os seguintes temas: Turismo Rural na Agricultura Familiar, Políticas Públicas para os Agricultores Familiares - Lei 11.326 Agricultura Familiar e Lei 10.831 Agricultura Orgânica; Turismo e

Planejamento; Legislação do Turismo; Eventos no Meio Rural, Comunicação e Marketing, Mercado e Panfletária; Cartografia e Mapas; Sinalização, Central de Atendimento e Comercialização de produtos rurais; Elaboração de Projetos I; Metodologia Participativa; Diagnóstico dos Problemas; Resultados Esperados; Elaboração de Projetos II; Estruturação dos Projetos; Formulários e Planilhas; Convênios; Encaminhamento aos Agentes Financiadores; Prestação de Contas; Documentos, Protocolos.

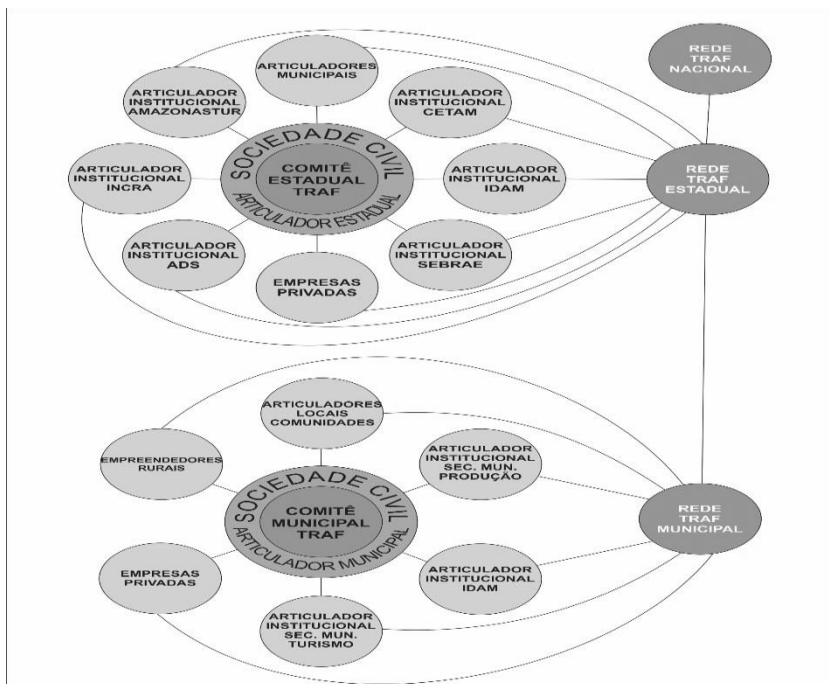
Trabalhos em grupos por meio de perguntas orientadoras como, O que é turismo rural na agricultura familiar na opinião do grupo?; Quais as características de uma unidade de produção familiar?; Quais os itens que deverão ser valorizado ou ressaltado na unidade familiar?; Quais os projetos ideais para o desenvolvimento do TRAF no AMAZONAS?; Quais as etapas necessárias para elaboração de um projeto? Quais as fontes de recursos disponíveis para efetivação de projetos?, entre outras.

No decorrer das atividades foram sugeridos alguns apontamentos para a continuidade das ações do TRAF no Amazonas: Criação de um comitê estadual do turismo rural na agricultura familiar; formatação de um modelo de governança para turismo rural na agricultura familiar (Imagem 01); eleição do articulador estadual e articuladores municipais; elaboração da matriz de responsabilidade interinstitucional.

Aponta nesse contexto as características para a gestão integrada e compartilhada, configurando em uma base sólida sobre a liderança social sem o domínio predominante do governo, promover eventos de mobilização e promoção (reuniões, seminários, oficinas etc.), elaboração de planejamentos subsidiado nas experiências do meio rural, mobilização dos atores sociais, articulação junto aos órgãos e entidades para fortalecimento da cadeia produtiva do TRAF, apoio na elaboração e gestão de projetos, prover moderação de oficinas e capacitação,

agregar atores para o fortalecimento do comitê e constituir grupos de estudos e produção para o desenvolvimento do TRAF/AM.

Imagem 01: Sistema de Gestão Integrada e Compartilhada Interinstitucional



Fonte: Ronisley Martins. 2014.

Como sistema de governança foi indicado os seguintes princípios fundamentais: Processo Participativo e democrático de base comunitária e familiar, Turismo Rural na agricultura familiar acessível e viável, Agroecologia como ferramenta na produção agrícola e salvaguarda do meio ambiente, Qualificação continuada dos agricultores familiares e empreendedores rurais para a gestão de negócios e

associações, Adequação e respeito às peculiaridades e diversidades paisagísticas, culturais, locais e regionais, Articulação interinstitucional em âmbito, municipal estadual e federal para a concepção de ações integradas e Proporciona a inclusão social.

Conclusão

Sendo assim, o Projeto Turismo Rural na Agricultura Familiar no Estado do Amazonas, confirmar-se de forma satisfatória em detrimento das três metas previstas inicialmente. Os agricultores e técnicos demonstram interesse pelos resultados, tendo como confirmação seu encaminhamento para uma reformulação das ações para o andamento do TRAF.

Os objetivos propostos foram atingidos e superados, sobretudo busca na articulação técnica e governamental, estratégias para a valorização do meio rural e a melhoria da qualidade de vida do homem do campo, levando os turistas aos “caminhos da roça” para um reencontro e/ou encontro com o meio rural de base familiar a as relações familiar – produção agrícola, fazendo com que os agricultores familiares participem de forma direta do processo da cadeia produtiva do turismo no meio rural, com a perspectiva do fortalecimento da REDE TRAF/AM e dessa forma como ápice haver uma contribuição significativa no desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar no Amazonas.

No entanto, as diferentes esferas governamentais precisam perceber que todo esse processo necessita ter continuidade para que o tão sonhado desenvolvimento por meio do turismo chegue nas mais longínquas comunidades que possuam potencial. Dessa forma com a consolidação do Turismo Rural na Agricultura da Familiar no Amazonas, precisa de mais disponibilidade de recursos, de força de vontade, de parceiros engajados e com interesses semelhantes.

Referência Bibliográfica

BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para elaboração do turismo rural**. Brasília, 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. Brasília, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Rural: Orientações Básicas**. 2. Ed. Brasília, 2010.

BRASIL. Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF). Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.

CORDIOLI, Sergio. **Enfoque participativo: um processo de mudança: conceitos, instrumentos e aplicação prática**. Porto Alegre: Genesis, 2001.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 8. ed. São Paulo: Futura, 1998.

OS SÍTIOS URBANOS COMO ATRAÇÃO TURÍSTICA: O CASO DE BOA VISTA

Antonio Tolrino de Rezende Veras¹
Vladimir de Souza²

Resumo

Este artigo é um estudo de caso inserido na problemática do turismo urbano, em particular o relacionado ao sítio urbano de Boa Vista, o qual na memória atual se encontra marcado por intervenções públicas e privadas que não se dão conta da importância da formação geo-histórica da cidade como atrativo turístico. Desta forma, partimos do entendimento de que tanto a sociedade quanto o poder público não perceberam o valor do patrimônio cultural e natural do lugar – no caso o sítio urbano de Boa Vista – como um potencial turístico. Acreditamos que o processo de revitalização pode incorporar e valorizar o espaço urbano e o patrimônio arquitetônico com todo o valor simbólico herdado da formação inicial do núcleo embrionário existente. Sendo assim, o referido artigo trata da formação histórica do sítio urbano como um potencial turístico.

Palavras Chaves: sítio urbano, turismo, cidade, Boa Vista

Sítio Urbano de Boa Vista – algumas reflexões

A gênese do sítio urbano de Boa Vista tem início no ano de 1830, quando o Capitão Inácio Lopes de Magalhães fundou a primeira fazenda particular de pecuária, à margem direita do Rio Branco, cuja denominação é Boa Vista, a qual foi transformada em município no ano de 1890, como ação estratégica para a consolidação da geopolítica amazônica na fronteira setentrional do país.

Entre os anos de 1890 e 1943 o crescimento urbano de Boa Vista estava diretamente relacionado a questões geoeconômicas decorrentes da atividade agropecuária e da mineração, que envolviam fazendeiros, indígenas, religiosos,

¹ Professor Doutor do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Roraima. Departamento de Geografia. antonio.veras@ufr.br

² Professor Doutor do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Roraima. Departamento de Geologia. vladimir.souza@ufr.br

entre outros, ou seja, a economia pautava-se, em sua maioria, na criação de gado para suprir o mercado do estado do Amazonas e do Pará, e na agricultura de subsistência voltada exclusivamente para o consumo interno, uma vez que o acesso ao núcleo urbano era difícil, pois o transporte de gêneros alimentícios e de bens materiais para prover as necessidades da população era feito, em sua maioria, por via fluvial e o principal porto, denominado de “Cimento”, estava localizado no sítio urbano.

Percebe-se, portanto, que a situação do sítio urbano na margem direita do Rio Branco foi de fundamental importância na dinâmica de produção da cidade de Boa Vista, e porque não dizer do estado de Roraima, uma vez que ocorreu uma (des)construção do espaço, no qual a supressão e emergência de formas e funções atenderam às necessidades, em um dado momento, da divisão social do trabalho e das relações de acumulação de capital.

Dessa maneira, a dinâmica de produção do sítio urbano de Boa Vista ocorreu a partir do surgimento de novas funções que se adequaram às formas de outrora, ou criaram formas novas, reorganizando-se a circulação de ideias e mercadorias, e redefinindo-se, por meio da divisão técnica do trabalho, novos espaços de produção e consumo (GODOY, 2004, P. 29-32). Assim, a cidade de Boa Vista é um lugar que abriga, produz e reproduz.

A formação do sítio urbano

Em seu estudo sobre a evolução urbana do Brasil entre os anos 1500 e 1720, Reis Filho (1968) esclarece que a situação de uma aglomeração determina as suas possibilidades de estabelecer relações e, portanto, as funções que poderá desempenhar no conjunto da rede e do processo de urbanização. Para o autor, tal situação está vinculada diretamente aos recursos naturais, bem como à ação do homem ao longo do tempo. Beaujeu-Garnier (1997, p. 76), por sua vez, observa

que tal situação está sempre ligada à facilidade de comunicação, seja para explorar, seja para bloquear.

No tocante a Boa Vista, Guerra (1957, p. 136) explica que a cidade está localizada numa zona plana, de baixa altitude, situada à margem direita do Rio Branco, deixando, posteriormente, a baixa para se desenvolver na parte alta. Na acepção do geólogo Guerra, esta situação é fácil de ser explicada, uma vez que nas proximidades da margem há grandes alagamentos por ocasião do período chuvoso.

Dessa maneira, somos levados a crer, com base em Guerra (1957), que a localização de Boa Vista nessa margem direita do Rio Branco deu-se por um aspecto topográfico local, pois é uma área alta que não inunda, assim como o canal do Rio é mais profundo e favorece a navegação, diferentemente da margem esquerda que é inundada no período chuvoso de abril a setembro.

A cidade está localizada numa superfície marginal ao grande Rio, de onde partem várias estradas abertas ao longo do lavrado que seguem direções variadas em busca das sedes das fazendas (GUERRA, 1957, p. 137). Era natural que se procurasse situá-la em posição de conexão com esquemas eficazes de comunicação, e esta era garantida, de preferência, por meio das vias fluviais, fosse para o escoamento dos produtos que constituíam a base econômica da cidade na época, fosse para a obtenção de produtos manufaturados.

Outro aspecto que contribuiu para a localização da cidade foi a existência de caminhos estabelecidos, em geral, com base nas velhas trilhas indígenas, que garantiam as comunicações com o interior, vencendo os principais obstáculos geográficos e estimulando o crescimento da cidade.

Em relação ao sítio, Reis Filho (1968, p. 124) avalia que é o local sobre o qual está assentada uma aglomeração urbana. Vários são os aspectos a considerar na caracterização do sítio das povoações, tais como: natureza do solo, relevo, fontes

de água para o consumo, cursos ou massas de água, entre outros. Beaujeu - Garnier (1997, p. 76) acrescenta que o sítio, frequentemente, não tem mais do que um valor histórico. O desenvolvimento da cidade faz-se a partir dele; a cidade envolve-o, transforma-o e, por vezes, abandona-o.

No caso de Boa Vista, o sítio está situado sobre uma topografia plana e sensivelmente uniforme. Em sua superfície existem várias depressões cheias de água (GUERRA, 1957, p. 137).

No leito do Rio observam-se várias ilhas aluviais, onde a vegetação arbórea cobre todo o solo. Nas margens do Rio Branco, especialmente na esquerda, em grandes trechos vê-se o aparecimento da vegetação do tipo campestre (GUERRA, 1957).

Em sua pesquisa sobre o vale do Rio Branco, Guerra (1957) mostra que a topografia da zona urbana da cidade pode ser definida como sendo uma grande superfície plana, na qual foram escavados por igarapés de pouca importância.

Estudos do Centro pelo Direito à Moradia Contra Despejos – COHRE (2005 e 2006, p. 39), Organização não Governamental Internacional e Independente, com sede em Genebra – Suíça, reafirma as palavras de Guerra (1957) ao relatar que:

A cidade de Boa Vista está situada sobre os campos naturais da bacia do Alto Rio Branco. O território apresenta o predomínio de solos arenosos sobre rochas e cerrados e campos (lavrados) com fundos aluviais de vales de rios e igarapés. O sistema ecológico predominante é a Savana (gramínea lenhosa) que apresenta uma fisionomia campestre com árvores isoladas de pequeno porte que costumam se adensar nas proximidades dos cursos d'água, ladeados por filas de palmeiras e pequenas depressões lagunares temporárias, elementos que compõem uma densa rede de drenagem formada pelo Rio Branco e seus afluentes, e por igarapés e lagoas de regime permanente.

Para o COHRE (2005\2006), é sobre esse sistema natural que se assenta a cidade de Boa Vista. Sistema esse que não foi preservado no processo de uso e ocupação do solo urbano da cidade.

O Engenheiro Alfredo Ernesto Jacques Ourique, em seu relatório sobre o vale do Rio Branco, elaborado em 1906, sob a ordem do então governador do Estado do Amazonas, Dr. Antonio Constantino Nery, que tinha como objetivo tornar conhecida essa rica região, descreve a cidade da seguinte forma:

Do seu cômodo porto cortado pela natureza em curva regular no barranco da margem, sobe-se por sua suave ladeira até o chapadão, em pleno campo, onde está a vila. Seu conjunto apresenta perspectivas em geral encantadoras e, de alguns pontos de vista, realmente belas. Possuem boas casas, algumas de alvenaria e uma capela edificada singelamente, mas com relativa elegância. Pode-se considerar Boa Vista como o centro mais importante de todo o movimento comercial e agrícola do alto Rio Branco (OURIQUE, 1906, p. 13).

Comungando com o COHRE (2005-2006), Guerra (1957) e Ourique (1906), Diniz & Amorim Filho (2005, p. 27) dizem que Boa Vista está situada à margem direita do Rio Branco, sobre terrenos de altitude uniforme, localizados entre as terras baixas da Floresta Amazônica e as elevações do sistema das Guianas. Para os pesquisadores, a cidade apresenta uma altitude média de 85 m, com clima quente úmido e duas estações climáticas definidas – chuvosa e seca, com uma cobertura vegetal predominantemente dos campos limpos.

Na análise de Guerra (1957, p. 138), o único fato que possivelmente tenha levado a esta escolha de estabelecer o sítio urbano na margem direita, foi a existência da baixada junto à margem do Rio, facilitando as primeiras edificações (porto,

armazéns, residências entre outras), face às terras altas da cidade, que posteriormente foram ocupadas.

A cidade cresceu à margem direita do Rio Branco, ocupando parte da planície de inundação e interiorizando-se para a Zona Oeste da cidade, onde o terreno é plano e com pouca declividade.

No que se refere aos fatores considerados para o surgimento do núcleo embrionário de Boa Vista, na margem direita do Rio Branco, as observações de Guerra (1957) e Ourique (1906) apontam os fatores naturais como tendo sido primordiais, uma vez que a escolha dos sítios pelos povoadores tinha em vista os aspectos geográficos – relevo plano que favorecesse o assentamento urbano próximo ao Rio, vegetação e solo apropriado para a agropecuária, entre outros, buscando, em princípio, a localização que oferecesse o máximo de comodidade e segurança para o pequeno agrupamento, em geral modesto, em sua origem.

A iconografia da época, segundo Rice (1978, p. 63), mostra que o núcleo urbano primitivo apresentava um traçado ortogonal, com ruas se cruzando em ângulos retos, talvez pelo fato de simplificar a circulação e facilitar o processo de loteamento dos terrenos. Nota-se também uma conformidade com o curso do Rio, dada sua importância como instrumento de navegabilidade.

A matriz, a sede da Intendência da Vila de Boa Vista do Rio Branco e a residência da antiga sede da fazenda Boa Vista, entre outros, eram, em sua essência, o conjunto focal da vida e da paisagem da vila e, posteriormente, da cidade constituída.

Na época, conforme Oliveira (1929, p. 25), a cidade apresentava ruas largas e retas, sem iluminação e sem arborização. Possuía um comércio ativo que abastecia toda a região e, até mesmo, as fronteiras da Venezuela e da Guiana.

Na prática, as linhas de demarcação urbana – uso e ocupação, não costumavam ser bem definidas. A cidade manteve esses traços ao se desenvolver, aumentando

a sua população, seu número de lares, de vendas e o oferecimento de serviços em função das atividades desenvolvidas no período.

Em meados do ano de 1920, Boa Vista tinha aspecto de vila solitária e isolada da capital do Amazonas e do resto do país. Embora pagasse impostos sobre o gado que exportava, não os conhecia nem os desfrutava, já que eram direcionados à capital do Amazonas. “Tudo o que lhe restava era a má orientação tributária” (SANTOS, 2004, p. 82).

Todavia, segundo Santos (2004, p. 82), Boa Vista:

[...] já apresentava nessa época, casas bem construídas, com misturas de pedra e cal, cobertas de telhas, bem cuidadas e pintadas com cores alegres e uma bela capela que causavam boa impressão a qualquer visitante. Tinha ao todo quarenta e nove residências, entre casas e barracos, que eram dispostas separadas umas das outras, por certa distância, dando uma impressão de espaço ocupado bem maior do que o real. A Vila já se destacava pela largura das suas ruas, semelhantes a avenidas das grandes cidades. E, apesar de não possuir calçamento, as ruas eram mantidas limpas e bem conservadas.

No povoado e nas fazendas andava-se a pé, de carroça puxada por boi e a cavalo, não existindo nenhum outro tipo de transporte de comunicação terrestre.

Rice (1978, p. 25) esclarece que Boa Vista, em 1924, era o único agrupamento próximo ao Rio Branco que tem a honra de ser chamado vila. Em seu território havia 164 casas, algumas construídas com tijolo (igreja, intendência, casas e armazém) e a maioria feita de reboco e pau-a-pique. Abrigava 1200 pessoas, entre portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos das Índias Ocidentais pela Guiana Inglesa.

Lentamente o sítio urbano apresentava forma, porém, a ausência de políticas públicas por parte do governo do estado do Amazonas contribuiu

significativamente para que as residências e comércio se localizassem próximas à margem direita do Rio Branco. Uma vez que o meio de escoar a produção para os outros estados, em sua maioria, se dava exclusivamente pelo Rio Branco.

D. Pedro Eggerath, quando de sua visita à região do alto Rio Branco, na década de 1920, fez o seguinte comentário:

[...] O aspecto das casas, construídas em parte de pedra e cal, cobertas de telhas e dispostas ao longo de ruas largas, é difícil de descrever, muito embora esteja a sede deste enorme município representada apenas por 200 edificações, entre casas e barracas, distantes umas das outras, o que explica a razão das muitas ruas e o fato de parecer Boa Vista, de longe, muito maior do que realmente é. A sua população que se pode estimar em 1300 habitantes, compõem-se na sua maioria de famílias de fazendeiros do Rio Branco. Perto do lugar de desembarque, vê-se em uma das praças a Igreja de N.S. do Carmo, de construção antiga e, até sendo concertada condignamente. O edifício da municipalidade fica logo em frente ao porto; é de feito simples, mas sólido. As demais edificações são em sua maioria casas de famílias, afora alguns negócios e barracas (EGGERATH, 1924, p. 12).

Na perspectiva de Silva (2007), essa paisagem em construção e isolada era conhecida a partir da percepção destes exploradores e viajantes que ali passavam e lhe descreviam “[...] Era o urbano na infinita Amazônia em transição para o “lavrado”, o único depois de Manaus para quem buscava o Norte em direção à Venezuela e à Guiana ou o primeiro para quem descia desses países”.

Essa configuração espacial permaneceu até 1944. Como relata o governador Êne Garcez ao chegar a Boa Vista. Na cidade só havia três ruas paralelas ao Rio Branco. Era a rua da prelazia, a outra seguinte (Sebastião Diniz) e a última, que só tinha um lado (Getúlio Vargas).

Para Barros (1995, p. 51), a estrutura urbana herdada é representada por lotes estreitos de casas conjugadas de ambos os lados, ao velho estilo lusitano, acomodando-se às oscilações do relevo ribeirinho.

Vale ressaltar ainda que, segundo Lima (2011, p.103), a primeira edificação erguida no sítio urbano foi a sede da fazenda e em seguida a Igreja Matriz. O primeiro prédio público foi a Intendência, construído em 1900, próximo à margem direita do Rio Branco, o qual foi queimado e, posteriormente, demolido no final da década de 50, do século XX, e feito uma réplica no ano de 1996, como ação do Projeto Raízes. Outras ações contra o patrimônio público – prédios, localizados no sítio urbano, foram executadas pelo por público como a demolição do “mercado do peixe”; e do prédio da “inspetoria marítima”. Até mesmo uma árvore plantada pelo fundador do sítio urbano Inácio Lopes Magalhães foi cortada sem o menor respeito ao ato simbólico e pioneiro.

Para Lima (2011, p.103), o abandono das edificações antigas pelo poder público, no sítio histórico urbano de Boa Vista, levou as autoridades a esquecerem de parte da cidade e desprezá-la, ficando esta relegada a pano de fundo do núcleo inicial. Dessa maneira e, considerando o exposto acima, temos que chamar o poder público, as empresas privadas e a sociedade local a pensar a respeito da importância desse patrimônio histórico cultural como um elemento fundamental na construção da memória da cidade e, em particular, seu valor como produto de atração turística.

Nesse caso, o chamado "turismo geo-histórico e cultural" poderia ser pensado como uma necessidade urgente nas três esferas políticas: federal, estadual e municipal no estado de Roraima e, permeado por eventos notáveis e cristalizados através das construções que restam, sem, contudo perder as comodidades da vida moderna.

Ao mesmo tempo, construir uma política de ascensão do “sítio urbano” preservando-o dentro do cenário sócio-espacial da paisagem urbana e, principalmente, valorizando as regiões no entorno. Uma vez que nesses lugares ocorre um processo de construção e reconstrução do espaço onde se apresentam "objetos únicos" que merecem ser visitados ou apenas apreciados.

Igualmente, torna-se necessário e urgente uma lei federal, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em defesa desse patrimônio histórico cultural, acrescentando novos valores à paisagem urbana, bem como a presença de um projeto turístico que valorize o sítio urbano de Boa Vista como lugar privilegiado de (re)encontros com o passado e a materialização histórica da cidade.

Referência Bibliográfica

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul**. Editora Universitária – UFPE. 1995.

BEAUJEU GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. 2ª Ed. Tradução: Raquel Soares de Brito. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian. 1997.

CENTRO PELO DIREITO À MORADIA CONTRA DESPEJOS – COHRE. **Conflitos urbano-ambientais em capitais amazônicas: Boa Vista, Belém, Macapá e Manaus**. Impressão: Gráfica Calábria. Apoio: Embaixada da Holanda no Brasil. 2006.

EGGERATH, Pedro. **O vale e os índios do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1924.

GODOY, Paulo. **Uma Reflexão Sobre a Produção do Espaço**. In Revista: Estudos Geográficos, Rio Claro, 2(1): 29 -42. Junho – 2004.

GUERRA, Antônio Teixeira Guerra. **Estudos Geográficos do território do Rio Branco**. IBGE. 1957.

LIMA, Maria Goretti Leite de. **As transformações da paisagem do sítio histórico urbano de Boa Vista: Um olhar a partir da fotografia**. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, Tese de Doutorado. 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuições ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500\1720)**. Editora da Universidade de São Paulo – SP. 1968.

RICE, Alexander Hamilton. **Exploração na Guiana Brasileira(1924-1925)**. Tradução e notas – Lacyr Schettino. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1978.

SANTOS, Adair J. **História da livre Iniciativa no desenvolvimento socioeconômico do Estado de Roraima**. Boa Vista. FECOMÉRCIO\RR. 160 p., 2004.

O MUSEU COMO ESPAÇO DO RESGATE DA SUSTENTABILIDADE CULTURAL E SOCIOLINGÜÍSTICA NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM

Lucely Cursino Monteiro¹
Gederson do Carmo Souza²
Edinelza Macedo Ribeiro³

Resumo

A temática do museu vem ganhando espaço de discussão atualmente no contexto das instituições de ensino, ressignificando um papel importante no cuidado pedagógico e crítico. Discutir sobre a sustentabilidade na presente proposta foi crucial para o entendimento dos espaços e dos recursos culturais da cidade de Parintins, tendo em vista a urgência de se preservar a história e memória de seu povo. Analisar a percepção dos atores sociais sobre a contribuição do museu enquanto espaço do resgate da sustentabilidade cultural e sociolinguística no município de Parintins /AM foi o objetivo geral da presente proposta. Entender a relação que se estabelecem entre esse diálogo serviu para reafirmar que a cultura compreendida na cidade de Parintins precisa ainda entender a interdependência entre o social, as condições de vida e a experiência das pessoas. A partir das informações obtidas foi possível avaliar a relevância da discussão da temática. Por meio das ações do projeto se conseguiu um rico aprendizado que possibilitou conhecer as reais condições com o trato da cultura na cidade de Parintins. A assistência às etnias indígenas e um acervo para preservar o potencial cultural de seu povo não existe. As possibilidades de articular políticas públicas de cultura e turismo são assuntos que os representantes das secretarias não souberam responder. No entanto, ficou visível a preocupação nos entrevistados da necessidade de se fazer um grande trabalho de conscientização na população sobre o a existência de um museu na cidade. Os grupos de pastorinhas estão se dissolvendo. E quanto ao evento do Boi Bumba e benefícios sustentáveis para a cidade, ainda se precisa fazer um trabalho muito sério, principalmente quando o assunto diz respeito ao meio ambiente e a reciclagem do lixo.

Palavras- chave: Museu; Sustentabilidade; Sociolinguística

¹ Bolsista do Progeg/UEA. Centro de Estudos Superiores de Parintins. lucelymonteiro@hotmail.com

² Bolsista do Progeg/UEA. Centro de Estudos Superiores de Parintins.

³ Dra. Orientadora - Coordenadora do Projeto. Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP-UEA. ediribeiro27@hotmail.com

Introdução

A temática do museu vem ganhando espaço de discussão atualmente no contexto das instituições de ensino, ressignificando um papel importante no cuidado pedagógico e crítico. Certamente, também se reconhece que o enraizamento do papel dos museus como espaços públicos de compartilhamento de experiência de sentidos somente ocorre pelo compromisso com a sustentabilidade das relações humanas, da construção de desejos na formação de hábitos e convívios. E a oportunidade de se discutir sobre a sustentabilidade na presente proposta foi crucial para o entendimento da utilização dos recursos culturais da cidade de Parintins, tendo em vista a urgência de se preservar a história e memória de seu povo, com o intuito de “atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras” (NASCIMENTO; VIANNA, 2007, p. 22). Esse foi o pressuposto que serviu para afirmar que a cultura implica uma interdependência entre o social, as condições de vida e a experiência (AKTOUF, 2007). O museu não se restringe a um lugar estático ou particular, mas uma instituição sem fins lucrativos que está a serviço da sociedade aberta ao público que adquire, conserva e investiga. E esse espaço tem um reconhecimento fundamental na sociolinguística, que implica a relação entre língua e sociedade em todos os aspectos, incluindo as normas culturais e contextos (BORTONI, 2004). Tudo isso foi um grande aprendizado na realização deste projeto de grande relevância para a sociedade parintinense.

Parintins, conhecida como “Ilha Tupinambarana” está se localiza à margem direita do rio Amazonas. O município encontra-se a 420 km a leste de Manaus por via fluvial (15 horas descendo e 27 horas subindo o rio Amazonas). Por via aérea esse percurso é de uma hora. Possui uma área de 5.952,4 km², com florestas de várzeas e de terra firme, com lagos e ilhas. De acordo com o último Censo (2010) o município conta com uma população aproximada de 102.066 mil

habitantes, com 69.890 mil habitando a área urbana e 32.143 mil vivendo na área rural.

Inserida em um contexto de rica biodiversidade e sociodiversidade a cidade de Parintins faz parte dos Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico (MTur, 2004) como - Roteiro Prioritário do Boi-Bumbá. No entanto, alguns fatores tem se revestido em preocupação no município, principalmente no que diz respeito aos dados da pesquisa realizada pela AMAZONASTUR (2010). De acordo com o relatório realizado pela instituição, a atividade turística no município vem apresentando alguns impactos negativos, como por exemplo, a prostituição com 21,72% em 2010 (23,25 % de 2005 a 2010), e a proliferação de DST's com 14,65% em 2010 e, de 14,73% de 2005 a 2010.

Nesse sentido, o museu tem uma importância ímpar para a comunidade parintinense, uma vez que se apresenta como alternativa para o turismo agregando a ele a atividade turística sustentável, e captação de recursos para o município. Sem deixar de enfatizar que o museu tem fator determinante para a conservação e a restauração do patrimônio cultural e histórico, possibilitando a valorização de acervos importantes, bem como a geração de fluxos e na ampliação das taxas de permanência dos turistas no local.

O município está inserido em um contexto históricos relevante, como por exemplo, a passagem dos cabanos, fragmentos históricos deixados pelos japoneses na Vila Amazônia, além de uma rede de etnias indígenas que caracterizam os povos da região e as raízes culturais do Baixo Amazonas. No total são 10 etnias que passaram pela ilha, entre elas: Parintintins, Sapupapé, Uapixaa, Patuarana, Mundurucu, Permeiana, Mura, Escariano e Tupinambá (SANTOS, 2000).

É nesse quadro delineador do contexto da cidade de Parintins que o museu apresenta-se como um espaço propício ao resgate da sustentabilidade cultural e sociolinguístico do local.

Materiais e Métodos

As ações estabelecidas no projeto foram contempladas com alguns procedimentos e técnicas metodológicas como: entrevistas, palestras para alunos da Escola Municipal Tsukasa Uyetsuka (turmas 8º e 9º ano), localizada na Vila Amazônia, visita a pontos históricos, visitas ao Liceu de Artes Cláudio Santoro, realização de palestras e mesa redonda oportunizada na VII Semana de Letras no Centro de Estudos Superiores de Parintins- CESP-UEA. Nesse evento houve participação dos bolsistas na modalidade comunicação em pôster, além da técnica de procedimento da observação direta e consulta a literatura.

Como parte substancial da metodologia, utilizou-se a abordagem de natureza qualitativa uma vez que a pesquisa se propôs a analisar a percepção dos atores sociais internos designados como ASI sobre a contribuição do museu enquanto espaço do resgate da sustentabilidade cultural e sociolinguística no município de Parintins. Mais do que instituições estáticas os museus são “processos a serviço da sociedade”. Assim, são entendidos como instâncias fundamentais para o aprimoramento da democracia, da inclusão social, da reconstrução da identidade, do conhecimento e da percepção crítica da realidade. A proposta também se preocupou em contemplar as riquezas culturais que a cidade apresenta, podendo ser confirmado também, nas obras dos artistas plásticos encontradas em algumas praças da cidade.

Enfim, discutir os pressupostos teóricos do museu como o espaço de resgate da sustentabilidade neste trabalho se tonou um grande desafio. Como se sabe resgatar a própria história é crucial para um povo entender sua origem. Parintins

é uma cidade que dispõe de espaços interessantes, o que falta na verdade é iniciativa dos órgãos competentes, porque cultura, arte e criatividade são elementos que nutrem o povo parintinense.

Resultados e discussão

De acordo com os resultados obtidos nas entrevistas percebeu-se nos entrevistados o desejo da cidade possuir um museu. E muitos entendem o ser o museu um lugar não estático, mas sim espaço de interação com o visitante.

[...] Aqui no Liceu de Artes nós temos uma pequena amostra que no caso seria voltado para os bois garantido e caprichoso onde o visitante pode sentir um pouco do que é o festival. Ele visita as salas onde ele vai ver e tem conhecimento de como é a brincadeira do boi, o que é o boi, qual a representatividade do boi. Ele ouve música, ver partes das apresentações do festival do ano de 2013, e ouve as toadas. Isso é legal porque a gente consegue interagir. Como trabalhamos com visitas guiadas a gente consegue essa interação, do público com nossos guias que o museu disponibiliza. Claro que pra gente isso é uma pequena amostra do que seria um museu.⁴

Com relação à existência de um espaço que valorize a cultura, os entrevistados foram unânimes em reconhecer que a cidade dispõe de vários espaços para instalação do museu. No entanto,

[...] o que falta na verdade é uma iniciativa de órgãos competentes, porque cultura e arte e história nós temos. Falta interesse político local, porque todos esses aparatos, essas informações nós temos, nós temos historiadores que a cidade conhece muito bem e não são só voltados para o festival. Nós

⁴ Entrevista cedida pela coordenação do Liceu de Artes aos autores, em 02/05/2014.

temos outras manifestações culturais que são interessantes de ser mostradas, que devem ser resgatadas. Até mesmo as pastorinhas, o cordão dos bichos que antigamente era feito em Parintins.⁵

A partir das informações obtidas foi possível avaliar a relevância da discussão da temática. Por meio das ações se conseguiu um rico aprendizado que possibilitou conhecer as reais condições com o trato da cultura na cidade de Parintins. A falta de assistência às etnias indígenas e um acervo para preservar o potencial cultural de seu povo não existe. Como se sabe, os indígenas têm participação direta no festival. A cada ano se observa a cultura dessa população cantada nas toadas, suas histórias contadas em grandes alegorias e sua arte vendida em toda a cidade. No entanto, esse resgate e valor cultural presente no evento apresenta uma outra realidade.

De acordo com os representantes da comunidade indígena no município de Parintins, os indígenas não têm assistência, e muitas vezes passam fome e sofrem com vários tipos de doenças, prostituição e o total esquecimento. As agremiações exaltam a natureza e o indígena, mas não tem sequer um projeto que assumam esse compromisso. O que está em jogo é simplesmente a comercialização da cultura com vistas ao lucro.

O maior desafio das comunidades indígenas do município de Parintins é manter a cultura. Conforme relato do presidente da associação dos indígenas, o preconceito ainda é muito forte, principalmente com os jovens que estudam nas escolas da cidade. Muitos preferem omitir a própria identidade indígena. Assim preferem praticar a língua mãe no interior da aldeia, onde a mesma se mistura com a língua portuguesa.

⁵ Entrevista cedida pela coordenação do Liceu de Artes aos autores, em 15/02/2014.

Para Soares (1986, p. 23), a escola apenas informa aos alunos das classes populares que existe uma maneira de falar considerada legítima, diferente daquela que eles dominam, “mas não os possibilita o acesso a essas formas de falar e escrever. Assim, nega-lhes, pois, acesso ao capital linguístico socialmente rentável, por cuja aquisição essa mesma escola será responsável”.

Para Geertz (1989, p. 52) cultura significa:

Um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, através das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem os seus conhecimentos e suas atividades em relação a vida. Cultura é a representação intelectual, artística e moral de um povo ou, mais amplamente, de uma civilização.

Reconhecer a importância do processo de simbolização no estudo da cultura é fundamental. A ela é delegado o direito de permitir que o conhecimento seja conciso, que as informações sejam processadas, que a experiência acumulada seja transmitida e transformada por meio da Língua refletida na cultura.

Quando se buscou saber da existência de políticas públicas de cultura e turismo no município os representantes das secretarias dos respectivos órgãos não souberam responder. No entanto, ficou visível a preocupação nos entrevistados a necessidade de se fazer um grande um grande trabalho de conscientização na população. Principalmente com a questão do meio ambiente. Temas como reciclagem do lixo é urgente. Os grupos de pastorinhas estão se dissolvendo. Não existe um espaço para a integração e encontro dos grupos existentes. E quanto ao evento do Boi Bumba, os entrevistados foram unânimes em reconhecer que não existem benefícios sustentáveis para a cidade. Ainda se precisa fazer um trabalho muito sério.

[...] porque a gente sabe da quantidade de lixo que fica na cidade de Parintins, não só dos bois, mas a cidade fica caótica numa situação crítica de lixo. Penso que de repente essas agremiações podiam levar essas grandes estruturas que são montadas de alegorias pros galpões, deixar amostra do turista que vem fora da época do festival de Parintins. E que poderiam ser reaproveitada de melhor maneira de um festival pro outro. Teria uma economia grandiosa de repasse de verbas, que poderia se investir em capacitação, em cursos de oficinas de conscientização e a partir desse princípio da gente realmente se preocupar com questão do meio ambiente.

De acordo com a Política Nacional de Museus, mais do que instituições estáticas os museus são “processos a serviço da sociedade” e entendido como instâncias fundamentais para o aprimoramento da democracia, da inclusão social, da reconstrução da identidade, do conhecimento e da percepção crítica da realidade. Exemplo do potencial turístico a ser desenvolvido em Parintins abrange a cultural. Com saberes e fazeres locais que oferecem diferentes oportunidades para experiência do turista.

Enquanto construção histórica, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas a sua percepção, mas também a sua relevância, a importância que passa a ter. É um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. E uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra. Em favor da superação da opressão e da desigualdade (SANTOS, 1994).

Reconhecer a importância do processo de simbolização no estudo da cultura é fundamental. A ela é delegado o direito de permitir que o conhecimento seja conciso, que as informações sejam processadas, que a experiência acumulada seja transmitida e transformada. No entanto, Santos (1994) tece críticas quanto ao fato de não haver muito entusiasmo diante das oportunidades oferecidas pela

simbolização, “a ponto de saírem por ai localizando significados ocultos em cada prática cultural, em cada elemento da cultura, em cada produto cultural” (SANTOS, 1994, p. 42). São questões que podem atrapalhar, ao invés de contribuir com uma análise mais profunda de uma sociedade.

Considerações finais

O presente estudo possibilitou o primeiro contato dos pesquisadores com o universo da pesquisa. E foi de grande importância para a vida acadêmica principalmente diante das oportunidades encontradas programas de fomento de iniciação científica modalidade de extensão. Assim, foi desafiante realizar este estudo. A maior dificuldade encontrada pelos pesquisadores foi a realização das entrevistas, pois os contatos com as pessoas eram agendados e quando chegava a hora de fazer as entrevistas, sempre se ouvia desculpas por estarem ocupadas, ou se reservavam no direito de não falar temendo retaliações. O medo de perderem o cargo que ocupavam.

Considerando os resultados avaliados na pesquisa considera-se que as reflexões obtidas foram significativas para se que se possa pensar em futuros projetos e ações junto à comunidade de Parintins. Uma das constatações no quadro de atores sociais internos é que existem posições favoráveis às questões do museu e sustentabilidade. No entanto, pouca atenção tem sido dada aos atores de menor expressão, como por exemplo, artesãos, grupos indígenas e a participação da comunidade local e ausências de políticas públicas culturais.

Assim, percebeu-se que a sociedade parintinense tem interesse em discutir a temática. Nota-se de um lado que há certa preocupação por parte da sociedade civil em preservar a cultura por meio da criação de um museu, bem como demarcação dos principais pontos turísticos. No entanto, por parte dos governantes locais, há um descaso visível diante dessa problemática.

Na escola da Vila Amazônia pôde-se realizar a atividade com interação total dos alunos. Os bolsistas foram bem acolhidos pelos professores que ministravam disciplina de história, artes, geografia entre outras.

A partir das informações obtidas foi possível avaliar a relevância da discussão da temática. Por meio das ações operacionalizadas na presente proposta se conseguiu um rico aprendizado possibilitando conhecer as reais condições com o trato da cultura na cidade de Parintins.

Referências

AKTOUF, Omar. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais, às lições empíricas. In: CHANLAT, J. F. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. Tradução Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2007, p. 40- 79.

BORTONI, Ricardo; Sttela Maris. **Educação em língua materna a sociolinguística em sala de Aula**. São Paulo: Parábola Ed., 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Fundação Instituto de pesquisas Econômicas (FIPE). **Estudo da Demanda Turística Internacional**, MTur/FIPE, 2010.

EMPRESA AMAZONENSE DE TURISMO. **Relatório sobre o perfil dos frequentadores do Festival dos Bois de Parintins**. Manaus, 2010.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010.

NASCIMENTO, E.P.; VIANNA, J. N. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SANTOS, Jose Luiz dos. O que se entende por cultura. In: **O que é cultura**. 15 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SANTOS, Marcos. A Festa do Boi - Bumba. Revista Parintins Toada e Boi - Bumbá. RSC Editora e Produções Promocionais Ltda e Amazon Best Editora e Eventos Ltda. nº1- Julho 2000.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1986.

MAPEAMENTO DAS POTENCIALIDADES TURISTICAS DE VILA AMAZÔNIA, PARINTINS-AM ¹

Renato Travassos de Carvalho²
João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho³

Resumo

A pesquisa está fundamentada na necessidade de se encontrar e oferecer novas opções de lazer aos visitantes como alternativa de desenvolvimento local e regional, identificando e mapeando as áreas com potencial para o turismo no município de Parintins-AM. O turismo se apresenta como uma atividade econômica que envolve lazer e espaços diferenciados dos demais capazes de atrair a atenção de pessoas estranhas ao local visitado e pela possibilidade de desfrutar algo diferente do seu cotidiano. Nesse contexto a Amazônia se apresenta como uma região turística, sua diversidade de espaços e recursos naturais atrai pessoas de todos os lugares. Em Parintins que é conhecida pelo seu Festival Folclórico realizado no mês de junho, onde se apresentam e competem os Bois-Bumbás Garantido e Caprichoso, pouco se fala de outras possibilidades de turismo. Daí a necessidade da busca por novas alternativas e novos “produtos turísticos” que possam ser oferecidos ao mercado turístico como possibilidade de redirecionar o visitante do perímetro urbano para a tranquilidade da zona rural e suas belezas naturais. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é compreender o turismo na região e conhecer o potencial turístico para além do Festival de Parintins, principalmente em Vila Amazônia, comunidade rural próximo a sede. O método de análise é o fenomenológico, pois possibilita compreender o fenômeno a partir da aproximação do objeto com o sujeito. Foram levantados os pontos com potencial turístico na Vila, com realizado levantamento fotográfico das áreas naturais e dos monumentos históricos ligados a ocupação dos japoneses na região, como base para o estabelecimento de um roteiro turístico.

Palavras-chave: Turismo - Zona rural – Amazônia - Turismo de base comunitária.

¹ Trabalho adaptado de relatório de iniciação científica PAIC/FAPEAM/UEA.

² Graduando da Universidade do Estado do Amazonas- CESP-UEA.

renato1.5_travassos@hotmail.com

³ Doutor. Universidade do Estado do Amazonas. jdazevedo@hotmai.com.

Introdução

O turismo é uma das atividades que nos dias atuais vem ganhando grande destaque no cenário global, nacional e estadual, devido a sua capacidade de associar elementos culturais e sociais e inerentes a cada sociedade, diferenciadas do restante do globo, que por sua vez é vendida pelo turismo como uma mercadoria quase que inesgotável.

Em uma perspectiva mais local, a Amazônia possui elementos naturais, culturais e históricos específicos de cada lugar que podem ser trabalhadas pelo turismo, mas que por muita das vezes isso acaba se perdendo por outro lado sua riqueza ambiental é sem dúvidas um dos grandes atrativos para a prática do turismo.

A identificação dos potenciais de um lugar torna-se, muitas vezes, uma forma de recuperação da identidade, da memória e da própria cultura de uma sociedade, perdida ou esquecida em momentos e períodos distantes nos quais foram construídos e que aos poucos foram se perdendo.

Tais potencialidades podem ser transformadas em atrativos e consequentemente valorizadas a ponto de ser vendida ao mercado turístico, o que pode ser um fator favorável para o desenvolvimento local e regional.

O objetivo maior deste trabalho é identificar e mapear as áreas com potencialidades turísticas em Vila Amazônia, Parintins-AM, localizando cartograficamente essas potencialidades e quais os meios de acesso a essas potencialidades; verificando a utilização desses espaços e como são utilizados pelos moradores e pelos visitantes que chegam nesta localidade.

Para realização deste trabalho se buscou analisar o turismo na região através da utilização de fontes primárias e secundárias, levantamento fotográfico, mapeamento dos pontos turísticos e pesquisa de campo. O método de análise é o fenomenológico, pois possibilita compreender o fenômeno a partir da aproximação do objeto com o sujeito.

A compreensão do turismo como atividade econômica deve levar em conta que essa atividade transforma o espaço em uma mercadoria, uma mercadoria especial, que é "vendida" para o mercado turístico. Isso implica uma percepção da realidade local, mas também, nacional e global.

A dinamicidade da conceituação de Espaço.

Para a geografia o espaço é mais do que o receptáculo dos objetos materiais, é o espaço das ações humanas e das construções culturais. No dizer de Santos (1988, p, 25), “o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”.

Este é o lugar onde todas as atividades humanas são planejadas e realizadas, o espaço geográfico é tido como um “palco”, onde todas as ações e realizações humanas se concretizam sem que haja uma separação entre as duas, visto que uma depende da outra para se realizar.

Ainda para Santos (2006, p, 39), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Em meios às ações humanas, o espaço geográfico recebe sentidos e valores diferenciados, conforme a necessidade do homem, podendo na maioria das vezes o seu valor de uso passar a ter um valor de troca, como uma mercadoria valorosa, acessível apenas aos que podem pagar pelo seu uso.

Segundo Carlos (2007, p, 36), “o espaço aparece como mercadoria, apesar de suas especificidades, produzido e vendido enquanto solo urbano, cujo conteúdo escapa aos indivíduos, posto que submissos à troca e à especulação”. Uma fragmentação do espaço para usos exclusivos e fixados, distantes do coletivo.

Em Santos (1988) o espaço é visto como uma realidade relacional, construída e reconstruída à medida que as relações e as coisas estão intrinsicamente em constantes vivências, nesse contexto o espaço não pode ser entendido como uma coisa ou um sistema de coisa.

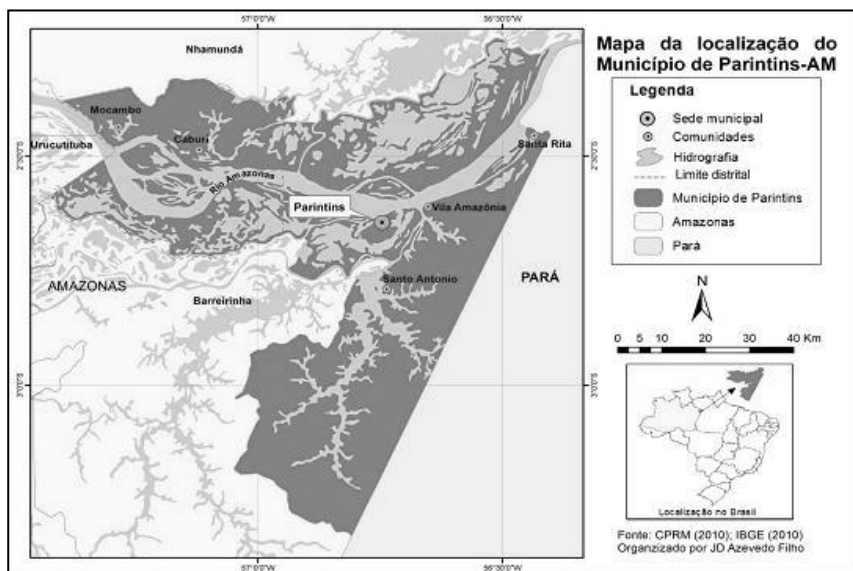
Uma vez que o espaço geográfico está em constante transformação ao uso cada vez mais restrito a coletividade local, esses espaços tornam-se ou podem se tornar potencialidades para usos diversos, embora ainda se tente preservar suas características naturais e seu próprio simbolismo para os habitantes locais.

Mapeamento e levantamento das potencialidades turística na Vila Amazônia

Parintins é uma das cidades do interior do estado do Amazonas, localizada no arquipélago de Tupinambarana, situada 420 km de distância a leste da capital do estado do Amazonas (Manaus), por via fluvial e 369 km em linha reta, situa-se à margem direita do rio Amazonas (figura 1). É considerada uma das principais cidades do estado, tanto no aspecto cultural, político, religioso, social e econômico.

Possui uma economia diversificada, que ultimamente vem ganhando destaque no setor cultural devido às suas várias manifestações folclóricas (Festival Folclórico de Parintins, Carnailha, Festival de Pastorinhas, além do Festival em Miniaturas que vem se fortalecendo a cada ano) e a suas manifestações religiosas (Festa de Nossa Senhora do Carmo, que é a Padroeira da cidade, e o Natal) que são responsáveis por atraírem uma grande quantidade de turistas a essa cidade ao longo do ano.

Figura 1: Localização do município e a cidade de Parintins-AM



Fonte: elaborado por JDM Azevedo Filho (2013)

Trata-se de uma cidade alicerçada sobre a influência cultural europeia e asiática, indígena, além de grandes contribuições culturais de outras regiões do Brasil, sobretudo a do povo nordestino a quem teve grande participação e contribuição para a origem da mais conhecida manifestação cultural a céu aberto do mundo.

A cidade de Parintins possui grandes atividades turísticas sejam elas nos arredores da cidade no perímetro urbano e rural (lagos, praias e etc.), porém que se resumem à apenas em determinados período do ano.

Apresenta como ponto forte na sua cultura o **Festival Folclórico de Parintins**, que atualmente ocorre no último final de semana do mês de Junho, devido a mudanças feitas na data de realização que era nos dias 28, 29 e 30 de Junho, tais mudanças tiveram como um dos objetivos a necessidade de atraí mais turistas dispostos a conhecer a ilha e o festival em si.

Por outro lado Parintins não se destaca no cenário estadual apenas por seu potencial turístico cultural artístico, e religioso. Após o período do festival o município se utiliza das suas áreas rurais e para promover festivais de verão atraindo um público grande de pessoas que procura essas áreas (praia do Uaicurapá) para se banhar e passar um fim de tarde em contato com a natureza juntamente com seus familiares e amigos.

Assim como os “banhos” de Vila Amazônia (lagos, nascentes e igarapés) que são bastante procurados pelos moradores da própria vila, quanto dos moradores da cidade de Parintins e vizinhanças.

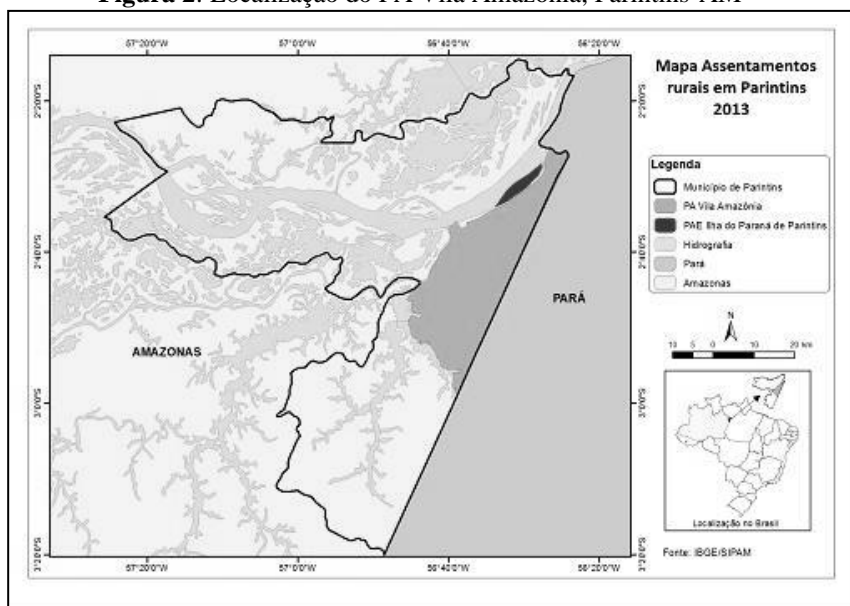
Organização histórica espacial da Vila Amazônia (Japoneses, J.G. Araújo e PA)

Distante cerca de 3 km da cidade de Parintins, Vila Amazônia em seus dias atuais vive outro momento em sua longa história de organização espacial e expansão, modificação econômica, social e até mesmo mudança cultural, pois no decorrer desses vários anos há de se levar em conta que a vila Amazônia já era habitada por povos tradicionais (indígenas).

A Gleba de Vila Amazônia como é tida essa extensão da cidade de Parintins, apresenta-se como o principal meio de ligação da cidade de Parintins com outro Estado da federação, possui ligação via terrestre (Estrada), como os municípios de Juruti e Santarém já no Estado do Pará (PA). Ao longo de sua implantação, Vila Amazônia foi um espaço geográfico extremamente planejado por seus idealizadores (os japoneses), que almejavam uma área que fornecesse condições ideais para a produção, deslocamento e depósito de sua produção agrícola, que anos depois estaria voltada à técnica de cultivo da juta indiana, adaptada ao clima de Vila Amazônia por Ryota Oyama entre 1933 a 1936.

Após a Segunda Guerra Mundial os japoneses foram expulsos da região, pelo fato de terem sido considerados inimigos dos EUA e seus aliados. Segundo Medeiros (2011, p.02) “nas décadas de 50 e 60, as terras de Vila Amazônia são compradas pelo empresário J. G. Araújo que, além da produção da juta, diversifica as atividades agropecuárias e extrativistas da região”. Hoje em dia é uma área de assentamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), desde 1988, como forma de organizar os ocupantes da localidade e transformar esse espaço geográfico em área de produção.

Figura 2: Localização do PA Vila Amazônia, Parintins-AM



Fonte: JDM Azevedo Filho (2013)

O PA Vila Amazônia está localizado a leste da sede do município, a pouco mais de 3 km a jusante, por via fluvial, que é o principal meio de transporte para chegar à sede do PA (figura 2). O INCRA possui dois projetos de assentamentos na

região, além do PA Vila Amazônia com 76.107 hectares e 1777 famílias assentadas, possui também o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha do Paraná de Parintins, com 2.163 hectares de terra e 53 famílias assentadas (AZEVEDO FILHO, 2013).

Potencialidades turísticas de Vila Amazônia

As observações realizadas na área de estudo, notou-se o forte potencial turístico natural existente em vila Amazônia, tendo em vista que essa parte da Amazônia ainda conserva suas matas, lagos e nascentes, além é claro de ser um lugar privilegiado por ter a sua frente o maior rio do mundo (rio Amazonas). Conforme a figura 3 abaixo, mostra as áreas com potenciais para se trabalhar com o turismo. Segundo Cruz (2003, p. 08), “o principal elemento que caracteriza o lugar turístico é o turista”, ele é o consumidor, um personagem ativo e transformador das relações e dos conflitos sociais e culturais.

Dentro dos espaços potenciais de Vila Amazônia, notou-se o fluxo constante de pessoas que frequentam os vários espaços naturais capazes de atrair a curiosidade das pessoas em usufruir o que a natureza tem a oferecer, em seu potencial turístico vila Amazônia tem forte possibilidade para o turismo de base comunitária.

Para o turismo o conjunto de edificações que compõe o centro histórico de um local se torna uma mercadoria valiosa à medida que esse espaço ganhe novos significados e novos valores de uso, o quê, conforme Santos (1988), se dá de acordo com as necessidades e as técnicas existentes nesse período.

Figura 3: Mapa das potencialidades de turísticas de Vila Amazônia, Parintins



Fonte: JDM Azevedo Filho e RT de Carvalho, 2014.

Enquanto potencialidades turísticas naturais Vila Amazônia é uma das muitas localidades do Amazonas rica em seus recursos naturais que por sua vez podem ser transformadas e utilizadas para fins turísticos.

Baseado no dizer de Cruz (2003) os atrativos turísticos são criadas pelo próprio homem, o que a nosso ver essas áreas ou atrativos naturais já possuem o poder natural de atrair a curiosidade das pessoas seja, por sua capacidade de oferecer lazer ou oferecer benefícios à saúde do ser humano.

O que para o turismo pode ser trabalhada no turismo ecológico ou ecoturismo como é aceito por vários pesquisadores, tendo em vista a possibilidade do contato direto entre natureza e homem, transformando essa área em uma mercadoria valiosa (figura 4).

Figura 4: Balneário do Geraldo, Vila Amazônia



Fonte: RT de Carvalho, pesquisa de campo, 2014.

No entanto a variedade de paisagens existentes em vila Amazônia, e que ainda preservam parte da floresta, faz com que esta tenha inúmeros espaços onde podem ser desenvolvidas atividades turística voltadas justamente para o ecoturismo ou ainda para o turismo de aventura.

Considerações finais

O fluxo de turistas em Vila Amazônia não é muito grande, mas, devido sua localização, é rota obrigatória de transatlânticos estrangeiros que se dirigem a Parintins para assistirem as apresentações de uma das duas agremiações folclóricas (Garantido e Caprichoso), entre os meses de outubro a abril.

O patrimônio cultural, histórico e ambiental desta localidade tem potencial para o desenvolvimento de um modelo de prática das atividades turísticas que é o turismo de base comunitária, capaz de realmente trazer benefícios à coletividade sem agredir a cultura e o cotidiano local.

Trazer o turista e oferecer a ele novas opções voltadas para o turismo rural tende a fortalecer essa atividade econômica, ao mesmo tempo em que, dá oportunidade de renda complementar às comunidades que sobrevivem da caça, pesca e da agricultura em pequena escala.

O grande dilema é como organizar a comunidade para trabalhar com a atividade turística sem que os moradores locais sejam excluídos dos benefícios gerados por ela, possibilitando a melhoria na infraestrutura local e, principalmente, da qualidade de vida da população. Não pode haver melhoria para o turismo sem que haja melhoria para a população local.

Outro é fortalecer as associações civis das comunidades rurais para que estas possam se organizar e capacitar seus membros para receberem o turista, podendo oferecer um produto que seja atraente a este e, assim, expandir a atividade turística na cidade para além do perímetro urbano.

Importante lembrar a necessidade de planejamento da atividade turística que envolva os setores públicos e privados ligados ao turismo e as comunidades e suas associações, dessa maneira os parceiros diretamente ligados com as atividades turísticas, estarão aptos para receber os turistas.

Deste modo, o turismo de base comunitária se configura na possibilidade mais viável de inclusão e desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais e urbanas.

Azevedo Filho (2013) o Turismo de Base Comunitária é um conceito novo e que se refere a inserção das comunidades no turismo, envolvendo as práticas de cooperação e equidade no trabalho e distribuição dos benefícios resultantes da

prestação de serviços turísticos e tem como objetivo o incentivo ao diálogo entre os membros da comunidade e encontros interculturais de qualidade com os viajantes, buscando uma inter-relação entre os interlocutores, conhecendo e aprendendo com sua diversidade.

No entanto para que essas potencialidades se tornem algo concreto, uma atividade turística, é preciso que os setores públicos, sociais e privados olhem para a zona rural não apenas como área produtora de hortaliças, frutos e criadora de bovinos, mas, como uma área com grandes potencialidades voltadas para o turismo.

Referências

AZEVEDO FILHO, João D'Anuzio M. de. São Paulo. **A produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas**. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2013, 207 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2º Ed. São Paulo: Roca, 2003.

SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

II FORUM DE TURISMO DE PARINTINS

O FUTURO DO TURISMO EM TERRA DE BOI BUMBÁ



APRESENTAÇÃO

O futuro do turismo em terra de Boi Bumbá

João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho

Coordenador do evento

O *II Forum de Turismo de Parintins* realizado pelo CESP, foi coordenado pelo professor João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho e apoiado pela Prof^a. Alem Silvia Marinho dos Santos. A metodologia consistiu em apresentação do tema a ser discutido e, em seguida, convite aos participantes para debater e apresentar 8 propostas em formulário fornecido pela coordenação. O formulário solicitava além das propostas, o órgão ou pessoa responsável pela efetivação da proposta, parceiros nessa execução e o prazo (curto, médio ou longo). Importa salientar que todas as propostas faladas durante as palestras e debates foram anotadas e discutidas na plenária final.

O turismo em Parintins está comumente ligado ao Festival Folclórico realizado no último fim de semana de junho de cada ano. Muitos trabalhos apontam o desenvolvimento do Festival Folclórico de Parintins, criado em 1965. Hoje, o Festival influencia significativamente a economia do município, principalmente no primeiro semestre do ano. São várias as atividades desenvolvidas, dentre as quais a preparação das alegorias e ornamentações, as festas e ensaios. Empresas contratadas ou patrocinadoras dos dois Bumbás frequentam a cidade, ocupando hotéis e pousadas e usufruindo dos demais serviços. Isso tudo culmina com a apresentação no Bumbódromo, no tríduo do festival.

Outros eventos realizados na cidade se apresentam como potencialidades para o turismo. É o caso do Carnailha, o carnaval de rua de Parintins; a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Carmo, que ocorre de 6 a 16 de julho, além de outros.

“O Turismo comunitário não é um segmento, é um eixo do Turismo local. Devemos encontrar qual eixo se quer trabalhar em determinada comunidade” (Prof. Dra. Luzia Neide Coriolano).

O fórum teve momentos importantes de discussão teórica e filosófica acerca do turismo, que é uma atividade econômica e se baseia na compra e apropriação de uma mercadoria especial, os lugares turísticos (AZEVEDO FILHO).

A atividade turística refere-se aos deslocamentos de pessoas ou grupos para lugares diferentes do seu cotidiano, utilizando meio de transporte adequado e permanecendo pelo menos 24 horas no local de destino (OMT).

Discussão Temática

A atividade turística por si é uma atividade empresarial, regulada e apoiada pelo Estado. O planejamento do turismo deve ser realizado por todas as instâncias. O poder público deve ter uma política local voltada para a ordenação e desenvolvimento do turismo. O caminho desejável é que a atividade turística seja planejada de forma participativa e os seus resultados devem atingir o maior número de pessoas possível. Nesse sentido, a participação e o envolvimento da população local no turismo possibilitam uma melhor distribuição da renda e uma melhoria na qualidade de vida.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é a atividade voltada ao envolvimento da população local com o turismo. Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina. In.: Turismo de Base Comunitária, diversidade de olhares e experiências brasileiras. Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn (Orgs), 2003)

Em Parintins, a principal atividade turística é o Festival Folclórico de Parintins, realizado nos três últimos dias da última semana do mês de junho de cada ano. As principais discussões sobre o turismo em Parintins recaem sobre a funcionalidade do Festival, os investimentos feitos nele e na sua organização, coordenada pelo governo do Estado e pela Prefeitura em segundo plano.

A criação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) teve o objetivo de coordenar as ações voltadas a minimizar os impactos negativos do Festival na cidade. A

segurança, a saúde e o trânsito têm sido os mais importantes temas discutidos pelo referido gabinete.

O Festival Folclórico é criticado principalmente pela falta de transparência no evento tanto do poder público como das agremiações folclóricas. As ações governamentais na cidade são voltadas para melhorar a infraestrutura urbana e a preparação do Bumbódromo para o evento. A falta de definição de prioridades pode muitas vezes não atender os anseios da população que clama por melhorias em vários setores. A cidade será mais atrativa e interessante para o turista quanto ela for atrativa e interessante para seus moradores.

“Para se tornar uma cidade turística, devemos conhecer a fundo a cidade, o ‘meu lugar’. Para fazer o turismo não podemos ver apenas a ‘grande festa’, mas devemos buscar as potencialidades turísticas da localidade, a historicidade local” (Maria Arminda Castro de Mendonça de Souza).

Os temas discutidos no Fórum basearam-se no entendimento de que o Festival deve ter sua coordenação aqui em Parintins, mantida pelas entidades folclóricas locais e pela Prefeitura, com o apoio do governo Estadual. Municipalizar o Festival foi a palavra de ordem. Os participantes perceberam a imposição da coordenação pelo governo estadual, via Secretaria de Cultura, como um momento da história dos festivais. Porém, agora, acreditam ser necessária a retomada da coordenação do evento pelas agremiações e o poder público local. A coordenação e organização da festa mantida aqui em Parintins possibilita pensá-la e planejá-la cada vez melhor e em benefício do município, o que inclui atingir outros segmentos e comunidades.

“Inclui viabilizar um diagnóstico participativo com intuito de identificar as ofertas, demandas e os segmentos do turismo que existem no município de Parintins para levantar dados e informações para a consolidação do turismo local salientando características do lugar e novas perspectivas” (Profª. Dra. Luzia Neide Coriolano).

Apontam a necessidade de retomada do Conselho Municipal do Turismo e Cultura como um importante fórum de discussão das políticas e ações municipais para o setor, onde a participação da sociedade civil organizada é importante e tem direito a voz e voto.

“Parintins não é dona da festa, apenas serve de palco para uma festa Cultural que se tornou mercadologia. Então, devemos analisar, questionar, repensar e planejar o festival, para que se tenha o fim desejado” (Prof. Dra. Luzia Neide Coriolano).

Enfim, muitas outras propostas estão elencadas. Algumas baseadas nas discussões ocorridas durante o evento e outras levantadas durante o fórum realizado no último dia. Tais propostas devem servir como referência para as discussões sobre o turismo em Parintins e referem-se às demandas dos segmentos envolvidos com o turismo, dos acadêmicos e pesquisadores e demais interessados da sociedade civil que participaram do IV Encontro de Turismo Comunitário da Amazônia e do II Fórum de Turismo de Parintins.

A Universidade do Estado do Amazonas cumpre seu papel na discussão de temas importantes para a sociedade local e espera ter contribuído para a elaboração de políticas públicas voltadas ao setor do turismo e para a melhoria das condições de vida dos habitantes do município de Parintins.

II FÓRUM DE TURISMO DE PARINTINS			
RELATÓRIO FINAL			
1. GESTÃO DE TURISMO EM PARINTINS			
PROPOSTA	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Reestruturar/reorganizar e fortalecer o Conselho Municipal de Turismo.	SECTUR	CMP, entidades organizadas	Curto Prazo
Reestruturação a sinalização das vias públicas e identificação das áreas turísticas da cidade.	SECTUR AMAZONASTUR	PMP DETRAN	Médio Prazo
Inserir as comunidades do município no planejamento do turismo.	SECTUR	Organizações da sociedade civil, ONGs, Universidades	Curto Prazo
Implementação de políticas municipais para o apoio e fortalecimento das organizações sociais com interesses em devolver o turismo.	SEPROR	SECTUR	Curto Prazo
Elaboração de roteiros alternativos com a valorização do turismo no meio rural permanente.	SECTUR	UEA – Governo do Estado do Amazonas.	Médio Prazo
Sensibilização da educação turística dentro das escolas municipais e estaduais para as crianças de Parintins.	SECTUR	UEA, UFAM (Educação Física), SEDUC, SEMED	Curto Prazo
Atividades recreativas para o público infantil incentivando o conhecimento e valorização da história de Parintins.	SECTUR	UEA, UFAM (Educação Física), SEDUC, SEMED	Curto Prazo

Continuação: Gestão do turismo em Parintins

Sensibilização turística e ambiental para a população parintinense.	SECTUR UEA	UFAM, IFAM, CETAM AMAZONASTUR , SEBRAE, RE TRAF/AM	Médio Prazo
Criação do curso de bacharelado em Turismo em Parintins	UEA, UFAM, IFAM	SECTUR, PMP, CMP	Médio Prazo
Inserção de projetos voltadas a educação turística e ambiental	SECTUR	UEA, UFAM (Educação Física), SEDUC, SEMED	Curto Prazo
Dividir a responsabilidade do lixo com as agremiações dos bois bumbás e patrocinadores, envolvendo a Associações de Catadores e indústria de reciclagem.	SECTUR	SEMA ASCALPIN UEA	Curto Prazo
Definir em conjunto com a comunidade o local de destino final do lixo, estimulando a reciclagem e a coleta seletiva (educação ambiental)	SECTUR	SEMMA ASCALPIN UEA	CURTO Prazo
Os patrocinadores devem ter responsabilidade socioambiental – deixar recursos financeiros para cidade.	PMP	CMP, SECTUR, Bois-Bumbás, IPAAM	Médio Prazo
Normatização pelos Poderes locais (legislativo, executivo e judiciário) do evento dos Bois-bumbás para a cidade de Parintins.	Câmara dos vereadores SECTUR	UFAM, UEA, IFAM, CETAM, SECTUR, AMAZONASTUR , SEBRAE	Curto Prazo

Continuação: Gestão do turismo em Parintins

Fiscalização e controle dos preços de alimentos, hospedagem etc. no período do Festival de Parintins, isso acaba prejudicando o turismo e o turista.	SECTUR	CMP, PROCON, MINISTERIO PÚBLICO	CURTO Prazo
Restauração dos monumentos públicos e históricos em parceria com institucionais e comunidade, para revitalização dos patrimônios culturais e valorizar a identidade da comunidade/cidade.	SECTUR	UEA AMAZONASTUR SEC	Médio Prazo
Parceria da gestão pública e escolas de línguas para auxiliar no processo de recepção dos turistas estrangeiros.	SECTUR	Escola Aldair Kimura; SENAC; SEDUC	Curto Prazo
Parceria com empresários, gestão Pública, comunidade, universidade e administração Pública, para se trabalhar em conjunto para o Fazer Turístico.	SECTUR	Universidades; empresários do turismo; associações ligadas ao turismo	Curto Prazo
Trabalhar a legalização/treinamento dos tricicleiros, pois os mesmos são considerados um atrativo turístico.	SECTUR	CMP	Curto Prazo
Fazer do Festival dos Bois-Bumbás uma ferramenta para impulsionar a economia local durante o ano todo.	SECTUR	PMP CMP Boi-Bumbá	Curto Prazo

2. CULTURA E TURISMO			
PROPOSTA	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Criação de um museu Histórico Cultural de PIN, que conte a história do Município, bem como disponibilizar o acervo musical/cultural do município.	SECTUR	SECTUR PMP / UEA / UFAM	Médio Prazo
Definir o conceito de Turismo indissociável da Cultura.	SECTUR	CMP Poder Público	Curto Prazo
Elaborar um baixo assinado para reivindicar quanto se apura no festival dos Bumbás em Parintins.	Sociedade Civil	CMP / IFES	Curto Prazo
Disponibilizar no portal da transparência os investimentos e arrecadação resultantes do Festival de Parintins.	SECTUR	CMP Poder Público	Curto Prazo
Criar leis que estabeleçam a divulgação em todos os meios de comunicação da arrecadação do Festival de Parintins e quanto ficou para a cidade.	SECTUR	CMP Poder Público	Curto Prazo

Continuação: Cultura e Turismo

<p>Reestruturação do calendário cultural parintinense, não restringindo-se apenas ao Festival folclórico, incluindo festas tradicionais, impulsando nesse sentido outros agentes dentro do turismo.</p>	<p>SECTUR</p>	<p>SEC, AGREMIações FOLCLORICAS.</p>	<p>Curto Longo</p>
<p>Apropriação dos espaços existentes para o público infantil e a criação de teatros contando a história da cidade e festival folclórico, junto com a valorização da cultura indígena existente.</p>	<p>SECTUR</p>	<p>SEC</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Criação de um bosque ecológico para caminhadas com um Museu na cidade de Parintins.</p>	<p>SECTUR</p>	<p>AMAZONASTU R, SEINFRA.</p>	<p>Médio Prazo</p>
<p>Resgatar as brincadeiras tradicionais do município. Fazer esse lavamento junto aos moradores do município. Se apropriar do boi de Parintins e estabelecer as normas.</p>	<p>SECTUR</p>	<p>SEC, AGREMIações FOLCLORICAS.</p>	<p>Médio Prazo</p>

Continuação: Cultura e Turismo

Revitalização dos patrimônios históricos e culturais edificados. Implementação d locais de referências culturais dos povos indígenas e manifestações socioculturais.	SECTUR	SEC, IPHAN.	Longo Prazo
Trazer de volta todas as tradições culturais do município de Parintins tenha um calendário anual de eventos.	SECTUR	SEC, AGREMIÇÕES FOLCLORICAS, PMP, UNIVERSIDADE S.	Médio Prazo
Criar espaços (MUSEU, ESPOSIÇÕES E FEIRAS...) de forma que a identidade cultural do parintinense possa ser preservada e continuada.	SECTUR	SEC, AGREMIÇÕES FOLCLÓRICAS, PMP, UNIVERSIDADE S.	Médio Prazo
Capacitação dos moradores (serviços – atendimento e outros) para oferta de um serviço de qualidade para turistas, visitantes e residentes.	SECTUR	SENAC, SEBRAE, CETAM, SENAI, UNIVERSIDADE S.	Médio Prazo

Continuação: Cultura e Turismo

Melhorar as condições de infraestrutura turística do município. Valorizar mais as festas e eventos culturais com mais autonomia.	Instituições governamentais	SEC, AGREMIACÕES FOLCLORICAS, PMP, UNIVERSIDADE S.	Longo Prazo
Identificar as várias iniciativas, potencialidades, manifestações culturais na sede do município e zona rural. Promover eventos nas comunidades polos (danças, músicas e outras.)	SECTUR	SEC, AGREMIACÕES FOLCLORICAS, PMP, UNIVERSIDADE S.	Médio Prazo
O resgate da evolução histórica do Boi-Bumbá de Parintins, não pode ser deixado de lado, pois o mesmo se torna um atrativo a mais para o turismo.	SECTUR	UEA AMAZONASTU R MinC MTur	MÉDIO Prazo
Promover autonomia do município no uso do seu território, buscando explorar mais as outras diferenças culturais, sociais e ambientais.	SECTUR	CMP	Médio Prazo

3. TRANSATLÂNTICOS E OUTROS			
PROPOSTA	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Elaboração de folder com orientações e informações, com mapa sobre a cidade de Parintins – GUIA TURÍSTICO	SECTUR e PMP	AMAZONASTUR	Curto Médio
Elaboração de placas indicativas (bilíngues) nas ruas (piso) (Sinalização turística vertical e horizontal)	SECTUR e PMP	AMAZONASTUR	Curto Médio
Preparar o município para receber os transatlânticos, melhorando os serviços.	EMPRESAS PRIVADAS	SECTUR, PMP, PMAM, IFES, SENAC, SNPH.	Médio Prazo
Reforma ou ampliação do Porto adequando-o ao turismo global	MINIS. DOS TRANSPORTE / GOVERNO E PREFEITURA	GOVERNO FEDERAL	Médio Prazo
Capacitação das pessoas que recepcionam os turistas para melhor conhecimento da cidade (guias)	SECTUR	AMAZONASTUR, CETAM, SENAC, SEBRAE, SENAI, UNIVERSIDADES.	Curto Longo
Recepcionar os turistas com os ícones dos Bois, os turistas provenientes dos navios.	SECTUR E BOIS	AGREMIações FOLCLORICAS, PMP.	Curto Longo

Continuação: Transatlânticos e outros

Criar estrutura adequada para receber os cruzeiros com segurança.	SECTUR	PMP	Curto Longo
Apoiar a criação de atrativos alternativos para além dos Bois.	SECTUR	AGREMIÇÕES FOLCLÓRICAS, PMP	Curto Longo
Capacitar os recepcionistas, coordenação.	SECTUR	AMAZONASTUR, CETAM, SENAC, SEBRAE, SENAI, UNIVERSIDADES.	Curto Longo
Capacitação da sociedade para receber o turista (Educação turística)	SECTUR	AMAZONASTUR, CETAM, SENAC, SEBRAE, SENAI, UNIVERSIDADES.	Curto Longo
Organizar os grupos indígenas para apresentarem-se aos turistas sem intermediários (danças, artesanatos e costumes).	FUNAI	SECTUR / UNIVERSIDADES	Curto Médio
Capacitação dos artesãos, tricicleiros e demais segmentos para adequar e melhorar os serviços e facilitar os trabalhos.	TODOS OS INTERESSADOS	AMAZONASTUR, CETAM, SENAC, SEBRAE, SENAI, UNIVERSIDADES.	Curto Médio
Desenvolver estratégias para tornar a cidade mais atraente aos turistas (incluindo a participação indígenas).	SECTUR	AMAZONASTUR, SEBRAE, UNIVERSIDADES.	Médio Longo

Continuação: Transatlânticos e outros

Incluir nas opções turísticas no período de passagem dos transatlânticos outras ofertas turísticas, como a produção de alimentos regionais; café-da-manhã; visita a pontos turísticos e históricos da cidade.	SECTUR	Agências Turísticas Cooperativas Sociedade Civil PMP	Médio Prazo
---	--------	---	-------------

4. FESTIVAL FOLCLÓRICO

PROPOSTA	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	PRAZO
Uma maior união e conscientização entre as duas agremiações dos Bumbas, para desenvolver um trabalho em conjunto, buscando beneficiar as comunidades.	SECTUR	CMP UEA Agremiações	Curto Prazo
Que seja feito um planejamento para estimular a população local a participar do Festival com o objetivo de melhorar sua renda.	SECTUR	CMP UEA SEBRAE	Médio e longo prazo
Fazer parceria com os movimentos indígenas e os Bumbás, fazendo com que o coletivo se beneficie.	SECTUR	CMP Associações indígenas Associação dos Artistas Plásticos de Parintins	Médio Prazo

Continuação: Festival Folclórico

<p>Realizar anualmente um fórum para debater os pontos negativos e pontos positivos de cada Festival, com a finalidade de apontar novas estratégias para sanar os problemas e otimizar oportunidades.</p>	<p>SECTUR</p>	<p>CMP SEBRAE UEA AMAZONASTUR SEC</p>	<p>Médio Prazo</p>
<p>Discutir com as agremiações dos bois bumbas, que são empresas, portanto tem a obrigação e responsabilidades sociais com o festival inclusive envolver e organizar a cadeia produtiva do turismo.</p>	<p>SECTUR</p>	<p>Prefeitura/ Estado e População Local e (associações)</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Dividir a responsabilidade do lixo com as agremiações dos Bois Bumbás e patrocinadores, envolvendo as Associações de Catadores e indústria de reciclagem.</p>	<p>SECTUR</p>	<p>SEMA, ASCALPIN UEA</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Elaborar um baixo assinado para reivindicar quanto se apura no Festival pelos Bois-Bumbás em Parintins.</p>	<p>Sociedade Civil</p>	<p>Câmara de Vereadores / IFES</p>	<p>Curto Prazo</p>

Continuação: Festival Folclórico

Municipalização do Festival Folclórico dos Bois Bumbás	CMP PMP	Ministério Público Organização Civil	Médio Prazo
O Festival Folclórico não pode se limitar à festa dos Bois Garantido e Caprichoso sendo necessário resgatar o festival tradicional da cidade.	SECTUR	SEC Universidades PMP	Médio Prazo
Redefinir a forma de execução do Festival organizando-o como produto e não só como um evento.	Agremiações Folclóricas	SECTUR CMP	Médio Prazo
Os Bois devem valorizar a cultura indígena pagando royalties pelo uso da imagem e patrimônio cultural.	Agremiações Folclóricas	Ministério Público Organizações Indígenas PMP CMP	Médio Prazo
Sensibilizar a população parintinense da importância do Festival para o município incentivando a produção de artesanatos pelas comunidades.	SECTUR SEPROR	Comunidades PMP	Médio Prazo
Fazer do Festival dos Bois-Bumbás uma ferramenta para impulsionar a economia local durante o ano todo.	SECTUR	PMP CMP Boi-Bumbá	Médio Prazo

Continuação: Festival Folclórico

Utilização da Casa da Cultura para fazer exposição das indumentárias que foram usadas por itens passados em festivais anteriores.	SECTUR	Bois-Bumbás SECTUR SEC	Médio Prazo
---	--------	------------------------------	-------------

Sigla	Entidade/Empresa
AISMA	Associação Indígena Sateré-Mawé
AMAZONASTUR	Empresa Amazonense de Turismo
ASCALPIN	Associação dos Catadores de Lixo de Parintins
BOIS/BUMBÁS	Agremiações Folclóricas; Boi-Bumbá Garantido e Boi-Bumbá Caprichoso.
CETAM	Centro de Ensino Tecnológico do Amazonas
CMP	Câmara Municipal de Parintins
COGAVA	Conselho Geral dos Assentados de Vila Amazônia – Parintins
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Assistência Agropecuária
FTBC	Fórum de Turismo de Base Comunitária
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
IFAM	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental e Recursos Renováveis do Amazonas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MTur	Ministério do Turismo
PMAM	Polícia Militar do Amazonas
PMP	Prefeitura Municipal de Parintins

Sigla	Entidade/Empresa
Rede TRAF	Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar/AM
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa
SEC	Secretaria de Estado da Cultura - Amazonas
SECTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo-Parintins
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação – Amazonas
SEINFRA	Secretaria de Estado da Infraestrutura – Amazonas
SEMED	Secretaria Municipal de Educação – Parintins
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Parintins
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SEPROR	Secretaria Municipal de Produção Rural - Parintins
SESC	Serviço Social do Comércio
SNPH	Superintendência Nacional de Portos e Hidrovias
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

